



Escola de Tecnologias e Arquitetura
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Mestrado Integrado em Arquitetura

Mafalda Demétrio Raposo

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

BATERIAS ABANDONADAS DA TRAFARIA: PERSISTÊNCIA DAS MEMÓRIAS

Orientadora Vertente Teórica

Doutora Soraya Genin, Professora Auxiliar do ISCTE-IUL

CENTRO INTERPRETATIVO

Tutor Vertente Prática

Doutor Pedro Pinto, Professor Auxiliar do ISCTE-IUL

Novembro, 2019

Vertente Teórica **Baterias abandonadas da Trafaria: Persistência das Memórias**

Orientadora Doutora Soraya Genin | Professora Auxiliar, ISCTE

Vertente Prática **Centro Interpretativo**

Tutor Doutor Pedro Pinto | Professor Auxiliar, ISCTE

Trabalho para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

2018-2019

Ao Pedro, sempre...

“Até que as pedras se
tornem mais leves que a
água.”

ANTUNES, António Lobo, 2017

Agradecimentos

Aos meus pais, por nunca me terem deixado desistir, pela força e pelo apoio incondicional. Não só durante este percurso como também ao longo da minha vida.

Ao meu irmão por me mostrar que a vida deve ser aproveitada de uma forma mais intensa.

À minha irmã Joana, por tarde mas cedo, me ter devolvido o interesse pelas coisas simples da vida.

À minha avó Josefa. Por saber que sempre estiveste aqui e que sempre acreditaste.

Ao Homem, meu ídolo. Inspiração. Pela garra, vigor e persistência. O meu avô. Por tudo, mas, no fundo, pela sorte de seres o meu avô.

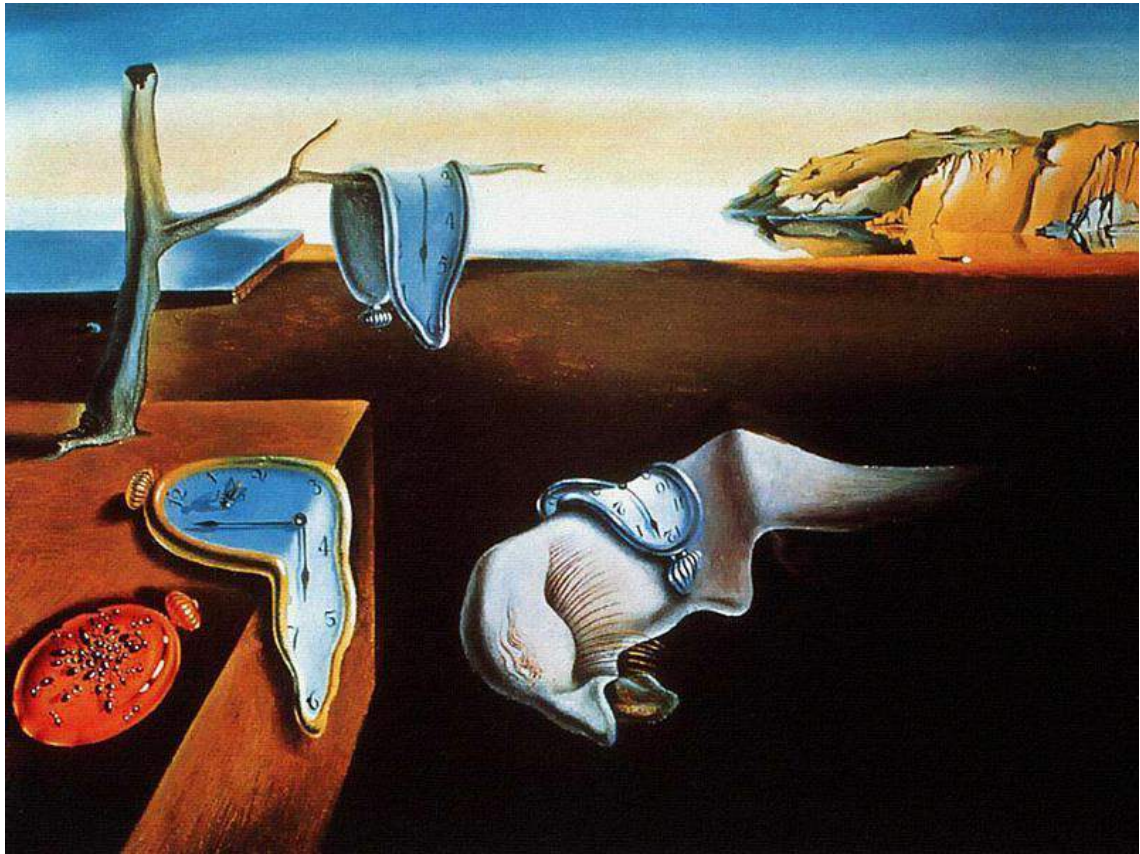
Aos meus avós e madrinha que sempre me apoiaram nas fases mais difíceis.

À Rachel, minha gémea, pela amizade, companheirismo e paciência para com as minhas incertezas.

Agradeço à minha orientadora Soraya Genin e ao tutor Pedro Pinto, pela sabedoria que me transmitiram, pela paciência e dedicação.

Obrigada a todos que de alguma forma me ajudaram e apoiaram durante este percurso.

A mim, pela coragem de ter embarcado nesta aventura...



"A Persistência da Memória", 1931. DALÍ, Salvador

ÍNDICE GERAL

PARTE I – BATERIAS ABANDONADAS DA TRAFARIA: PERSISTÊNCIA DAS MEMÓRIAS

0. INTRODUÇÃO	1
1. ESTADO DA ARTE	7
2. DEFESA DE COSTA	13
3. A TRAFARIA	41
4. BATERIAS DA TRAFARIA (SÉCULO XIX)	57
5. TEORIA DA CONSERVAÇÃO	89
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	137
7. PROPOSTA DE INVENTÁRIO	141

PARTE II – CENTRO INTERPRETATIVO DAS BATERIAS DA TRAFARIA

0. INTRODUÇÃO	186
1. COMPONENTE DE GRUPO	189
2. COMPONENTE INDIVIDUAL	201

PARTE I

BATERIAS ABANDONADAS DA TRAFARIA:
PERSISTÊNCIA DAS MEMÓRIAS

Resumo

Este trabalho apresenta a análise histórica e arquitetónica das baterias militares da Trafaria, e do seu estado de conservação. As baterias de Raposeira I, Raposeira II e a bateria de Alpena, integram um conjunto de fortificações de defesa de costa localizadas nas duas margens do rio Tejo, junto à Capital. Foram construídas no final do século XIX, com o objetivo de melhoramento do sistema de defesa militar, num período de instabilidade política e social a nível mundial.

Constata-se que muitas construções mais antigas se encontram inventariadas, conservadas e restauradas. As baterias da Trafaria, sendo mais recentes, estão totalmente abandonadas, em mau estado de conservação, e não estão inventariadas. Apesar do avançado estado de degradação, as baterias mantêm as suas características físicas, a sua integridade e autenticidade.

Importa questionar as razões do abandono, avaliar o valor histórico e arquitetónico e contribuir para a salvaguarda deste património arquitetónico. A análise histórica elaborada incide na pesquisa bibliográfica, iconográfica e cartográfica. A análise arquitetónica e do estado de conservação, tem por base dados recolhidos em trabalho de campo, visitas ao local e informações orais das entidades públicas que gerem este bem patrimonial.

Com base nas normas internacionais, recomenda-se a conservação das baterias para fins de utilidade pública. Sabendo que a primeira medida de salvaguarda do património é o seu conhecimento, propõe-se fichas de inventário das baterias, de acordo com o modelo sugerido pelo SIPA - Sistema de Inventário do Património Arquitetónico, gerido pela Direção Geral do Património Cultural.

Palavras-Chave

Baterias, Trafaria, Património, Abandono

Abstract

This work presents the historical and architectural analysis of Trafaria' military batteries, and their state of conservation. Raposeira I, Raposeira II and Alpena batteries are part of a set of coast defense fortifications located on both banks of the Tagus River, near the Capital. They were built in the late nineteenth century to improve the military defense system during a period of political and social instability across the world.

Many older buildings are found to be inventoried, preserved and restored. Trafaria's batteries, being newer, are totally abandoned, in a bad conservation condition, and not inventoried. Despite the advanced state of degradation, batteries maintain their physical characteristics, integrity and authenticity.

It is important to question the reasons for abandonment, evaluate the historical and architectural value and contribute to the safeguard of this architectural heritage. The elaborated historical analysis focuses on bibliographic, iconographic and cartographic research. The architectural analysis and the state of the conservation is based on data collected from fieldwork, site visits and oral information from the public entities that manage this heritage asset.

Based on international standards, it is recommended the conservation of batteries for public utility purposes. Knowing that the first measure to safeguard heritage is recognize it, it is proposed batteries inventory sheets, based on the model suggest by SIPA - *Sistema de Inventário do Património Arquitetónico*, managed by Direção Geral do Património Cultural.

Key-Words

Batteries, Trafaria, Heritage, Abandonment

ÍNDICE

RESUMO	XIII
ABSTRACT	XV
ÍNDICE DE FIGURAS	XIX
00. INTRODUÇÃO	1
0.1. Enquadramento	2
0.2. Problemática	3
0.3. Metodologia	4
0.4. Estrutura	5
01. ESTADO DA ARTE	7
02. DEFESA DE COSTA	13
2.1. Invasões francesas (1807- 1811)	17
2.2. Invasão de Roussin (1831)	23
2.3. Campo Entrincheirado de Lisboa (1906)	25
2.4. Plano Barron (1940-1958)	27
2.5. Extinção do Regimento de Artilharia de Costa (1999)	35
03. A TRAFARIA	41
3.1. Quintas, Lazareto (SÉC. XVII)	43
3.2. Moinhos de vento, pescadores de fora (SÉC. XVIII)	45
3.3. Indústrias (SÉC. XIX)	47
3.4. Estância balnear (SÉC. XX)	51
04. BATERIAS DA TRAFARIA (SÉC.XIX)	57
4.1. Baterias de Alpena e Raposeira: Organização no Espaço - o Antes e Depois	
4.1.1. Localização e Características	65
4.1.2. Bateria da Raposeira I	69
4.1.3. Bateria da Raposeira II	75
4.1.4. Bateria de Alpena	80

05. TEORIA DA CONSERVAÇÃO	89
5.1. Evolução Histórica (a Conservação e o Restauro)	91
5.1.1. Restauro Moderno	93
5.1.2. Restauro Arqueológico Stern Valadier	95
5.1.3. Restauro Estilístico Viollet-Le-Duc	97
5.1.4. Conservação Estrita Ruskin	99
5.1.5. Restauro Filológico Camillo Boito	101
5.1.6. Restauro Científico Gustavo Giovannoni	103
5.1.7. Restauro Crítico Cesare Brandi	105
5.1.8. Fielden	107
5.1.9. Jukilehto	109
5.2. Normas Internacionais	
5.2.1. Carta de Atenas	111
5.2.2. Carta de Veneza	113
5.2.3. Carta de Amsterdão	115
5.2.4. Carta da Nova Zelândia	117
5.2.5. Documento de Nara.	121
5.2.6. Carta de Burra	123
5.2.7. Carta de Cracóvia	128
5.2.8. Documento de Madrid.	132
06. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.	137
07. PROPOSTA DE INVENTÁRIO	
7.1. Bateria da Raposeira I	142
7.2. Bateria da Raposeira II	145
7.3. Bateria de Alpena	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
ANEXOS	157

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 01 A Persistência da Memória, 1931.

Autor: DALI, Salvador

Fig. 02 Planta de Lisboa, 1833.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Autor: Calmete – Beauvoison

Fig. 03 Ortofotomapa, 2019.

Autor: Diagrama do autor

Fig. 04 Planta do terreno desde Cacilhas até à costa a Oeste, e Sudoeste da Trafaria, com a linha fortificada sobre esse mesmo terreno, 1750-1833

Fonte: Biblioteca Digital do Exército

Auto: SOUSA, Manuel Joaquim Brandão

Fig. 05 Forte Raposeira Pequena, 1810-1811.

Fonte: "A Defesa de Lisboa. Linha de Torres Vedras, Lisboa, Oriente e Sul do Tejo (1809-1814)."

Auto: LOBO, Francisco Sousa

Fig. 06 Forte Raposeira Pequena, atualmente. Ortofotomapa, 2019.

Autor: Diagrama do autor.

Fig. 07 Ortofotomapa, 2019.

Autor: Diagrama do autor.

Fig. 08 Forte de São Julião da Barra, n.d

Fonte: <https://mjfs.wordpress.com/category/fortalezas/page/2/>

Fig. 09 Bateria do Casalinho, 1962.

Fonte: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=25038

Fig. 10 Mapa com a disposição das oito baterias da Artilharia de Costa

Autor: Diagrama do autor.

Fig. 11 Exercícios de tiro, 1976.

Fonte: <http://regimentodeartilhariadecosta.blogspot.com>

Fig. 12 Cronologia da Defesa de Costa, 2019

Autor: Diagrama do autor

- Fig. 13 Mapa com a condição atual das oito baterias da Artilharia de Costa
Autor: Diagrama do autor.
- Fig. 14 Imagens com a identificação do antes e depois da 1ª à 4ª bateria.
Autor: Diagrama do autor.
Fonte: <http://regimentodeartilhariadecosta.blogspot.com>
- Fig. 15 Imagens com a identificação do antes e depois da 5ª à 8ª bateria.
Autor: Diagrama do autor.
Fonte: <http://regimentodeartilhariadecosta.blogspot.com>
- Fig. 16 Forte da Nossa Senhora da Saúde da Trafaria, n.d
Autor: OLIVEIRA, Rafael
Fonte: <https://miscastillos.blog/2017/10/08/forte-de-trafaria/>
- Fig. 17 Planta da Trafaria, 1793
Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército
- Fig. 18 Transporte da sardinha, na Trafaria, n.d
Autor: BENOLIEL, Joshua
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
- Fig. 19 Crianças protegidas pelas Juntas de Freguesias de Lisboa na praia da Trafaria, 1909
Autor: BENOLIEL, Joshua
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
- Fig. 20 Cais de embarque da Trafaria, n.d.
Autor: Casa Fotográfica Garcia Nunes
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa
- Fig. 21 Cronologia da Trafaria, 2019
Autor: Diagrama do autor
- Fig. 22 Ortofotomapa da margem sul do tejo, 2019.
Autor: Diagrama do autor
- Fig. 23 Ortofotomapa com a identificação da Bateria de Alpena e os antigos fortes de campanha de 1811: Raposeira Grande (que já não existe atualmente) e Raposeira Pequena (ainda possível observar no terreno), 2019.
Autor: Diagrama do autor

- Fig. 24 Depósito de viaturas existente no antigo Quartel de Artilharia nº 4, 2019
Autor: Fotografia do autor
- Fig. 25 Ortofotomapa com a localização da estrada militar que une as várias baterias e o Quartel de Artilharia nº 4. Identificação dos limites e entradas das baterias, 2019.
Autor : Diagrama do autor
- Fig. 26 Parte do Lixo existente na II Bateria da Raposeira, 2019
Autor: fotografia do autor
- Fig. 27 Lixo existente no interior da II Bateria da Raposeira, 2019
Autor: fotografia do autor
- Fig. 28 Lixo depositado na entrada da Bateria de Alpena, 2019
Autor: fotografia do autor
- Fig. 29 Complexo industrial da Silopor, 2019
Autor: fotografia do autor
- Fig. 30 Ortofotomapa com a identificação da estrada militar e a implantação da Bateria da Raposeira I, Bateria da Raposeira II e a Bateria de Alpena, 2019.
Neste diagrama é possível observar, também, as antigas fortificações de campanha (Raposeira Pequena e Raposeira Grande) localizadas perto da atual bateria de Alpena.
Autor: Diagrama do autor
- Fig. 31 Plantas com as várias intervenções/alterações feitas na Bateria da Raposeira I, desde 1903 até à atualidade. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019.
Autor: Desenhos do autor
- Fig. 32 Alçado Oeste (O) e corte geral A da Bateria da Raposeira I. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019.
Autor: Desenhos do autor
- Fig. 33 Exterior. Vista geral do 2º patamar da Bateria da Raposeira I, 2019.
Autor: Fotografia do autor
- Fig. 34 Exterior. Vista geral da fachada O, 2019.
Autor: Fotografia do autor
- Fig. 35 Exterior. Peça de artilharia virada para N, 2019.
Autor: Fotografia do autor

Fig. 36 Exterior. Patamar intermédio do 2º piso, 2019.

Autor: Fotografia do autor

Fig. 37 Planta da Bateria da Raposeira II em 1902 e a planta atual assinalando o que se encontra destruído. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

Autor: Desenhos do autor

Fig. 38 Alçado Oeste (O) e corte A da Bateria da Raposeira II. Desenhos elaborados com base nos desenhos originais fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

Autor: Desenhos do autor

Fig. 39 Exterior. Segundo patamar da Bateria da Raposeira II, 2019.

Autor: Fotografia do autor

Fig. 40 Exterior. Passagem N, que permite aceder à Bateria da Raposeira II, 2019.

Autor: Fotografia do autor

Fig. 41 Interior. Piso térreo da Bateria da Raposeira II, 2019.

Autor: Fotografia do autor

Fig. 42 Interior. Galeria superior da Bateria da Raposeira II, 2019.

Autor: Fotografia do autor

Fig. 43 Planta da Bateria de Alpena e o seu programa, de 1893 e de 1909 . Desenhos elaborados com base nos de desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

Autor: Desenhos do autor

Fig. 44 Cortes A e B (respetivamente) da Bateria de Alpena. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

Autor: Desenhos do autor

Fig. 45 Parte do Alçado Oeste (O) da Bateria de Alpena. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

Autor: Desenhos do autor

Fig. 46 Planta, corte A e alçado (O) da estação de Eletricidade da Bateria de Alpena. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

Autor: Desenhos do autor

Fig. 47 Planta, corte A e alçado (O) do pavilhão para oficiais e serviços gerais da Bateria de Alpena. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

Autor: Desenhos do autor

Fig. 48 Exterior. Fachada O da Bateria de Alpena, 2019.

Autor: Fotografia do autor

Fig. 49 Exterior. Degradação da fachada O da Bateria de Alpena, 2019

Autor: Fotografia do autor

Fig. 50 Exterior. Zona do antigo pavilhão para oficiais e serviços gerais, 2019.

Autor: Fotografia do autor

Fig. 51 Interior. Antigo paiól da Bateria de Alpena, 2019.

Autor: Fotografia do autor

Fig. 52 Visitantes nas escavações de Pompeia, séc. XIX,

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/História_das_escavações_de_Pompeia

Fig. 53 Viollet-Le-Duc, n.d.

Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Eugene-Emmanuel-Viollet-le-Duc>

Fig. 54 Cesare Brandi, n.d.

Fonte: <http://realitas.joaosecarmona.com/2014/09/restauro-critico.html>

Figura 55 – exterior. Vista norte (N) observada da Bateria da Raposeira I, 2019.

Autor: Fotografia do autor.

Figura 56 – Exterior. Vista poente (O) observada da Bateria da Raposeira I, 2019.

Autor: Fotografia do autor.

Figura 57 – Exterior. 3º patamar da Bateria da Raposeira I, 2019.

Autor: Fotografia do autor.

Figura 58 – Exterior. Peça de artilharia virada a poente (O). Bateria da Raposeira I, 2019.

Autor: Fotografia do autor.

Figura 59 – Exterior. Vista poente (O) da Bateria da Raposeira I, 2019.

Autor: Fotografia do autor.

Figura 60 – Exterior. Zona do observatório da Bateria da Raposeira I, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 61 – Exterior. Segundo patamar da Bateria da Raposeira I, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 62 – Exterior. Patamar intermédio da Bateria da Raposeira I, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 63 – Exterior. Casa de guarda da Bateria da Raposeira II, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 64 – Exterior. Patamar de entrada da Bateria da Raposeira II, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 65 – Exterior. Vista da Bateria de Alpena, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 66 – Exterior. Vista poente (O) da Bateria de Alpena, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 67 – Exterior. Vista sul (S) da Bateria de Alpena, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 68 – Exterior. Segundo patamar da Bateria de Alpena, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 69 – Exterior. Vista do segundo patamar da Bateria de Alpena, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 70 – Exterior. Parte da fachada (E) da Bateria de Alpena, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 71 – Interior. Degradação da cisterna da Bateria de Alpena, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 72 – Interior. Cisterna) da Bateria de Alpena, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 73 – Interior. Sala das luzes da Bateria de Alpena, 2019.
Autor: Fotografia do autor.

Figura 74 – Interior. Ante paiol da Bateria de Alpena, 2019.

Autor: Fotografia do autor.

Figura 75 – Planta parcelar do terreno a expropriar para a construção da Bateria da Raposeira, 1898.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 76 – Desenhos da Bateria da Raposeira I, 1948.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 77 – Planta de vermelhos e amarelos da Bateria da Raposeira I, 1948

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 78 – Alçado da Bateria da Raposeira, 1948.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 79 – Parcelas expropriadas para a construção da Bateria da Raposeira II, 1902.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 80 – Planta de cobertura da Bateria da Raposeira II, 1902.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 81 – Planta ao nível do terraplano baixo da Bateria da Raposeira II, 1902.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 82 – Desenhos da Bateria da Raposeira II, 1902.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 83 – Antigos redutos localizados onde se situa atualmente a Bateria de Alpena, 1890.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 84 – Planta geral da Bateria de Alpena, 1893.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 85 – Antigo reduto de campanha.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 86 – Pavilhão para oficiais e serviços gerais de tempo de paz da Bateria de Alpena, 1909.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 87 – Planta dos paióis, da plataforma e abrigos, 1909.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Figura 88 – Planta ao nível do terraplano baixo e planta do nível do terraplano de circulação, 1909.

Fonte: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

0

INTRODUÇÃO

0.1. ENQUADRAMENTO

O caso de estudo desta dissertação é o conjunto das baterias da Raposeira e de Alpena na Trafaria. Trata-se de três unidades que integraram o complexo militar de Artilharia de Costa, construídas no final do século XIX, com o objetivo de prevenir os conflitos que se faziam notar no mundo. A ausência de guerras militares em Portugal fez com que estas baterias fossem desativadas na década de noventa do século XX. Desde então, assiste-se ao abandono e consequente degradação destas estruturas, que se encontram já num estado crítico de ruína, e que aguardam há mais de vinte anos por uma nova vida.

Estas baterias são a memória viva de um período histórico, da arquitetura militar do século XIX e inserem-se numa envolvente paisagística singular. São, no seu todo, património cultural que carece de estudo e de medidas urgentes de conservação.

0.2. PROBLEMÁTICA

Esta dissertação, sobre as baterias de defesa de costa situadas na Trafaria, deve-se principalmente à motivação de analisar e trabalhar uma arquitetura pouco conhecida e explorada. Muitos edifícios de defesa de costa, de séculos anteriores, mantêm-se preservados até aos dias de hoje, foram restaurados e a sua história é, pelo menos, conhecida. Mas estas mais recentes construções de defesa de costa, de finais do século XIX, continuam sem qualquer valorização. Parece que estas baterias são ignoradas, como se, tanto elas como a sua história, estivessem camufladas no tempo, à semelhança do que foram, camufladas no terreno.

É motivador estudar este tipo de arquitetura, pela forma como a construção é dissimulada no terreno e pela organização do programa.

São objetivos, conhecer este património, entender a problemática relativa ao seu abandono e avançado estado de degradação, bem como encontrar a melhor forma de conservação.

Por último, mas não menos importante, tem-se por objetivo dar a conhecer a história do sistema de defesa de costa que originou a construção destas baterias e também a história do local que as acolheu, a Trafaria.

0.3. METODOLOGIA

Perceber as questões históricas das baterias que foram erguidas na Trafaria, nos finais do século XIX, exigiu o recurso a uma pesquisa exaustiva de bibliografia, iconografia e cartografia, de modo a esclarecer a evolução da sua construção.

Foram consultados o Arquivo Histórico Militar e o Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército.

Foram contactadas algumas entidades públicas, para esclarecimento de dúvidas, em particular a Câmara Municipal de Almada, a Junta de Freguesia da Trafaria, a Câmara Municipal de Cascais e o Exército.

Durante a realização deste trabalho foram efetuadas várias visitas ao local, para análise direta do espaço, da envolvente, das baterias e da sua arquitetura, bem como para efetuar levantamentos fotográficos.

0.4. ESTRUTURA

Esta dissertação foi estruturada em sete capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se o Estado da Arte, não só sobre o conhecimento histórico, mas também sobre considerações relativas à conservação das baterias.

O segundo capítulo corresponde ao enquadramento histórico da *Defesa de Costa apartir do século XIX*.

O enquadramento histórico da *Trafaria*, desde os primórdios até à atualidade, é a matéria que ocupa o terceiro capítulo.

O quarto capítulo, *Baterias da Trafaria*, escrutina todos os detalhes da história deste caso de estudo, bem como as suas características, em termos de localização, estado atual e organização no espaço.

O quinto capítulo analisa a *Teoria da Conservação*, a Evolução histórica da *Teoria da Conservação e Restauro* e as *Recomendações Internacionais*. A primeira parte expõe as diferentes teorias e técnicas da conservação ao longo dos séculos. A segunda parte apresenta as recomendações internacionais para a conservação do património, que melhor se adequa a este trabalho.

Nos últimos capítulos, desenvolvem-se *Recomendações Finais* e propostas de inventariação das baterias estudadas.

Por fim, nos Anexos, incluem-se os desenhos técnicos originais das baterias, fornecidos pela Direção de Infraestruturas do Exército e mais alguns registos fotográficos.

01

ESTADO DA ARTE

ESTADO DA ARTE

As baterias pertencentes ao Sistema Defensivo de Artilharia de Costa do séc. XIX e XX integram aquele que foi o período de maior evolução a nível de Artilharia e Defesa de Costa. Estas baterias, localizadas nas duas margens do rio Tejo, junto à capital, foram um importante marco na defesa do território português. Contudo, atualmente, grande parte destas infraestruturas encontra-se ao abandono e à mercê do tempo e das suas vontades.

Toda esta evolução respeitante à defesa costeira do território português nesta época foi impulsionada, segundo Jaime Emerenciano, pela instabilidade política e social que afetou o país durante o século XIX. Essa instabilidade surgiu logo no início do século, em consequência das invasões francesas e alargou-se, também, segundo o autor, à política de defesa costeira. A falta de estabilidade no país continuou no final do século, “quando se *perspetivava a queda da monarquia em Portugal e, conseqüentemente, a instauração da República*” (Emerenciano, 2011). Nesta altura evidenciavam-se, cada vez mais, alguns indícios de uma guerra a nível mundial. Este conjunto de acontecimentos levaram à necessidade de se reformular o sistema defensivo português, com especial impacto em Lisboa e arredores (Emerenciano, 2011).

Os primeiros trabalhos dessa reformulação aconteceram em 1863, conforme consta no artigo de Ferreira da Cal, publicado na Revista de Artilharia. Era o início de um conjunto de infraestruturas militares, mais tarde chamado Campo Entrincheirado de Lisboa, destinado a conjugar a defesa por terra com a defesa de costa. O Campo Entrincheirado de Lisboa foi, segundo Ferreira da Cal “*uma das maiores estruturas defensivas que o país jamais teve*”. Quase quatro décadas depois de finalizado este sistema, começou a II Guerra Mundial, que fez com que, embora Portugal se mantivesse como país neutro, fossem tomadas algumas medidas de precaução, tendo em conta o clima de conflito no mundo. No início da guerra foi criada uma comissão anglo-lusa liderada pelo General inglês F. W. Barron, que tinha como missão aprimorar e aumentar o complexo militar do Campo Entrincheirado de Lisboa. Foi então que as baterias já existentes foram equipadas com material moderno e foram construídas novas baterias na zona de Setúbal (Cal, 1999).

O Campo Entrincheirado de Lisboa compunha baterias localizadas em vários pontos das duas margens do Tejo. Foi deste plano que resultaram as baterias construídas na zona da Trafaria, nomeadamente as de Alpena e Raposeira (as baterias em que se centra este trabalho de investigação).

A Trafaria era, até ao séc. XVI, apenas uma terra despovoada à beira do Tejo. Porém, fruto de algumas mudanças sociais e políticas, começou a ser habitada. Ainda assim, desde que se tornou terra de gente, nunca foi bem vista no que toca aos seus aspetos sociais, ao contrário do que foi acontecendo a nível militar, como evidencia Carlos Barradas Leal : “*a Trafaria, que nos seus aspetos sociais foi sempre posta um pouco ‘à margem’, sob o ponto de vista militar e dada a sua posição geográfica, desde cedo assumiu uma posição estrategicamente importante*” (Leal, 2014). Essa importante posição geográfica foi sendo aproveitada ao longo do tempo, mas

principalmente a partir do século XIX, quando foram construídos os primeiros redutos nesta zona. Com a vitória dos liberais na guerra civil todos esses redutos foram desativados, não havendo necessidade de utilização até ao final deste século, com o surgimento do Campo Entrincheirado de Lisboa. Deste modo, esses antigos redutos deram lugar às novas baterias de Alpena e da Raposeira.

Inicialmente foram construídas apenas duas baterias, a 1ª bateria de Alpena, construída entre 1893 e 1901 e a 1ª da Raposeira, entre 1893 e 1902. Mais duas baterias foram construídas depois, como clarifica o autor: a 2ª da Raposeira, construída entre 1902 e 1909, ainda que independente da primeira, e a 2ª de Alpena, entre 1909 e 1911 e que foi *“o prolongamento para sul, da primeira de Alpena, passando a constituir uma só bateria, a maior de todas”* (Leal, 2014).

Ao contrário do que era feito até à data, em que as fortificações eram construídas de modo a que fossem perceptíveis e visíveis a grande distância, como símbolo de poder e intimidação, estas baterias foram erguidas, como refere Catarina Oliveira Mascarenhas, adotando uma *“técnica de dissimulação no território, sendo constituída por pequenas construções à superfície e construções subterrâneas, galerias e paióis, possuindo geralmente dispositivos de camuflagem”* (Mascarenhas, 2014). Estavam, portanto, construídas as mais evoluídas infraestruturas de defesa, num local que se adequava perfeitamente ao que era necessário, ainda que aquelas baterias nunca tenham funcionado em situações de combate real. Durante os anos em que estiveram em funcionamento, porém, foram efetuados alguns exercícios de treino que obrigavam à tomada de precauções pelas populações diretamente afetadas na área de alcance dos disparos (Mascarenhas, 2014).

A ausência de prováveis ameaças, aliada à crescente urbanização nas zonas onde estavam grande parte das baterias foi, conforme concluiu Mascarenhas, o ponto crucial que levou à desativação do Regimento de Artilharia de Costa:

“Tendo em linha de conta que as potenciais ameaças eram pouco prováveis e com a crescente urbanização das zonas onde estava instalada a maioria das baterias, estas foram sendo desativadas [...] Este conceito de defesa, assim como o próprio equipamento militar, foi-se então tornando obsoleto e, em 1999, o RAC¹ fcompletamente desativado, tendo nesse ano realizado os últimos disparos do Muro Atlântico Português.”(Mascarenhas, 2014)

¹ RAC – Regimento de Artilharia de Costa.

Quase todas as baterias de costa encontram-se, nos dias de hoje, em total estado de abandono e sem perspectivas de um rejuvenescido futuro. Aquelas outrora importantes estruturas estão, como é incisivamente descrito pela autora, “*sem afetação de uso, encontrando-se apenas vestígios bélicos abandonados e peças de artilharia moribundas.*” (Mascarenhas, 2014)

Que deveria ser dada uma segunda vida a estas infraestruturas é indubitavelmente unânime entre os autores que estudaram o tema. E não faltam argumentos para justificar o que, só por si, parece óbvio. Pereira de Sousa defende essa conservação, por motivos vários:

“Pela sua concepção são características de uma época; valia a pena conservá-las, tanto mais que, não tendo havido conservação de construções análogas, isso confere-lhes uma certa atração de raridade. Demais, estão colocadas numa das melhores áreas turísticas do concelho, dentro da faixa que compreende alguns dos mais importantes valores do património natural: as arribas fosseis da Caparica, espécies indígenas de flora e a inestimável reserva paisagística.” (R. . P. de Sousa, 1981)

No mesmo sentido, é possível prosseguir com aquilo que é defendido por Isabel Maria Silva da Piedade, que assenta igualmente numa tese de preservação:

“Importa salientar a importância da preservação da memória da artilharia de costa, não apenas através da conservação do enorme e diversificado legado de construções arquitectónicas presentes ao longo das margens do rio, mas também expondo o que cada uma dessas estruturas contribuiu para a história da defesa da barra de Lisboa ou mesmo para a História do país.” (Piedade, 2011)

Esta autora apresenta, inclusive, breves propostas teóricas de reabilitação. Defende a reedificação dos fortes, “*atribuindo-lhes novas funções de utilidade pública, nomeadamente através da adaptação de algumas dessas estruturas a espaços museológicos.*” Propõe ainda a criação de roteiros histórico-militares no âmbito do turismo cultural, que “*levaria cada um dos visitantes a ‘viajar no tempo’, acentuando de que forma esta vertente das forças armadas teve importância na defesa não só do porto de Lisboa, como também na própria independência do país.*” (Piedade, 2011)

Se existe unanimidade relativamente ao que deveria ser o destino deste património, o mesmo acontece no que toca ao que parece ser o motivo pelo qual nunca foi dada a possibilidade de estas fortificações renascerem das cinzas. Leonor Pires Cascais evidencia-o: “*Inseridas num território protegido pelo exército, várias foram as premissas que lhes estavam associadas que condicionaram a apropriação destes espaços após terem sido inativados*” (Cascais, 2017).

Se nos quisermos focar especificamente nas baterias de Alpena e da Raposeira, o

motivo apontado no estudo efetuado pelo já referido autor Pereira de Sousa, é exatamente o mesmo: “ [...] na área da Trafaria, parece que as instalações das Baterias de Raposeira e Alpena estão no todo ou em parte fora de serviço por perda de interesse militar”. (R. . P. de Sousa, 1981)

Uma necessária, embora eventual reabilitação deste património estará, primeiramente dependente da vontade das entidades competentes, como conclui Isabel Maria Silva da Piedade: “A conservação desta memória apenas será possível com a dedicação dos diversos parceiros (Ministério da Defesa e Câmaras Municipais).” (Piedade, 2011)

Importa ainda referir a existência das Recomendações Internacionais para a Conservação do Património, que se resumem a cartas e documentos, que foram surgindo e complementando-se ao longo dos anos e que contêm diretrizes e normas visando a realização de intervenções apropriadas no património. Estas cartas, resultantes de conferências internacionais, consideram as várias formas de se conservar o património arquitetónico, repudiando o abandono. Veja-se, por exemplo, a linha diretora da Carta de Veneza (1964):

“Os monumentos de um povo, portadores de uma mensagem do passado, são um testemunho vivo das suas tradições seculares. A humanidade tem vindo progressivamente a tomar maior consciência da unidade dos valores humanos e a considerar os monumentos antigos como uma herança comum, assumindo colectivamente a responsabilidade da sua salvaguarda para as gerações futuras e aspirando a transmiti-los com toda a sua riqueza e autenticidade.

É essencial que os princípios orientadores da conservação e do restauro de edifícios antigos sejam elaborados e acordados a nível internacional, ficando cada país responsável pela sua aplicação no âmbito específico do seu contexto cultural e das suas tradições”. (Carta de Veneza, 1964)

Toda esta análise reforça, indiscutivelmente, aquela que me aparentava ser a opinião generalizada de que este património deveria ser valorizado. Não apenas a arquitetura em si como também a sua história – uma história que não deveria ter o triste fim para onde caminha.

Considero, portanto, de uma grande importância elaborar esta dissertação, recolhendo e mostrando todas as questões que rodeiam e ferem, há tempo de mais, aquelas estruturas injustamente abandonadas na Trafaria.

02

DEFESA DE COSTA

0.2. DEFESA DE COSTA

Tendo em conta que as baterias da Trafaria são o principal objeto de estudo nesta dissertação, é importante referir que estas fortificações. Fazem parte de um sistema que tinha como objetivo proteger a costa portuguesa junto à capital, o principal ponto de acesso por via marítima. Esse sistema foi desenvolvido ao longo de vários séculos e culminou, em parte, no que são hoje as construções que ainda se mantêm na Trafaria.

Deste modo, é necessária uma breve contextualização histórica e cronológica dos procedimentos que deram forma à defesa da costa portuguesa. Procede-se então a essa breve contextualização, com especial incidência no período em que o sistema começou a ser implementado de uma forma prioritária, com consecutivas alterações, visando sempre o seu melhoramento no que toca à tecnologia e à sua eficácia.

O ponto de viragem a nível estratégico e de dissimulação, ainda que de uma forma atenuada, aconteceu na passagem do séc. XVIII para o séc. XIX. Durante a guerra dos sete anos, altura em que Portugal era governado por D. José e pelo ministro Marquês de Pombal, temia-se uma invasão por parte dos exércitos aliados de Espanha e França. Por esse motivo, Marquês de Pombal contratou um general alemão de seu nome Schaumbourg Lippe, para comandar as tropas portuguesas e elaborar uma estratégia de defesa para enfrentar os invasores. Foi o Conde Lippe que teve a ideia de serem colocadas fortificações nos pontos mais altos de Almada, que iriam até à Raposeira. Contudo, essa ideia não foi implementada. Mas meio século mais tarde, pelas mãos do então general do exército anglo-luso Arthur Wellesley, é implementado um projeto semelhante à ideia proposta pelo Conde Lippe (R. . P. de Sousa, 1981, p. 27). O general Wellesley viria a ser determinante para Portugal durante as invasões francesas, ao erguer estratégias de defesa que determinaram a saída das tropas de Napoleão.

Forte São Julião da Barra

Torre de Belém

Lisboa



Forte de São Lourenço da Cabeça Seca

Torre Velha

Almada

Figura 02 - Planta de Lisboa, 1833.

Nesta cartografia é possível observar as mais importantes fortalezas de proteção de Costa: Forte São Lourenço de Cabeça Seca, a Torre de São Julião da Barra, Torre de Belém e a Torre Velha.

2.1. Invasões Francesas

Pouco depois da partida da família real para o Brasil, em novembro de 1807, entraram em Portugal as tropas de Napoleão Bonaparte, lideradas pelo comandante Junot. Antes da fuga, D. João VI mandou construir quatro baterias na margem sul: uma bateria baixa no Porto Brandão, uma bateria alta também perto do Porto Brandão, outra na Paulina, e por fim, uma bateria no alto da Trafaria. Esta última bateria ficou construída em 1808, ainda no decorrer da primeira invasão, por ordem de Junot (R. . P. de Sousa, 1981).

As mais importantes fortalezas de proteção da costa, neste início de século, eram o forte de São Lourenço da Cabeça Seca e a Torre de São Julião da Barra, que foram ocupadas quando aconteceu a primeira invasão napoleónica (Emerenciano, 2011). (figura 2)

Em julho de 1808 chegou a Portugal o general inglês Arthur Wellesley, que viria a comandar os exércitos português e inglês até à retirada das tropas francesas, em outubro do mesmo ano, terminando assim a primeira invasão francesa. Contudo, a saída do exército francês e conseqüente término da primeira invasão, não significou que terminasse também a necessidade de proteger Lisboa, a capital do reino:

“O engenheiro Neves Costa iniciou diligências para que pudesse continuar o trabalho de levantamento do terreno a norte de Lisboa, iniciado em colaboração com Vincent, tendo obtido permissão para tal pretensão no mês de Novembro de 1808 e em Fevereiro do seguinte ano deu-o por concluído com a elaboração de uma carta topográfica. O seu trabalho não tinha como objectivo traçar um sistema defensivo, mas sim constituir uma visão geoestratégica do território, examinando e indicando quais os locais mais favoráveis para a protecção e apoio do exército defensor. Assim, analisou a geografia e as principais vias de comunicação a Lisboa, bem como algumas variantes, evidenciando as posições mais vantajosas à defesa, muitas das quais foram efectivamente utilizadas aquando da fortificação das Linhas de Torres Vedras” (Figueiredo, 2011, p. 8).

Este trabalho de reconhecimento de terrenos efetuado pelo engenheiro Neves Costa foi útil ao general Wellesley, usando-o no planeamento de um **Campo Entrincheirado** a norte de Lisboa (abordado mais à frente).

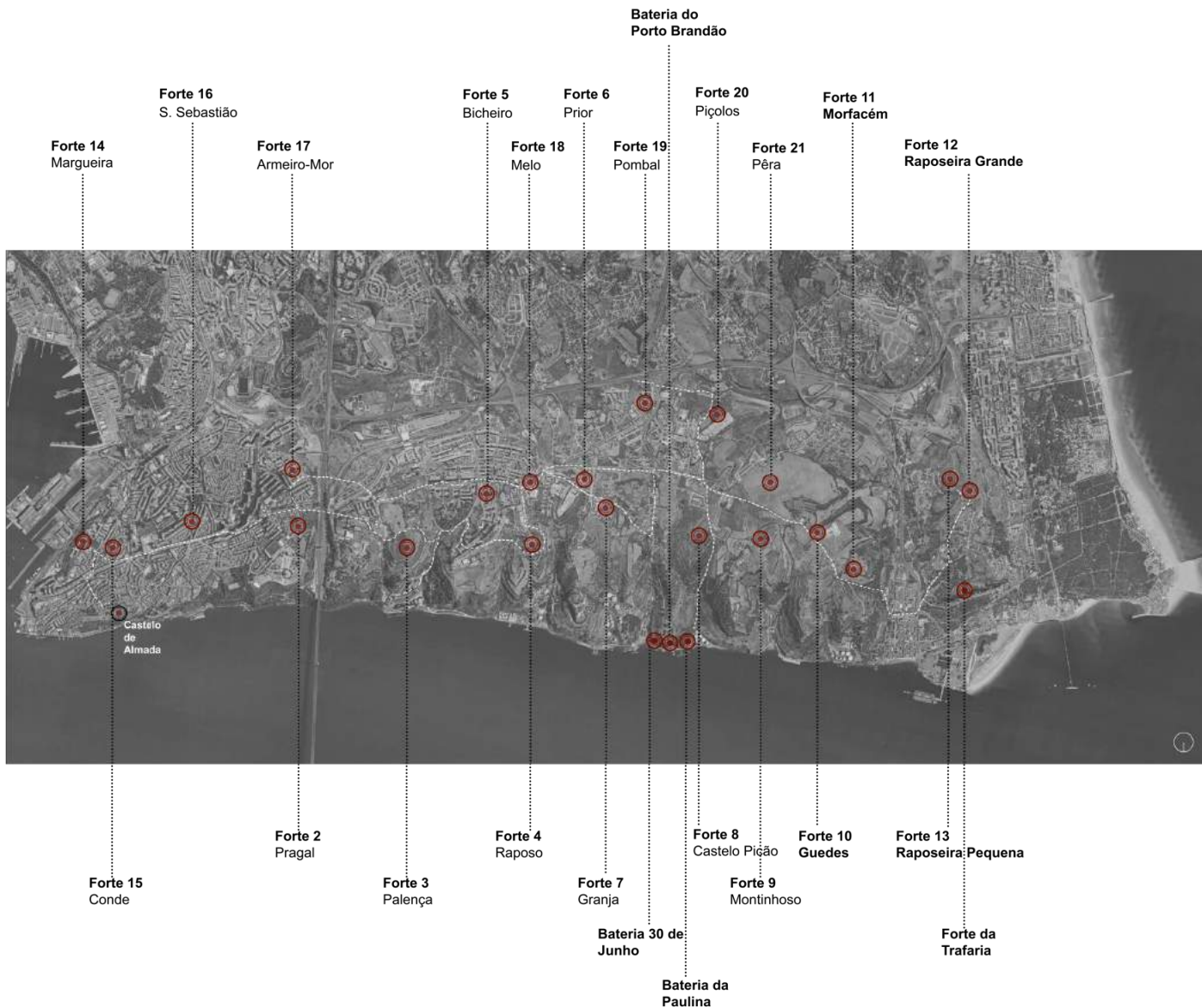


Figura 03 - Ortofotomapa, 2019, diagrama do autor.

Neste ortofotomapa é possível observar todas as fortificações existentes durante a 3ª invasão francesa (1810-1811), na margem sul do Tejo, mandadas construir pelo General Wellesley. Estas fortificações dividiam-se em duas linhas de defesa. A 1ª localizava-se entre a Margueira (Forte nº 14) e a Pera de Cima (Forte nº 21). A 2ª situava-se entre o castelo de Almada (Forte nº 1) e Alpena (Fortes nº 12 e 13).

A segunda invasão francesa não motivou alterações assinaláveis no contexto da defesa de costa, ao contrário do que veio a acontecer na terceira invasão.

A terceira invasão começou em julho de 1810. Em outubro, as tropas de Napoleão, ao chegarem a Lisboa, encontraram o exército anglo-luso bem protegido no seio de obstáculos naturais do terreno e na retaguarda de um conjunto de fortificações, impossível de transpor. Estas fortificações faziam parte da Linha de Torres Vedras, um sistema de construções militares implementado por Wellesley, para proteção da capital através do controlo dos principais vales e acessos e também para, caso necessário, permitir a fuga e embarque das tropas inglesas, durante um eventual ataque francês (Figueiredo, 2011). Além das três linhas na margem norte, foram erguidas mais duas linhas na margem esquerda do Tejo. Uma delas localizada em Almada, com uma extensão de 7 quilómetros e outra composta por 7 redutos na zona de Setúbal, prevenindo ataques a sul:

“Além da construção dos fortes e redutos ao longo das Linhas foi dada prioridade à utilização das zonas limítrofes consideradas barreiras naturais, tais como escarpamentos que pudessem ser facilmente convertidos em barreiras intransponíveis. As estradas que permitiam a acessibilidade às Linhas foram desmontadas, assim como aquelas que corriam paralelas à sua frente; as pontes foram destruídas; os vales foram bloqueados, quer através da construção de barragens e conseqüente inundação dos mesmos, quer pela colocação de enormes barreiras com árvores caídas (abatizes) ou paredes de pedras; algumas árvores foram cortadas para melhorar a visibilidade; as encostas dos montes foram escarpadas, tornando-se íngremes precipícios após a retirada de toneladas de terra, alterando o perfil dos montes para sempre” (Figueiredo, 2011).

No total, a sul do Tejo, Wellesley mandou construir 21 fortes, ainda que apenas um deles, o de Almada (nº1), fosse permanente. Os restantes eram fortificações em forma de reduto², poligonais, em terra batida, prevalecendo a planta hexagonal e de carácter temporário. Estavam organizados nas já referidas duas linhas de defesa. A primeira linha controlava as encostas a norte do vale de Mourelos e a entrada na Raposeira, localizando-se, portanto, entre a Margueira (forte nº14) e Pera de Cima (forte nº21). A segunda linha dava apoio à margem sul, entre o castelo de Almada (forte nº1) e Alpena (os fortes 12 e 13) e estendia-se entre a encosta a norte da estrada Almada-Murfacém e os acessos aos talwegues, que davam acesso aos pequenos portos (Trafaria e Porto Brandão). (figura 3)

² Reduto – Fortificação de campanha, de carácter temporário.

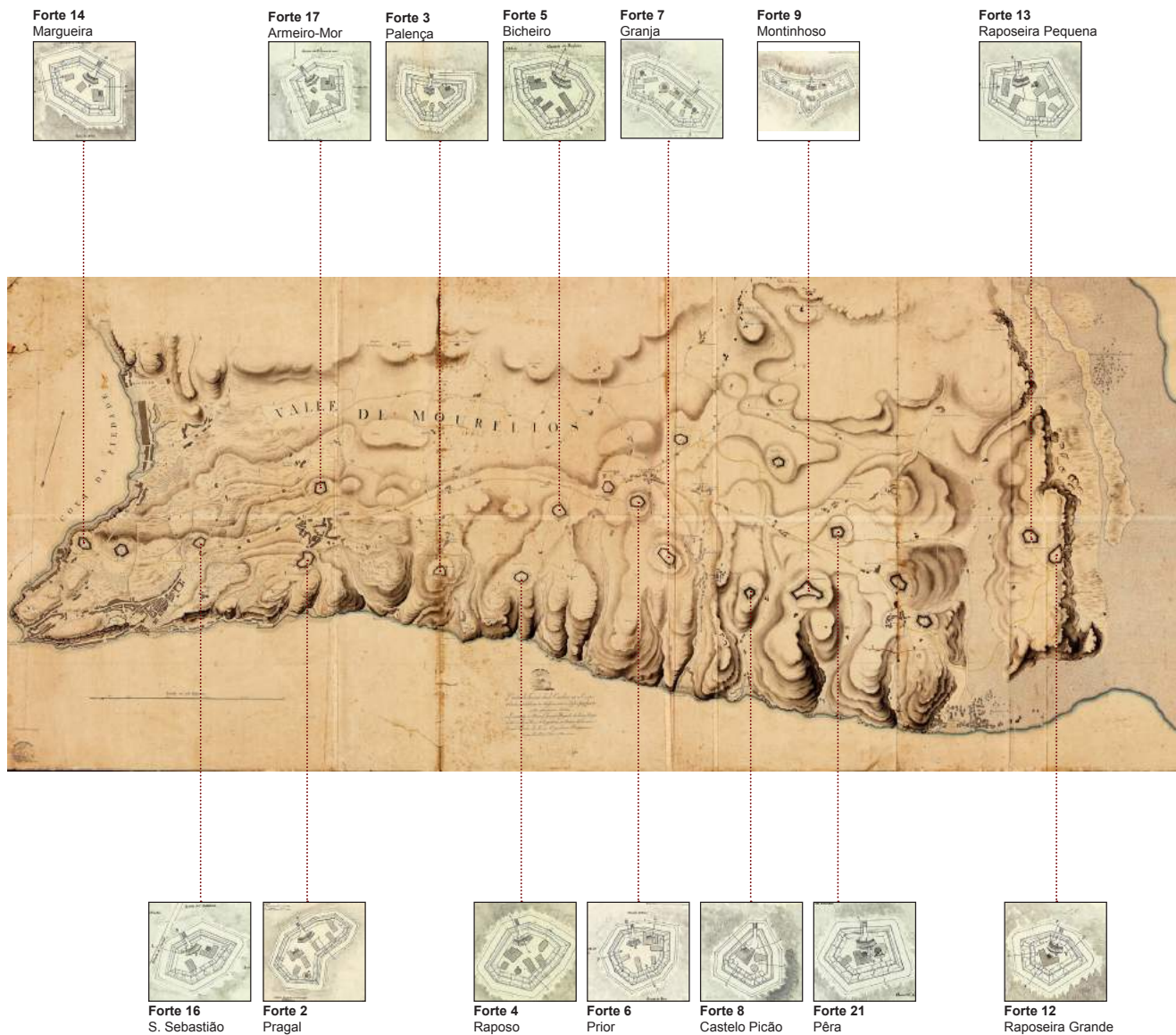


Figura 04 - Planta do terreno desde Cacilhas até à costa a Oeste, e Sudoeste da Trafaria, com a linha fortificada sobre esse mesmo terreno, 1750-1833, SOUSA, Manuel Joaquim Brandão.

Sobreposto a esta planta foram identificadas as diversas fortificações de campanha (1810-1811), e ampliadas de modo a ser possível observar as diferentes formas poligonais existentes.

Destes 21 fortes, quatro estavam localizados na zona da Trafaria:

Forte do Guedes, situado na Quinta do Guedes, a atual Quinta da Nossa Senhora da Conceição em Cova;

Forte Murfacém, a oeste da Ermida da Nossa Senhora do Monte do Carmo;

Forte da Raposeira Grande, localizado perto do forte da Raposeira Pequena, era o único reduto orientado para a defesa marítima. Foi posteriormente reutilizado (em 1931/32) de modo a integrar o sistema defensivo de D. Miguel. Por último, foi demolido, no final do séc. XIX, para dar lugar à primeira bateria de Alpena;

Forte da Raposeira Pequena, construído a duzentos metros do forte da Raposeira Grande. No final do séc. XIX dava apoio logístico às baterias de Alpena. Atualmente ainda é possível verificar os contornos deste forte no terreno. (figura 5 e 6)

Os 21 fortes estavam interligados entre si através de caminhos que possibilitavam uma célere movimentação de tropas pelas várias fortificações. Alguns destes caminhos já existiam. Porém, outros foram criados unicamente para este fim (R. . P. de Sousa, 1981).

Na ausência de qualquer invasão proveniente do Sul, nenhum destes fortes chegou a ter utilidade prática. Acredita-se que estes redutos nunca chegaram a estar artilhados. Como declara Beresford, “isso poderia ser feito rapidamente com peças de campanha fornecidas por Lisboa, mas os fortes estiveram prontos a receber artilharia, dispendo de plataformas e outros utensílios, que só foram retirados em 1814” (R. . P. de Sousa, 1981, p. 131).

Segundo R. H. Pereira de Sousa, a partir de 1814 as fortificações começaram a entrar em estado de abandono.



Figura 05 – Forte Raposeira Pequena, 1810-1811.



Figura 06 – Forte Raposeira Pequena, atualmente.

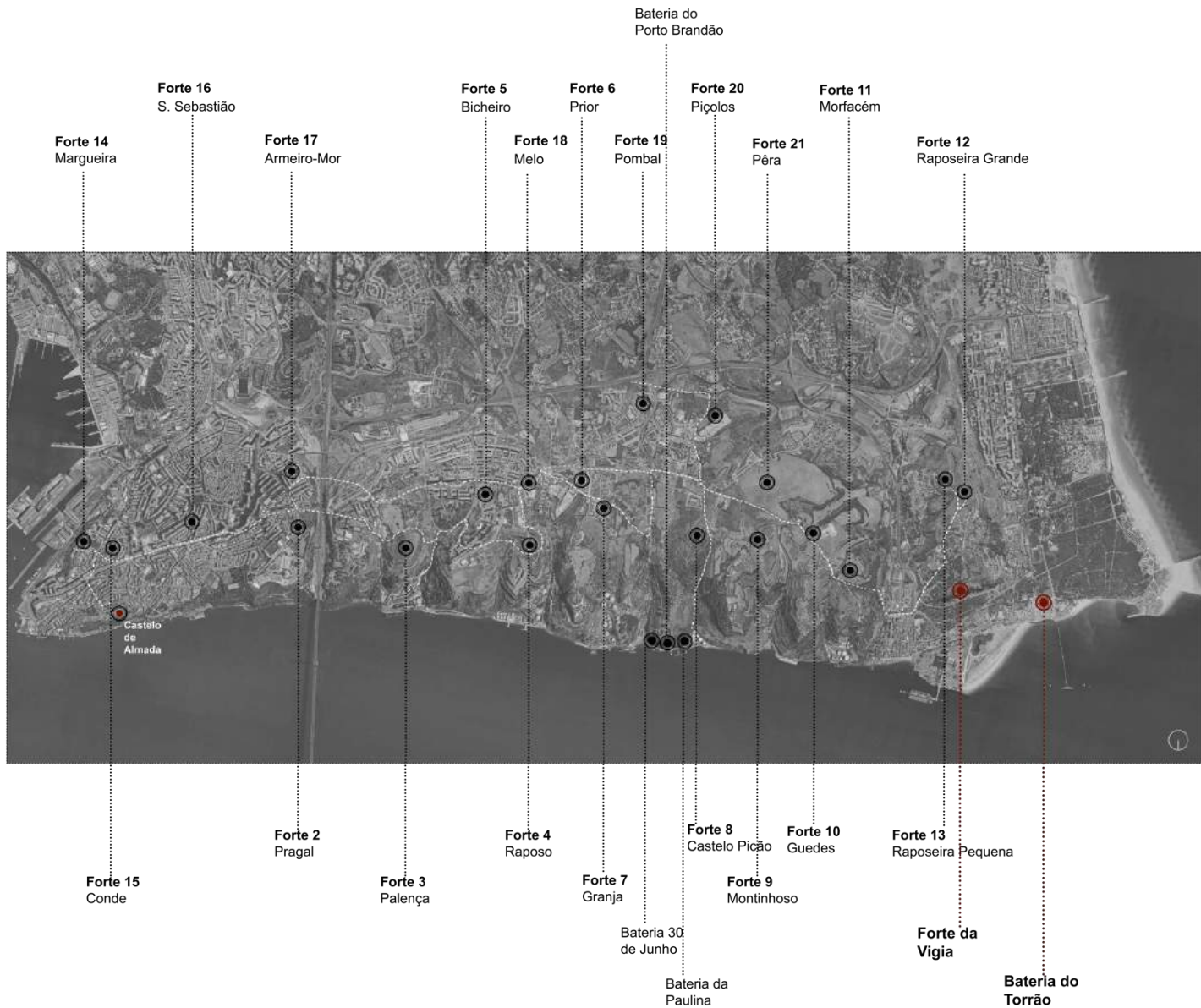


Figura 07 - Ortofotomapa, 2019, diagrama do autor.

Neste ortofotomapa é possível observar as fortificações de campanha que eram mantidas desde 1810 (assinaladas a preto, correspondentes à figura 03), e as que foram acrescentadas depois de 1831 (durante a invasão de Roussin, assinaladas a vermelho).

2.2. Invasão de Roussin

Em 1831, depois de uma invasão pelo porto de Lisboa, comandada pelo almirante Roussin, verificou-se, uma vez mais, a existência de debilidades na defesa da barra do Tejo (Cal, 1999, p. 5). A resposta a esta invasão foi dada pelo Rei D. Miguel, que mandou reforçar as fortificações em torno daquela zona costeira (Emerenciano, 2011). O sistema de defesa dividia-se então em dois setores, o setor norte e o setor sul:

- O setor norte era constituído por uma linha de fortes independentes; uma segunda linha com 11 fortificações permanentes e redutos entre Sacavém e Caxias; e uma terceira linha composta por fortes, redutos e baterias dentro da cidade, entre Alcântara e a Madre Deus.

- O setor sul era formado pela quarta linha, que agregava as fortificações do Monte da Caparica, Pragal, Cacilhas e da Trafaria (Carlos Alves Lopes, n.d.).

Estas fortificações de campanha seguiam a linha de construção das anteriores (1810), em terra batida e alvenaria praticamente inexistente, como a bateria do Torrão, e o forte da Vigia, localizados na Trafaria (R. . P. de Sousa, 1981, p. 35). (figura 7)

Segunda metade do séc. XIX

A evolução técnica e tecnológica da artilharia neste período (bastante mais vincada do que acontecera no final do séc XVIII) deu origem a um novo modelo de estratégia defensiva, que alterou, conseqüentemente, a forma de ver e projetar a arquitetura militar. Segundo Mascarenhas, “as fortificações erguidas até então revelavam-se verdadeiros símbolos de poder e domínio, marcas expressivas na paisagem natural ou urbana, de grande eloquência, cuja mensagem de intimidação se deveria avistar a larga distância” (Mascarenhas, 2014, p. 17). A nova técnica representava o oposto. Consistia em ocultar no terreno as construções militares de caráter defensivo. Grande parte dos edifícios ficavam abaixo do solo, em construções subterrâneas. À superfície ficavam apenas pequenas construções, galerias e paióis, ainda que camuflados. Alterou-se também o método construtivo, começando a seguir-se conceitos modernistas, como o uso de ferro fundido ou ferro em combinação com betão armado. Neste novo modelo constavam também baterias de tiro, vias de comunicações rápidas e a conceção de entrincheiramentos bem ajustados no terreno, para que fosse possível disparar de posições resguardadas. Cada bateria era composta por uma plataforma munida de várias bocas de fogo de artilharia, sob o mesmo comando e dispostas, habitualmente, em posições próximas umas das outras (Mascarenhas, 2014, p. 17).



*Figura 08 - Forte de São Julião da Barra, n.d.
Forte pertencente ao Sistema de Defesa de Costa, sector exterior do Campo Entrincheirado de Lisboa (CEL)*

2.3. Campo Entrincheirado de Lisboa

Em 1863 o Rei D. Luís inaugurou o início da construção do que viria a ser o **Campo Entrincheirado de Lisboa**, que se resumia a um complexo defensivo terrestre, interligado ao sistema de defesa de costa, e que havia sido planeado pelo então Ministro de Guerra, Marquês de Sá Bandeira. No entanto, em 1865, Sá Bandeira deixou o cargo no Ministério de Guerra, o que motivou um progressivo abandono do plano por ele elaborado (Cal, 1999, p. 5).

“As promessas feitas na camara dos pares pelo ministro da guerra, em 20 de junho de 1867, não se realizaram; poisque, durante os últimos três annos, nem as obras das fortificações começadas foram continuadas, nem o governo pediu ás cortes meios para tal fim [...]” (Bandeira, 1866, p. 11).

Após a sua morte, em 1876, esse projeto foi permanentemente abandonado. Surgiu então uma ideia de defesa mais ativa de Lisboa, que ia além da passividade defensiva. A nova estrutura era formada por dois setores: setor exterior e setor interior. Do setor exterior, na margem norte, faziam parte o forte de São Julião da Barra, o reduto Duque de Bragança e a bateria S. Gonçalo, enquanto que a margem sul agregava a bateria da Raposeira e a de Alpena. (figura 8) No setor interior, a margem norte era composta pela bateria da Praia, bateria da Lage, bateria das Fontainhas, pelo forte D. Luís I, pelo reduto do Alto do Duque, forte do Bom Sucesso e pelo serviço de torpedos fixos em Paço de Arcos. Por sua vez, a margem sul compunha várias baterias entre a Trafaria e Cacilhas (Cal, 1999, p. 6).

Seguiu-se uma análise territorial para se determinarem os melhores locais para a construção das novas baterias, bem como o aperfeiçoamento de algumas já existentes e que eram consideradas indispensáveis. Procedeu-se também à importação de materiais modernos, com maior durabilidade, de modo a garantir uma maior eficácia na defesa de Lisboa, tanto em termos terrestres como marítimos (Cascais, 2017, p. 38). Nomeadamente, em 1884, foram adquiridas bocas de fogo KRUP, de origem alemã, para equiparem as baterias.

Foi em 1906 que este conjunto de procedimentos ficou concluído, formando o Campo Entrincheirado de Lisboa. Neste mesmo ano, efetuaram-se os primeiros exercícios nos setores interior e exterior da defesa do porto de Lisboa (Cal, 1999, p. 6).

Com o surgimento de sucessivos planos e melhoramentos dos sistemas de defesa de costa, cada vez maiores e mais complexos, sentiu-se a necessidade de individualizar um dos ramos da artilharia: a **Artilharia de Costa**, que foi criada em 1911, um ano após a implantação da República.

A primeira guerra mundial eclodiu em 1914, três anos depois de ter sido criada em Portugal a Artilharia de Costa, que acabou por ter um papel muito importante para o país, neste período de conflito: asseverou a formação de homens para combaterem e para permanecerem nas nossas fortificações, assegurando a defesa de Portugal (Cascais, 2017, p. 38).



*Figura 09 - Bateria do Casalinho, 1962.
Vista geral dos paióis.*

2.4. Plano Barron

Após uma reorganização do exército, foi criado, em 1927, o Comando de Artilharia de Governo Militar de Lisboa, que agregava dois Regimentos de Artilharia de Costa, com sedes na Trafaria e em Oeiras: um grupo de defesa submarina do porto de Lisboa e um grupo independente, formado pelas baterias de Albarquel e Casalinhos, designado para a defesa do porto de Setúbal (Cal, 1999, p. 6). (figura 9) Mais tarde, em 1939, ano em que se iniciou a 2ª guerra mundial, os dois regimentos e o grupo independente foram integrados num só regimento, sediado em Oeiras, que deu origem ao **Regimento de Artilharia de Costa (RAC)**. Ainda durante o começo da 2ª guerra, embora Portugal se apresentasse como país neutro, foram tomadas de imediato algumas medidas de precaução: foi criada uma comissão militar anglo-lusa, liderada pelo major-general F. W. Barron, com o apoio do comandante F. H. Vaughn, que tinha como missão estudar e elaborar um plano de defesa costeira de Lisboa. O principal objetivo era armar um dispositivo de defesa de costa que garantisse a defesa do porto de Lisboa, do próprio rio Tejo, do porto de Setúbal e também, por isso, do rio Sado (Emerenciano, 2011, p. 33).

O plano propriamente dito, ao qual foi atribuído o nome do major-general que o coordenou, Barron, envolvia:

- Comando de Defesa da Costa (CDC);
- Dois grupos de Artilharia de Costa de contra bombardeamento;
- Duas defesas contra pequenas unidades Navais;
- Duas zonas iluminadas;
- Rede geral de telemetria e observação (RGTO) (Cal, 1999, p. 7).

O plano Barron foi aprovado sem grande demora, em 1940, mas só começaria a ser concretizado em 1948, ainda que de forma faseada, até 1958. Por dificuldades financeiras, não foi totalmente executado. No entanto, mesmo com essa barreira financeira, houve a preocupação de tornar funcionais o maior número possível de baterias (Cascais, 2017, p. 32).

Executar este plano requeria a construção de novas fortificações e outros edifícios complementares a estas, como postos de comando, postos de observação, quartéis, abrigos para projetores e outros equipamentos. Mas o plano não compreendia apenas novas construções. Algumas fortificações já existentes foram remodeladas para poderem integrar o plano Barron (Piedade, 2011).



Figura 10 - Mapa com a disposição das oito baterias da Artilharia de Costa, 2019, Diagrama do autor.

A disposição final de baterias da Artilharia de Costa do plano Barron seria a que se segue (figura 10):

Grupo de Contra bombardeamento Norte:

1ª Bateria em Alcabideche com três peças 234 mm/47 e um posto de observação de contrabombardamento;

2ª Bateria localizada na Parede, com três peças 152 mm/47 e um posto de observação de contrabombardamento

RGTO Norte, com a central de observação em Alcabideche e com quatro PO's

Grupo de Contra bombardeamento Sul:

6ª Bateria na Fonte da Telha, com três peças 234 mm/47;

7ª Bateria no Outão com três peças 152 mm/47 e um PO de contrabombardamento;

RGTO Sul, com central de observação na Raposa (Fonte da Telha) e três PO ;

Grupo de Defesa Próxima do Tejo:

2ª Bateria da Parede, com peças de 152 mm/47 e três projetores de iluminação

Bateria de Gomes Freire, em Oeiras, com três peças de 150 mm C.T.R. e dois projetores de iluminação

3ª Bateria na Laje com três peças de 150 mm C.T.R. e 2 projetores de iluminação

4ª Bateria no Bom Sucesso, com duas peças duplas de 560 mm/48

5ª Bateria na Raposeira (Trafaria) com três peças de 150 mm CTR e dois projectores de iluminação

7ª Bateria no Outão com 3 peças de 152 mm/47 e dois projetores de iluminação

8ª Bateria em Albarquel com três peças de 150 mm CTR e dois projetores de iluminação (Emerenciano, 2011, p. 34)



*Figura 11 - Exercícios de tiro, 1976.
Exercícios praticados na bateria da Parede, Alcabideche e Raposa, respetivamente.*

Estas alterações tiveram como consequência um sistema defensivo mais organizado e aprimorado.

Em 1943 iniciou-se a importação de material moderno de calibre 240 mm, 190 mm, 152 mm, e 560 mm vindo de Inglaterra. Para além deste material, chegaram também preditores, telémetros e projetores. Portugal tinha agora defesa antiaérea camuflada com uma rede de túneis e um maior raio de alcance: entre 5,6 a 30 quilómetros (Cascais, 2017, p. 42).

Um novo capítulo na defesa de costa iniciou-se em consequência da guerra colonial, que se desencadeou em 1960. A retirada de tropas para o continente africano reduziu bastante o nível de operacionalidade da Artilharia de Costa (Cal, 1999, p. 7).

Findado este conflito colonial, houve novamente uma grande vontade de recuperar e melhorar a operacionalidade que existia até ao início da guerra. Em 1976, dois anos após o término do conflito, modernizaram-se os sistemas de deteção e de direção de disparo, ainda que os materiais permanecessem os mesmos. Nesta altura eram efetuados exercícios de tiro que implicavam a suspensão do tráfego marítimo e aéreo nas zonas de Setúbal, Cascais e Lisboa. (figura 11) As populações das áreas diretamente afetadas pela atividade das peças de disparo eram avisadas e aconselhadas a tomar algumas medidas de prevenção, como abrir as janelas e proteger os bens mais sensíveis (Mascarenhas, 2014).

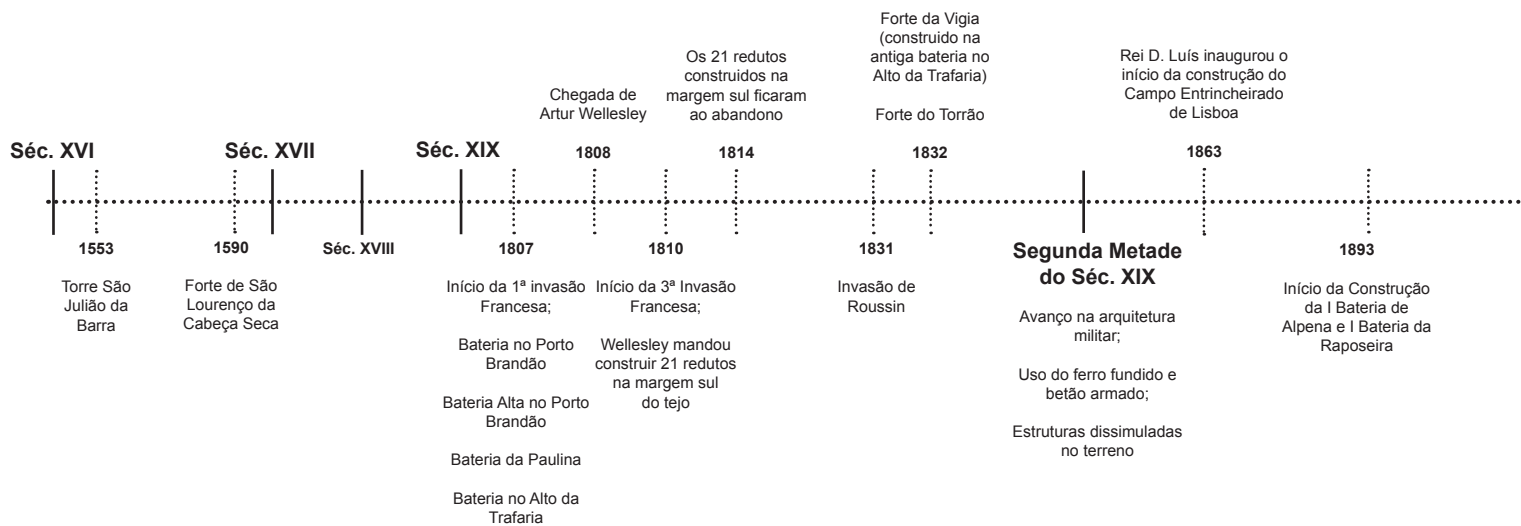
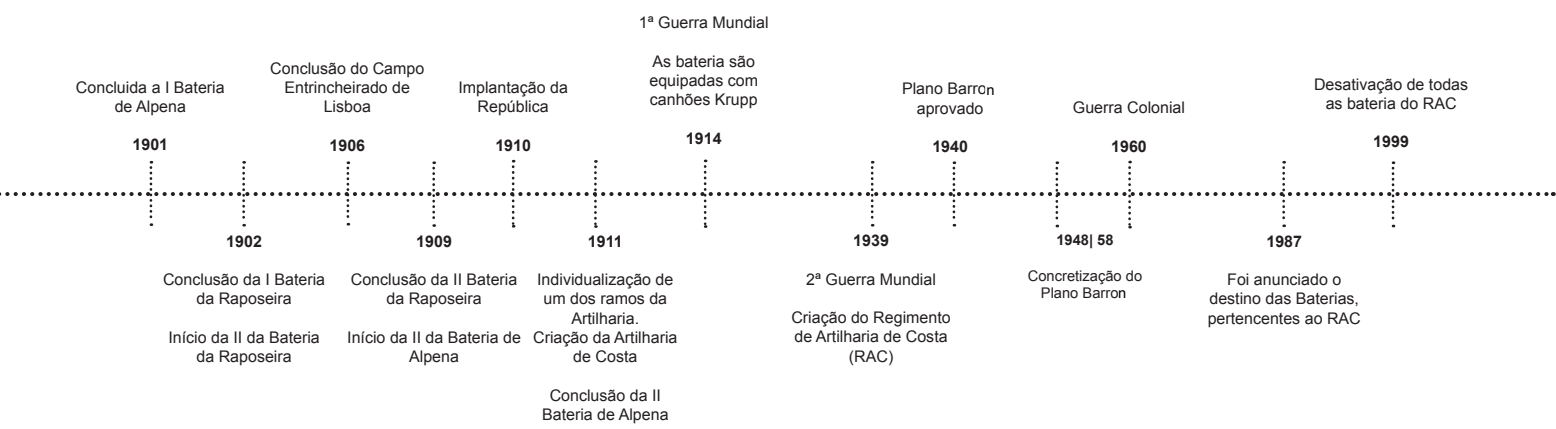


Figura 12 - Cronologia da Defesa de Costa, 2019. Diagrama do autor.



1ª Guerra Mundial

As baterias são equipadas com canhões Krupp

2ª Guerra Mundial

Conclusão da II Bateria de Alpena



Figura 13 - Mapa com a localização das oito baterias da Artilharia de Costa, Diagrama do autor. É possível observar a vermelho as que se encontram abandonadas e a verde as que se encontram reabilitadas.

2.5. Extinção do Regimento de Artilharia de Costa

No final da década de 80 e início da década de 90, depois de algumas alterações ao sistema de defesa, foi repensada a atividade do Regimento de Artilharia de Costa. Em abril de 1987, o General Firmino Miguel, Chefe do Estado Maior do Exército, anunciava aquele que viria a ser o desfecho daquele regimento:

“Estudos permanentemente atualizados evidenciam a existência de novos conceitos de defesa de costa e que não será possível ao RAC modernizar-se por forma a fazer face às novas modalidades e progressos da ameaça costeira. O seu dispositivo fixo, as possibilidades dos seus materiais de artilharia, as deficiências dos sistemas complementares de vigilância, detecção e seguimento de alvos e direcção de tiro, as existências de munições e outros factores, exigiriam, para a sua modernização, investimentos que ultrapassam as disponibilidades previsíveis do Exército” (Cal, 1999, p. 8).

Durante a década de 90 foram sendo desativadas algumas baterias, tendo em conta que não se legitimava o seu funcionamento, mas o definitivo ponto final no Regimento de Artilharia de Costa ocorreu em 1999. (figura 10) A partir daí, as baterias tiveram diferentes destinos. Das oito, quatro ganharam uma nova utilidade:

- 1ª Bateria de Alcabideche

Depois de anos ao abandono, esta bateria deu lugar ao atual Hospital de Cascais, em funcionamento desde fevereiro de 2010. O edifício foi construído sob a bateria, uma vez que esta era uma estrutura subterrânea. Por este motivo, o único vestígio da bateria de Alcabideche naquele local é a presença de uma das peças de artilharia, que foi mantida como uma das rotundas do complexo hospitalar.

- 3ª Bateria da Laje

Depois de desativada, em 1998, foi cedida à Associação de Comandos. Mantém-se a sua estrutura e é utilizada enquanto espaço verde com actividades de desporto e aventura ao ar livre. O leque de actividades e serviços que dispõe é bastante variado. Tem restaurante, pista militar de obstáculos, zona de merendas e até espaço para acampamentos. É bastante frequentada e visitada e acima de tudo, um bom exemplo de que é possível manter vivas estas estruturas, e reutilizá-las para novos fins, não descurando o seu passado.

1ª Bateria de Alcabideche.....



Local do atual Hospital de Cascais

3ª Bateria da Laje.....



Cedida à Associação de Comandos

4ª Bateria do Bom Sucesso



Museu do Combatente

6ª Bateria da Raposa



Ao cuidado do Regimento de Artilharia Antiaérea

Figura 14 - Imagens das quatro baterias reabilitadas (1ª, 3ª, 4ª e 6ª), 2019. Diagrama do autor.

- 4ª Bateria do Bom Sucesso

Foi entregue em 1999 à Liga dos Combatentes, encontrando-se nesta altura em elevado estado de degradação. Abriu ao público em 2003 como Museu do Combatente. Engloba três espaços expositivos exteriores sobre o equipamento dos diferentes ramos das forças armadas, duas exposições permanentes com os títulos “O Combatente Português do Século XX” e “História da Aviação Militar” e ainda diversas exposições temporárias. (figura 14)

- 6ª Bateria da Raposa

Manteve-se sempre em bom estado de conservação devido ao facto de a sua manutenção ter sido confiada a um ex-militar logo desde a desativação. Quatro anos depois, este ex-militar começou também a habitar a tempo inteiro esta bateria, onde ainda se mantém e trabalha na sua preservação com a ajuda de outros dois militares e da Associação dos Amigos da Artilharia.

Mas nem todas as baterias foram bafejadas pela sorte de uma nova vida. As restantes quatro estão à mercê das agruras do tempo. Porém, algumas veem atualmente uma luz ao fundo do túnel que lhes poderá permitir fugir ao triste fim que lhes estava destinado:

- 2ª Bateria da Parede

Igualmente desativada em 1998|99 esta bateria encontra-se ao abandono até aos dias que correm. No entanto, foi noticiado, em 2014, um acordo entre a Câmara Municipal de Cascais e o Exército português que visava a construção de um Museu Militar da Artilharia de Costa nas antigas instalações da 2ª Bateria da Parede.

- 5ª Bateria da Raposeira

Depois da desativação, o que o tempo trouxe a esta bateria foi pouco mais que um total esquecimento e desprezo por parte das entidades que a detêm. É possível e real dizer que a bateria da Raposeira é, de entre as oito baterias, a que se encontra no estado mais avançado de degradação e abandono. Em 2012, um grupo de jovens arquitetos concorreram e venceram o “*Open Architecture Challenge*”, que os levou à Bienal de Veneza desse ano. O projeto que apresentaram, com o nome “*OCO - Ocean & Coastline Observatory*” transformava o espaço da bateria em centros de observação da orla costeira, de apoio às pescas e aos desportos, assim como para observação da fauna e do comportamento ambiental. Contudo, e apesar de o projeto ter sido bastante divulgado na comunicação social, a verdade é que não passou do papel, caindo por terra a possibilidade de a bateria ter sido resgatada do difícil destino que leva. Encontra-se para alienação.

2ª Bateria da Parede.....



..... Atualmente abandonada

5ª Bateria da Raposeira



..... Atualmente abandonada

7ª Bateria de Outão



.....REVIVE 2019

8ª Bateria de Albarquel



..... Cedido pela Camâra
Municipal de Setúbal a
uma entidade privada

Figura 15 - Imagens das quatro baterias abandonadas (2ª, 5ª, 7ª e 8ª). Diagrama do autor.

- 7ª Bateria de Outão

Ao cabo de duas décadas de desuso, surgiu muito recentemente uma notícia animadora no que toca ao seu destino. A 25 de Julho de 2019 o Governo incluiu a Bateria de Outão na segunda edição do programa REVIVE³. Esta decisão poderá assim captar investimento para a transformação deste espaço para actividades de turismo.

- 8ª Bateria de Albarquel

Em 2015 foi cedida pelo Estado Português à Câmara Municipal de Setúbal por um período prorrogável de 32 anos. Existia desde então a possibilidade de uma parceria com a fundação inglesa *The Helen Hamlyn Trust*, uma fundação que desenvolve projetos inovadores para incrementar a qualidade de vida e criar oportunidades para benefício público. Mas só em 2018 foi assinado o contrato entre a fundação e a Câmara de Setúbal. As obras de recuperação tiveram início em agosto desse mesmo ano. A ideia é “ transformar num espaço cultural e educativo, com valências museológicas e expositivas, componentes para diversas manifestações culturais e artísticas e funções da sala de visitas da cidade” (Camãra Municipal de Setúbal, 2019). (figura 15)

³ REVIVE – programa criado pelo Governo que permite concessionar o património imobiliário público a privados para a sua valorização e preservação através de projetos turísticos.

03

A TRAFARIA



Figura 16 - Forte da Nossa Senhora da Saúde da Trafaria, n.d , OLIVEIRA, Rafael

3.1. Século XVII

Até ao séc. XVI, a Trafaria era nada mais que um areal, uma terra despovoada, aconchegada num vale entre dois pontos elevados: Murfácem e Alpena (Leal, 2014, p. 34). Era um local isolado, com alguma vegetação. Um local longínquo, apesar de bem perto da capital, separadas apenas pelo cordão de água do rio Tejo. Foi começando a haver algum movimento depois de em 1565, o Cardeal D. Henrique ter instalado na Trafaria um local para quarentenas: um lazareto, onde iam parar todas as pessoas que chegavam em barcos vindos de terras suspeitas. Antes de poderem entrar em Lisboa, essas pessoas e as suas mercadorias ficavam durante algum tempo no lazareto. A Trafaria era considerada o local ideal para esta função, tendo em conta a proximidade de Lisboa, o clima saudável e arejado e as brisas que chegavam do mar e do vale do Ribeiro.

No ano de 1683, D. Pedro II ordenou a construção de um forte naquela mesma zona, que abarcava o lazareto. (figura 16) O forte da Nossa Senhora da Saúde da Trafaria deveria, em conjunto com os fortes de S. Lourenço e a Torre de S. Sebastião, formar um sistema eficiente da defesa marítima de Lisboa (Leal, 2014, p. 76).

Alguns anos mais tarde, em 1690, o aumento de trânsito de embarcações para o local de quarentena na Trafaria, levou a que fossem aumentados os armazéns e motivou também a criação de condições básicas de alojamento. Foi neste momento que aquela instalação, inserida no forte da Nossa Senhora da Saúde, começou a ser considerada efetivamente um lazareto.



Lazareto

Figura 17 - Planta da Trafaria, 1793.

Nesta planta é possível identificar onde se localizava (localiza) o Lazareto e que a pouca população que existia estava estabelecida ao seu redor.

Nesta época, o lazareto era a única fonte de rendimento das poucas pessoas que ali habitavam, desempenhando funções nos serviços de transportes fluviais e no fornecimento de mantimentos. (figura 17)

Apesar de ser um local à beira-rio e beira-mar, a Trafaria não tinha ainda, até esta época, uma grande atividade piscatória. Existia um número muito reduzido de pescadores que obtinham peixes para consumo próprio e também conseguiam algum retorno financeiro, vendendo o seu pescado aos ocupantes do lazareto.

3.2. Século XVIII

Nos anos 30 do século XVIII, a Câmara de Lisboa impôs que os lixos da cidade fossem despejados na zona da Trafaria. Apesar desta execrável atividade (principalmente pelos riscos sanitários), a povoação foi ganhando, ao longo deste século, maior movimento devido, no início, às favoráveis condições para a pesca:

“[...] a proximidade da praia oceânica, extenso areal sem acidentes orográficos que se estendia desde o Bugio até ao Espichel, convidava para aventuras piscatórias. Costa onde abundava a sardinha, chegou ao conhecimento das gentes de fora nomeadamente de Ílhavo, que a partir dos anos trinta de 1700 nos meses mais propícios (da primavera ao princípio do inverno), vinham para a praia das pescarias da Costa exercer a sua faina, retornando à sua terra de origem acabada a safra” (Leal, 2014, p. 60).

Depois da pesca também os cereais começaram a ter grande valor para a atividade económica da Trafaria. Chegaram a existir vários moinhos de vento naquela zona: dois em Murfacém (Buxo e Vela) e dois no areal da Trafaria. Este era o local ideal e estrategicamente selecionado para serem construídos estes moinhos, tendo em conta que eram pontos bastante ventosos e cujos os bons acessos facilitavam o transporte.

As atividades económicas, nomeadamente a pecuária, a agricultura e também a construção de edifícios de carácter religioso, foram crescendo desde meados do século. Neste tempo existiam já várias quintas situadas na Trafaria. Nos arredores, a vinha era a principal produção agrícola. Para consumo próprio e subsistência das famílias, os residentes cultivaram hortas e criavam também pequenos rebanhos.

Com isto, em 1758 a Trafaria tinha já perto de 450 moradores e outra prova deste crescimento foi a construção de três Ermidas: a Ermida de N^a Sr^a da Conceição, a de S. Jerónimo e a de S. Pedro (Leal, 2014, p. 43).

Entre as décadas de 60 e 70, a Trafaria mantinha ou aumentava o rótulo de local pouco agradável para se viver e frequentar, principalmente porque houve um fluxo de “mandragem” e desertores que ali se refugiavam para fugir à lei (Barroso, Jesus, & Gonçalves, 1982). É também por isso que, influenciado por este fator, foi proibido o uso de embarcações que faziam transportes clandestinos.

Foi igualmente na década de 60 que o Conde Lippe propôs a Marquês de Pombal o plano que visava a construção de uma linha de fortificações entre Almada e a Raposeira, que acabou por não se concretizar de imediato, tendo a ideia sido posteriormente resgatada pelo general Wellesley, cinquenta anos mais tarde (Leal, 2014).

3.3. Século XIX

Foi no século XIX que o sector militar mais evoluiu na Trafaria. Logo na primeira década, nas vésperas da primeira invasão das tropas de napoleão, o rei D. João VI antes de partir para se exilar no Brasil, deixou indicações para que se construísse uma bateria num ponto elevado na zona da Trafaria. Deveria ter 6 morteiros, colocados entre o Presídio do Lazareto e o Porto de Buxos.

No ano seguinte, Portugal foi efetivamente invadido pelo exército de Napoleão, naquela que seria a 1ª de 3 invasões francesas, e a única que afetou a Caparica. No decorrer desta invasão, a referida bateria já se encontrava construída, na mesma altura em que os franceses haviam destacado dois batalhões que acamparam em Murfacém e desta forma controlavam a Trafaria e a barra do Tejo.

No rescaldo da 1ª invasão, com a certeza de que teriam de haver melhorias nas estratégias defensivas, Wellesley retomou a já referida ideia da construção de uma linha de fortificações, apresentada por Lippe há cinquenta anos atrás. Destes fortes sediavam-se na Trafaria: o Forte do Guedes, Forte de Murfacém, Forte da Raposeira grande e Forte da Raposeira pequena, o único destinado à defesa marítima (Leal, 2014, p. 77).

Mas o século XIX não trouxe alterações apenas a nível militar. Ocorreram várias transformações no que toca à organização das estruturas existentes e também naquelas que eram e as que viriam a ser as práticas socioeconómicas. Os exemplos mais significativos são a transferência do Lazareto para a Torre Velha (que melhorou a questão da saúde pública (Teresa Ferreira, 2011)). E na década de vinte, a dinamização de indústrias relacionadas com o pão, na qual se assinalavam, em 1827, oito fabricantes.

Iniciaram-se igualmente neste período, indústrias cujo principal produto era o peixe. A primeira dessas indústrias foi o azeite de sardinha, que em 1821 contava já com duas fábricas.

O crescimento de dispositivos militares na zona da Trafaria continuou em força durante os anos do período Miguelista e da Guerra Civil. Continuava a preocupação em torno de uma possível invasão marítima, desta vez referente aos liberais. Como tal, D. Miguel, receoso dessa possibilidade, ordenou a reabilitação dos fortes já existentes e que estavam desativados: o Forte de Nossa Senhora da Saúde da Trafaria, que durante o período das guerras liberais foi utilizado como presídio e o Forte da Raposeira, que era o antigo reduto da raposeira pequena, anteriormente construído por Wellesley. Para garantir o reforço dessas posições, não só foram reabilitadas estas estruturas como também foram contruídas outras: a Bateria do Torrão e Bateria da Vigia. Estes trabalhos de construção e reconstrução concentraram, naturalmente, um grande número de trabalhadores que efetivaram essas reestruturações. Este acontecimento resultou num notório fulgor à economia local.



Figura 18 - Transporte da sardinha, na Trafaria, n.d. BENOLIEL, Joshua

Assim sendo, para dar resposta a essa iminente invasão, a defesa da margem sul do Tejo estaria garantida pelos conjuntos estabelecidos na Trafaria, Porto Brandão e Almada. Em 1834, com a vitória dos liberais, todas estas posições foram desativadas.

O Presídio deu origem a uma indústria de seca de bacalhau, introduzida pela Companhia de Pescarias Lisbonense. Viria a ser conhecida como o “Estendal da Trafaria”, mas acabou por encerrar pouco tempo depois. O edifício, porém, ganhou de imediato novas funções igualmente relacionadas com a pesca e o peixe, comprovando aquele que se ia destacando como importante sector socioeconómico na Trafaria: as instalações do Presídio albergaram uma fábrica de guano de peixe (Leal, 2014).

A segunda metade do século XIX deu início ao sector da pesca como peso fundamental na economia da Trafaria.(figura 18)

“Vão e vêm os galeões a vapor, as canoas, os saveiros grandes com doze tripulantes e que levam uma tarrafa para pescar a sardinha fora da barra, os botes e chatas, os barcos que acompanham os galeões e que se chamam buques, os saveiros pequenos com dois pescadores, que levam cinco savaras para peixe miúdo, nove sabugens, nove tresmalhos e nove branqueiras; cinco barcos com quatrocentos e onze aparelhos que pescam fora da baía“ (Brandão, 1923, p. 64).

A Agricultura perdeu importância enquanto negócio que permitia o sustento das gentes da Trafaria e zonas adjacentes e a atividade militar passou por um período de estagnação, pelo que a Trafaria se transformou em terra de pesca e pescadores, acolheu várias fábricas relacionadas com a transformação do pescado e o porto deste local passou a ser o principal porto de pesca na margem sul do Tejo.

Neste período, a Trafaria ia florescendo cada vez mais enquanto localidade, ganhando, por estes dias, serviços e indústrias em diversas áreas. Uma das fábricas que mais se notabilizou foi a Fábrica da Dynamite, também conhecida mais tarde por Fábrica da Pólvora e Fábrica de Explosivos.

No ano de 1880 já tinha ao dispor da população uma estação de saúde pública, uma estação de telégrafo-postal e também um posto fiscal. Existiam ainda três mercearias, 4 padarias, 6 estabelecimentos de vinhos (Leal, 2014).

Na última década do século foram iniciadas as construções das baterias de Alpena e Raposeira, destinadas à composição do Campo Entrincheirado de Lisboa, como poderá ser verificado mais adiante.



Figura 19 - Crianças protegidas pelas Juntas de Freguesias de Lisboa na praia da Trafaria, 1909. BENOLIEL, Joshua

Na transição do século XIX para o século XX há uma nova mudança de paradigma na primordial atividade económica, social e de lazer na Trafaria: a pesca perdeu importância e deu lugar às práticas balneares. Isto aconteceu, em parte, pelo facto de que as qualidades da água do mar começaram a ser destacadas na literatura daquele tempo. Prova disso foram as menções e a estadia de Bulhão Pato, um importante poeta à data, num alojamento alugado no interior do antigo Presídio:

“Deve andar por uns quinze anos, que eu, logo nas entradas de setembro, costumava pernoitar n`uns quartos, rez do chão, a que se haviam feito taes ou quaes reparos; quartos de uma casa desmantelada, que ficava dentro do presídio da Trafaria” (Pato, 1894).

3.4. Século XX

Destacavam-se então as práticas balneares na Trafaria, que era já considerada a mais distinta estância banhar a sul do Tejo. Atraía figuras públicas que, por seu turno, contribuíam para elevar o estatuto de polo de atração, principalmente no verão, o que resultava num aumento do fluxo de pessoas que viam na Trafaria um refúgio para fugir às rotinas diárias das cidades (Barroso et al., 1982, p. 24).

Todos estes fatores provocam o início de um período de expansão. Em 1901, o transporte fluvial efetuava-se diariamente por dois vapores, ainda que os acessos rodoviários fossem bastante limitados. Neste mesmo ano, a Assistência Nacional aos Tuberculosos dá início à campanha dos “Banhos da Trafaria” com o intuito de proporcionar melhorias às crianças doentes dos bairros de Lisboa.(figura 19)

A progressão continuava com o Real Gymnasio Club Portuguez a criar uma escola de natação, onde os alunos aprendiam a nadar, utilizando os métodos mais modernos. Foi neste ano, em 1902, que foram expropriados terrenos ligados à agricultura para a construção da 2ª bateria da Raposeira.

No final desta primeira década, o forte da Trafaria, depois de já ter sido o local onde se instalou um Lazareto, um Presídio, uma fábrica de guano de peixe e até ter servido para habitação particular, voltou a ser utilizado como prisão militar, a partir de 1908. Começou por estar ao serviço da Marinha e depois do Exército, até 1917, ano em que voltou a ficar ao abandono (Leal, 2014).

Por esta altura, a indústria de transformação de pescado já tinha passado por várias fases: começou com o azeite de sardinha, passando depois para o guano de peixe e, por volta do ano de 1914, laboravam na Trafaria três fábricas de conserva de peixe.



Figura 20 - Cais de embarque da Trafaria, n.d. Casa Fotográfica Garcia Nunes

Entre a década de 20 e a década de 40 foram surgindo novidades que pareciam deixar adivinhar uma evolução na Trafaria enquanto freguesia. Em 1927, iniciaram-se as carreiras rodoviárias, em 1937 foi instalada a iluminação elétrica e em 1948 já existia água canalizada. Porém, a partir de meados do século, deram-se alguns acontecimentos que provocaram uma estagnação na Trafaria. A Caparica, ali bem perto, era naquela altura um atrativo local pelas suas qualidades balneares e paisagísticas. Todavia, alcançar este pedaço de areia à beira-mar não era tarefa fácil:

“Da horrível Trafaria à Caparica gastam-se dezoito minutos num carrinho pela estrada através do pinheiral plantado há pouco. Os pinheiros são mansos, aninhos e inocentes: – os pinheiros novos são como bichos novos e têm o mesmo encanto. Ao lado esquerdo desdobra-se o grande morro vermelho a esboroar, e ao outro lado o terreno extenso e plano rasgado de valas encharcadas. De repente uma curva, algumas casotas cobertas de colmo – Caparica. Primitivamente isto foi um grupo de barracas que os pescadores aqui ergueram neste esplêndido sítio de pesca, à boca da barra, a dois passos do grande consumidor” (Brandão, 1923, p. 65).

Esse problema ficou solucionado quando, neste período, os acessos à Caparica sofreram grandes melhorias. As pessoas começaram a frequentar as praias de “onda” da Costa e essa migração da Trafaria para outras zonas balneares intensificou-se com a abertura da ponte 25 de Abril, em 1966. A Trafaria perdia assim toda a importância balnear e entrou nessa fase de estagnação e até de alguma regressão: na década de 60 já nenhuma das fábricas de transformação de pescado funcionava e a fábrica da Dynamite encerrou no mesmo ano em que foi inaugurada a ponte sobre o Tejo. O último acontecimento que marcou de alguma forma o cotidiano desta terra e das suas gentes foi a construção e respetivo início de atividade da Silopor, em 1986. Com esta fábrica de grandes proporções situada à beira rio, a Trafaria passa a ser um local de muito movimento de veículos pesados, o que originou a definitiva extinção de atividade balnear naquela zona. A Silopor é desde então a única origem de movimento na Trafaria. Integrou-se e provocou alterações não só no seu modo de funcionamento, como também na sua paisagem. Nos dias de hoje, a Trafaria pode praticamente ser considerada um dormitório, exclusivamente habitada por pessoas que trabalham em Lisboa e nas indústrias da margem sul (Leal, 2014).

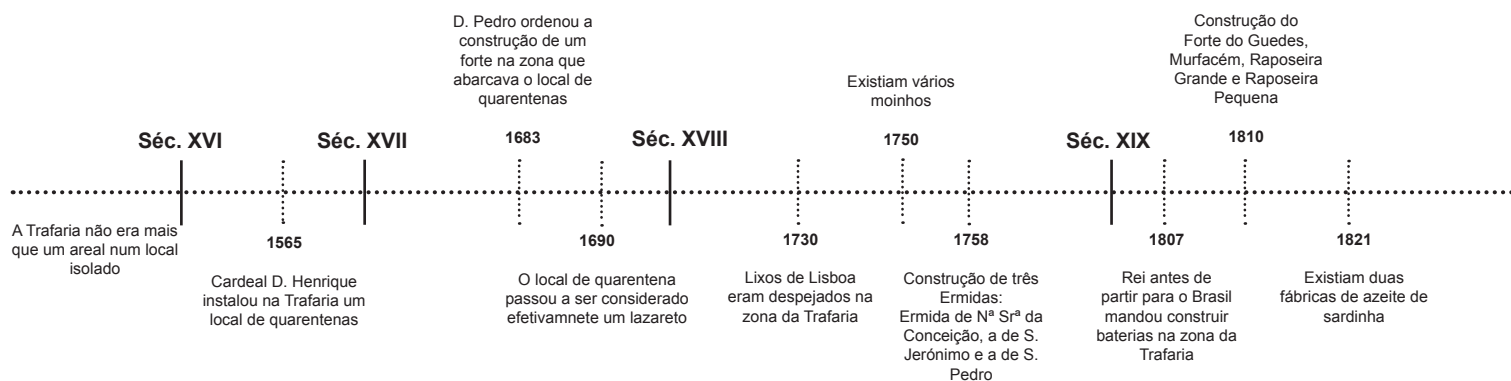
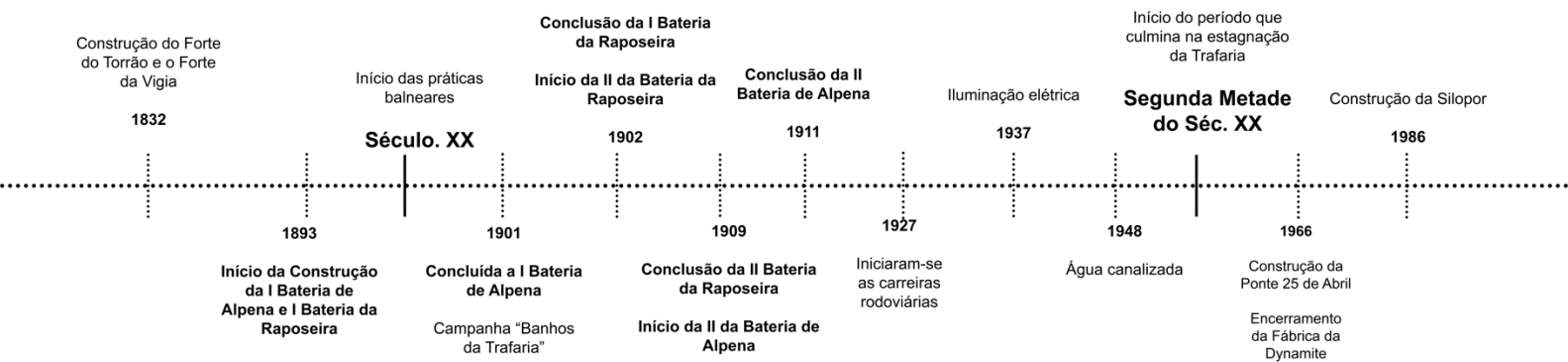


Figura 21 - Cronologia da Trafaria, 2019. Diagrama de autor.



04

BATERIAS DA TRAFARIA (SÉCULO XIX)

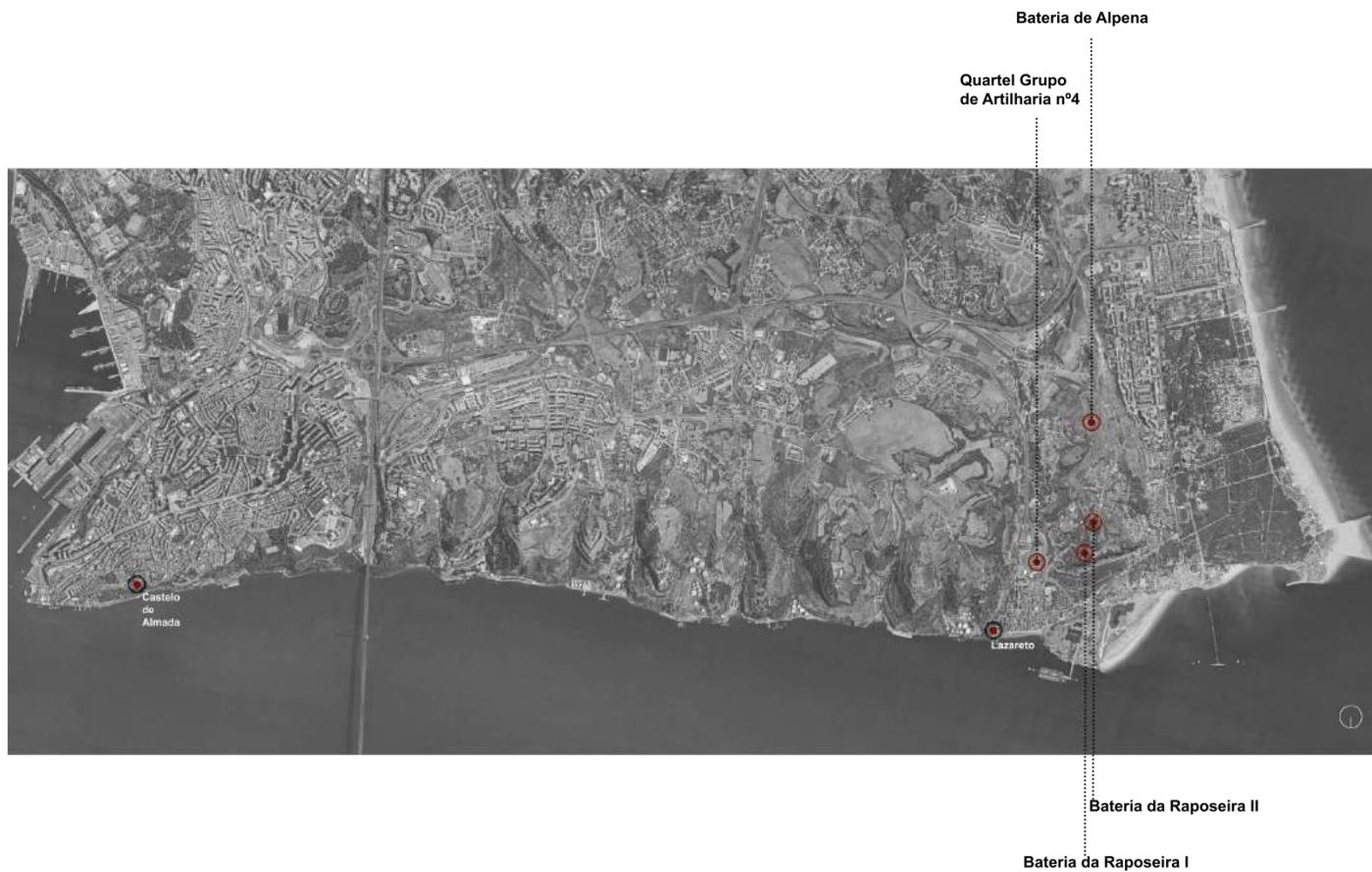


Figura 22 - Ortofotomapa da margem sul do Tejo, 2019. Diagrama do autor.
Localização das várias baterias (Alpena e Raposeiras) do Quartel de Artilharia nº4, do Lazareto e do Castelo de Almada.

0.4. BATERIAS DA TRAFARIA (SÉCULO XIX)

“A península configura-se, pois, como uma espécie de grande reduto ou bastião natural, muito favorável à defesa marítima, interposto entre o Tejo e o invasor que avançando pelo Alentejo procurasse alcançar Lisboa.

Por outro lado, se um invasor conseguisse penetrar a península transpondo o istmo depararia como último obstáculo com a linha de alturas de Almada, paralela ao Tejo, no ponto onde o estuário é mais estreito, área que se tornou importante, entre os séculos XVIII e XIX” (R. . P. de Sousa, 1981, p. 8).

A Trafaria foi, desde sempre, conhecida pelos índices negativos no que toca aos factores sociais, mas por outro lado, foi sempre destacada e preponderante a qualidade dos seus atributos para a atividade militar, essencialmente pela sua estratégica posição geográfica (Leal, 2014, p. 76).

Foi no final do século XIX que se deu início à construção do que viria a ser o maior sistema de dispositivos militares de defesa na Trafaria, integrado no Campo Entrincheirado de Lisboa. Em 1893, começaram a ser construídas as primeiras duas baterias que faziam parte deste complexo: a 1ª bateria da Raposeira e a 1ª bateria de Alpena (R. . P. de Sousa, 1981).

A 1ª bateria da Raposeira, projetada pelo Capitão de Engenharia Hermano José d’Oliveira Júnior e pelo Tenente de Engenharia António dos Santos Viegas, foi edificada muito próxima do local onde anteriormente havia estado a bateria da Vigia (Correia, 1978).

A 1ª bateria de Alpena, projetada unicamente pelo Capitão de Engenharia Hermano José d’Oliveira Júnior, foi erguida no local onde esteve o reduto da Raposeira Grande (nº12), de 1811.



Figura 23 - Ortofotomapa com a identificação da Bateria de Alperena e os antigos fortes de campanha de 1811: Raposeira Grande (que já não existe atualmente) e Raposeira Pequena (ainda possível observar no terreno), 2019. Diagrama do autor.

Para dar apoio a esta bateria de Alpena, foi reaproveitado o antigo forte da Raposeira Pequena (nº13), construído um século antes. Adquiriu a sua forma e características originais, que ainda hoje se podem observar: construção de campanha em terra. (figura 23) Servia para proteger aquela zona de uma eventual invasão terrestre vinda de sul, embora não exista qualquer registo de que alguma vez tenha estado artilhado (R. . P. de Sousa, 1981). A 1ª bateria de Alpena ficou concluída em 1901 e a 1ª bateria da Raposeira ficou concluída um ano mais tarde, em 1902, ano em que se iniciou a construção da 2ª bateria da Raposeira, duzentos metros a sul da primeira. Foi delineada pelo Tenente de engenharia Adolfo Cesar Pina.

Em 1907, a 1ª bateria de Alpena foi batizada de bateria Infante D. Pedro. Dois anos depois, estava pronta a 2ª bateria da Raposeira.

De seguida, ainda no ano de 1909, iniciou-se a construção da 2ª bateria de Alpena, que haveria de ficar concluída em 1911. Esta bateria, ao contrário do conjunto das duas baterias independentes na Raposeira, foi um prolongamento da já existente bateria de Alpena, tornando-se esta numa única bateria. Este prolongamento foi projetado pelo Capitão de engenharia Carlos de Sá Carneiro.

Para garantir a funcionalidade deste conjunto de baterias, foram construídas outras infraestruturas de apoio. A de maior destaque foi o Quartel do Grupo de Artilharia nº4, inaugurado em 1905 e que abrigava a guarnição das baterias da Raposeira e de Alpena. No decorrer da implantação da República, em 1910, este quartel era a única importante guarnição na margem sul, tendo em conta que as restantes fortalezas desta margem perderam importância a partir de meados do século XIX, como aponta Pereira de Sousa:

“Desde meados do século XIX que as fortalezas vêm ficando ao abandono ou quase ou utilizam-se como depósitos. O castelo de Almada, a Torre Velha e a Torre de S. Lourenço da Barra passam a ser fortificações de 2ª classe, o que na prática significa que estão desguarnecidas ou desartilhadas e o Forte da Trafaria chega a estar ocupado por particulares” (R. . P. de Sousa, 1981).

Também uma **estrada militar** foi construída, para fazer a ligação entre o quartel e as baterias e que ainda hoje existe. Como as peças de artilharia e as suas munições chegavam por via fluvial, foi necessário construir-se uma nova ponte-cais e uma linha férrea de modo a facilitar o transporte desses materiais até ao alto da colina. No complexo militar foi igualmente instalada uma rede de canalizações e um sistema de esgotos, que desaguava no rio, próximo à praia. Para a realização de todos estes trabalhos, foi necessário adquirir mão de obra de fora, dado que a mão de obra existente não conseguia dar resposta àquele volume de trabalho. Grande parte dos trabalhadores que chegaram para as obras militares, construíram barracas, localizadas junto ao quartel, onde viviam durante a sua permanência na Trafaria.



Figura 24 - Antigo Quartel de Artilharia nº 4 usado para depósito de viaturas, 2019.

As baterias da Trafaria receberam aperfeiçoamentos durante as duas Guerras Mundiais, em termos de instalações elétricas e sanitárias. Na 1ª Guerra (1914-1918), para além dos referidos melhoramentos, foram equipadas com artilharia do maior calibre usado à data pelo exército português, os canhões Krupp de 280 mm.

Na segunda guerra mundial (1939-1945), receberam artilharia antiaérea, uma das várias imposições consagradas no Plano Barron, que foi o último grande plano de defesa. Finalizada a guerra, os equipamentos de antiaérea foram removidos.

Durante a segunda metade do século XX, todas estas instalações foram sendo progressivamente desativadas. O quartel encontra-se parcialmente abandonado, sendo que apenas o espaço exterior é utilizado como depósito de viaturas apreendidas pela Guarda Nacional Republicana (R. . P. de Sousa, 1981). (figura 24)

Atualmente, a ruína apropria-se destes espaços, tornando-os em locais que ficam apenas na memória de quem os viveu.



▶ Entradas
--- Limites

Figura 25 - Ortofotomapa com a localização da estrada militar que une as várias baterias e o Quartel de Artilharia nº 4. Identificação dos limites e entradas das baterias, 2019. Diagrama do autor

4.1. Baterias de Alpena e Raposeira: Organização no espaço – o Antes e Depois

As baterias de Alpena e da Raposeira foram construídas seguindo o conceito de funcionamento conjunto, apesar de não estarem directamente ligadas entre si. Ou seja, as baterias não estão em contacto físico, mas estão inseridas num núcleo formado por vários equipamentos e construções que funcionam como um todo, num circuito fechado. Deste modo, é inconcebível descrever as características destas infraestruturas de uma forma individual, simplesmente porque nunca foram pensadas, nem nunca funcionaram para esse propósito.

4.1.1. Localização e Características

Embora não exista concretamente uma linha que defina o referido circuito fechado, formam-no a disposição dos elementos integrantes, mas sobretudo a **estrada militar** que funciona como um elo de ligação entre estes. A estrada, de terra batida, iniciava-se (inicia-se) no Quartel do Grupo de Artilharia nº4, no limite da área urbana da Trafaria e sobe, com uma inclinação bastante acentuada, por zonas anteriormente não habitadas, penetrando então por terrenos onde abundam, essencialmente, pinheiros mansos.

Em três pontos específicos do percurso estão localizadas três saídas que dão acesso, primeiramente, a casas de guarda (uma casa em cada uma das três saídas). Nessas casas havia sempre algum guarda, que controlava a aproximação de estranhos e as entradas no local. Além disso, estas passagens eram a única forma de aceder às baterias. (figura 25) Contudo, apesar de ser esta a única forma de aceder à área de actividade de cada uma das baterias, não existia qualquer muro ou muralha, nem sequer vedações a impedir o acesso em toda a volta. Essa barreira de impedimento foi efectivada através de valas em algumas zonas, e noutras, através da topografia natural do terreno e da vegetação envolvente. Desde logo, estas características compõem a face de proteção de cada bateria, ou seja, criam não só uma barreira que impede o acesso, como criam também uma camuflagem que tenciona afastar as atenções do interior daqueles espaços. Em contrapartida, no lado oposto, localiza-se a face de ataque das baterias, que tinha, também, atributos essenciais ao seu bom funcionamento. Essa face de ataque ia muito para além das bocas de disparo. Embora as baterias estivessem envoltas e impostas no local com a predominância topográfica já referida, o seu lado de ataque tinha imediatamente à sua dianteira um grande horizonte a perder de vista, livre de obstáculos, que permitia avistar perigos eminentes a grandes distâncias e também para que os canhões pudessem disparar na plenitude das suas capacidades.

O processo de abandono em que entraram as baterias, ademais de ter provocado a cada vez maior degradação das estruturas, provocou inclusivamente o estrago de todas estas características fundamentais que deliniavam o lado de ataque e o lado de proteção das baterias.



Figura 26 - Parte do Lixo existente na II Bateria da Raposeira, 2019.



Figura 27 - Lixo existente no interior da II Bateria da Raposeira, 2019.



Figura 28 - Lixo depositado na entrada da Bateria de Alpena, 2019.



Figura 29 - Complexo industrial da Silopor, 2019, 2019.

Num resumo geral, todas elas foram como que “engolidas” pela vegetação. Logo neste aspecto, perdeu-se o mencionado horizonte livre de obstáculos. Já não falamos de uma camuflagem natural, mas sim de uma total cedência daquelas estruturas, entregues à vontade natural de desenvolvimento, sem qualquer tratamento ou corte, das espécies arbóreas e arbustivas que ali se estabelecem, em pleno livre arbítrio.

No caso da primeira bateria da raposeira, ainda outras ocorrências incrementam a anulação destas características indispensáveis àquilo que é uma bateria. Na sua área de alcance, defronte do seu lado de ataque, foi construída a Silopor, fábrica de cereais de grandes proporções. Importa ainda referir que foram construídos núcleos urbanos cada vez mais próximos das baterias da Trafaria.

E, talvez ainda mais dececionante e angustiante, o facto de as baterias serem, atualmente, usadas ilegalmente e imaturamente como depósito de lixo. Visitá-las é sinónimo de caminhar por entre amontoados de sacos de lixo e outras imundices por lá espalhadas, a céu aberto. Não bastasse este conjunto de agruras ser, por si só, desapontante, no sentido de degradar as estruturas em si e os espaços que lhes pertencem, destrói também a paisagem que lhes era característica. E falo em dois termos: na poluição visual que é o complexo industrial da Silopor, bem como o emaranhado arbustivo que praticamente faz das baterias suas reclusas, mas também num contexto de poluição visual e ambiental, com consequências sanitárias, causadas pelo crescente volume de lixo ali depositado. (figura 26, 27, 28 e 29)

O estado em que se encontra aquele local é, obviamente, resultado das tomadas de decisão de entidades mas, também, de pessoas singulares. Porque se é penoso o facto de lhes ser conferido o estado de abandono por quem por elas é responsável, causando a perda de valores específicos e atribuindo-lhes outros valores negativos, é igualmente grave os atos cometidos por quem agrava, mais ainda, aquelas condições decadentes, ao transformarem algo que está já desamparado e fragmentado, numa lixeira. E esses actos são praticados por indivíduos singulares, que têm, ou deveriam ter, responsabilidades na matéria.

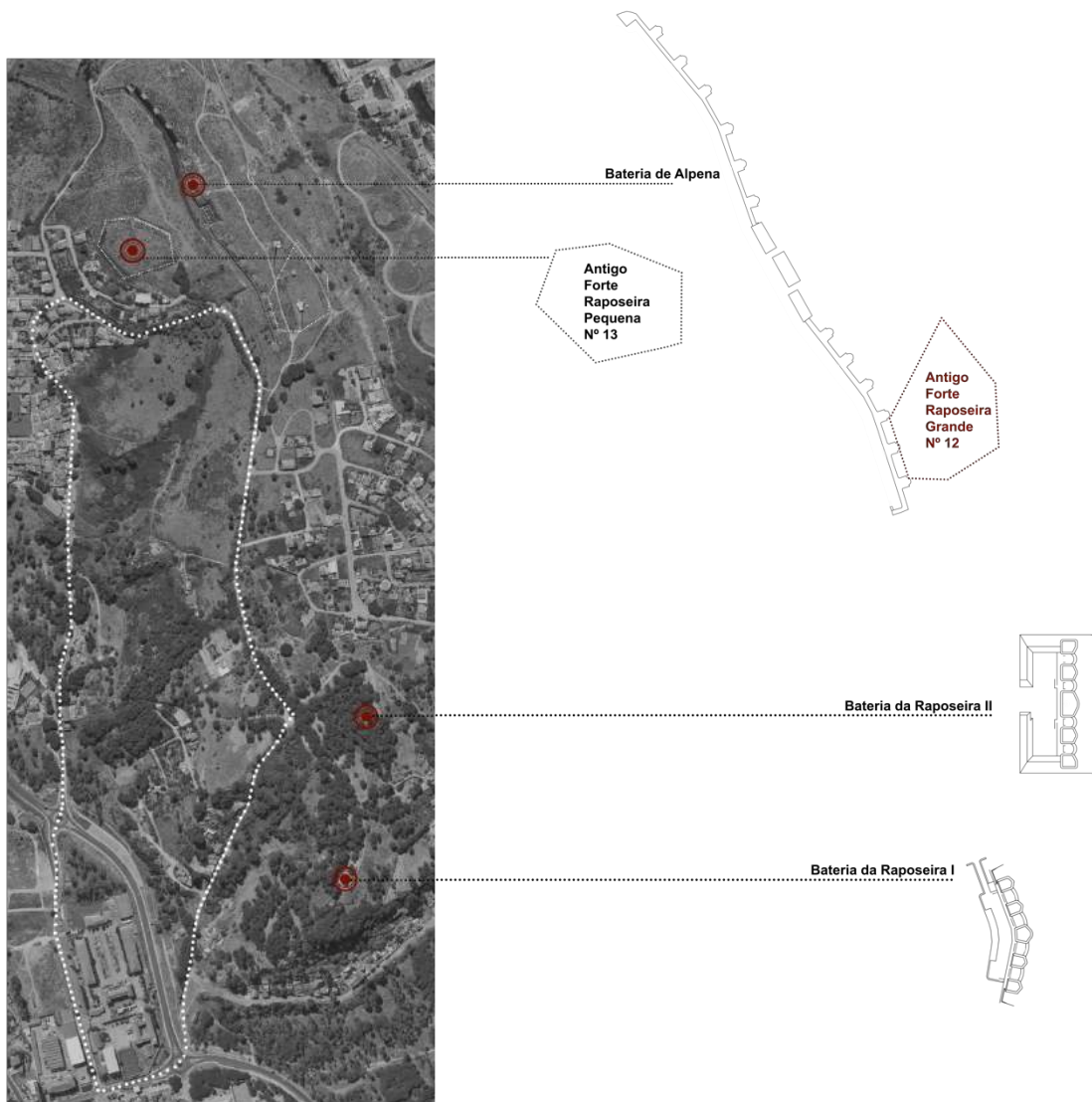


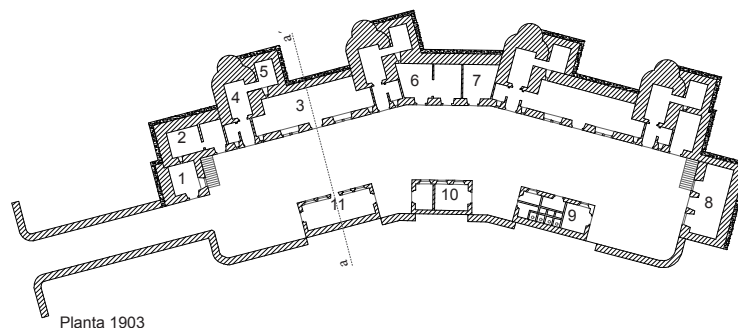
Figura 30 - Ortofotomapa com a identificação da estrada militar e a implantação da Bateria da Raposeira I, Bateria da Raposeira II e a Bateria de Alpena, 2019. Diagrama do autor.
Neste diagrama é possível observar, também, as antigas fortificações de campanha (Raposeira Pequena e Raposeira Grande) localizadas perto da atual bateria de Alpena.

4.1.2. Bateria da Raposeira I

Planta de 1903

Programa

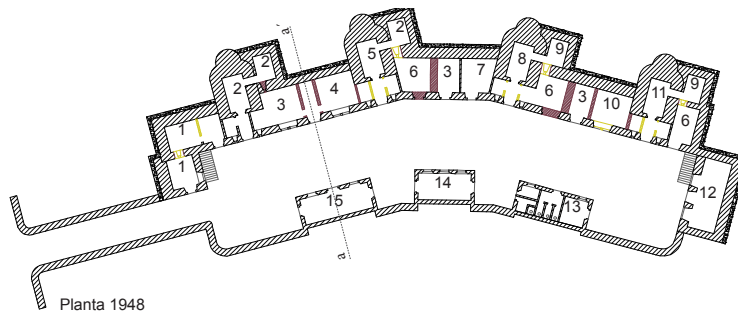
- 1| Casa de guarda
- 2| Paiol de pólvora
- 3| Oficina de Carregamento
- 4| Paíóis de projecteis
- 5| Casa para o guincho e elevadores
- 6| Estação de telegrafia
- 7| Quarto para oficiais
- 8| Camarata para sargentos
- 9| Latrinas
- 10| Secretaria
- 11| Casa de palamenta



Planta de 1948

Programa

- 1| Casa de guarda
- 2| Oficinas
- 3| Arrecadação da palamenta
- 4| Abrigo de alarme da peça nº3
- 5| Paiol de granadas da peça nº3
- 6| Paiol de cartuchos
- 7| Abrigo de alarme da peça nº1
- 8| Paiol de granadas da peça nº1
- 9| Elevador de munições
- 10| Abrigo de alarme da peça nº2
- 11| Paiol de granadas da peça nº2
- 12| Central eléctrica
- 13| Retretes: oficiais, sargentos e praças
- 14| Abrigo do reforço
- 15| Arrecadação da bateria



Legenda

- Demolido ■ Construído

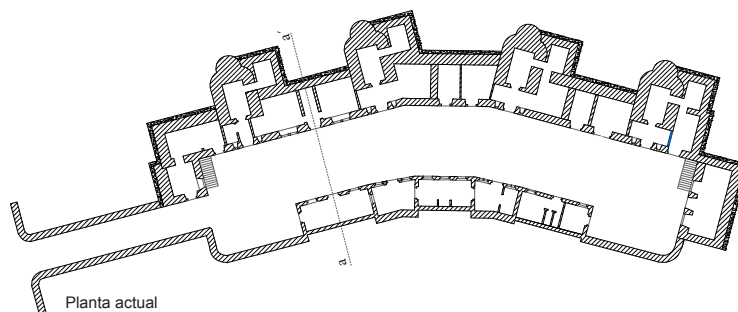


Figura 31 - Plantas com as várias intervenções/alterações feitas na Bateria da Raposeira I, desde 1903 até à atualidade. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019.

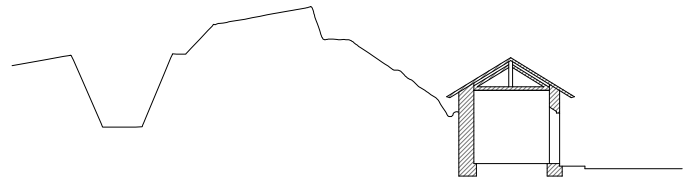




Figura 32 – Alçado Oeste (O) e corte geral A da Bateria da Raposeira I. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019.



Figura 33 – Exterior. Vista geral do 2º patamar da Bateria da Raposeira I, 2019. Fotografia do autor.



Figura 34 – Exterior. Vista geral da fachada O, 2019. Fotografia do autor.



Figura 35 – Exterior. Peça de artilharia virada para N, 2019. Fotografia do autor.



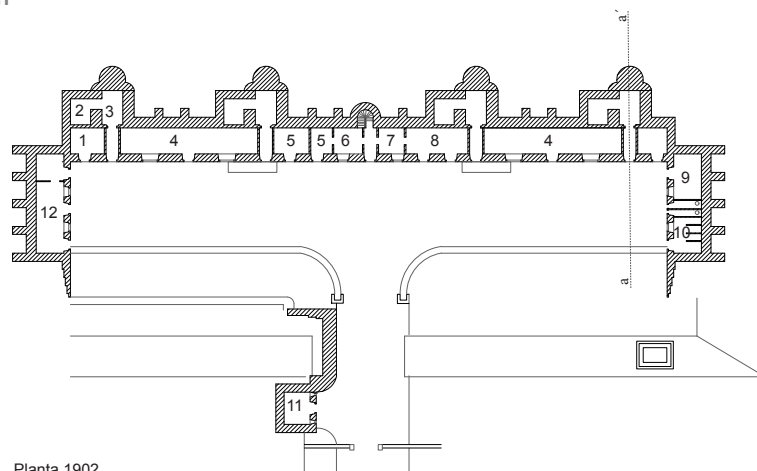
Figura 36 – Exterior. Patamar intermédio do 2º piso, 2019. Fotografia do autor.

4.1.3. Bateria da Raposeira II

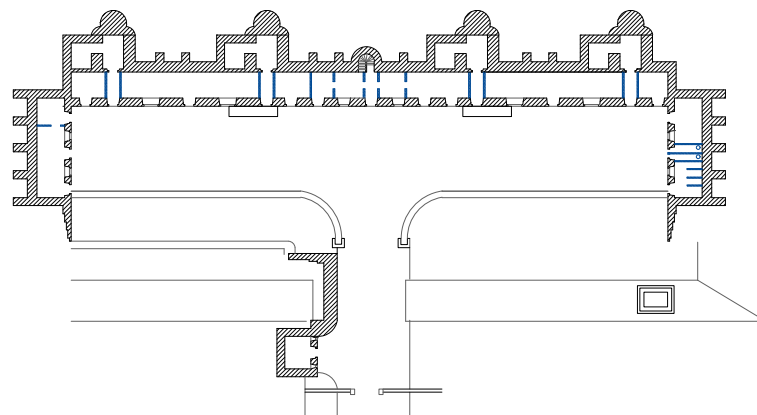
Planta de 1902

Programa

- 1| Casas das palmentas
- 2| Serviço dos elevadores
- 3| Paiois de munições
- 4| Casernas
- 5| Casas para oficiais
- 6| Secretaria
- 7| Telegrafia
- 8| Camaratas para sargentos
- 9| Arrecadação
- 10| Latrinas
- 11| Casa de guarda
- 12| Casa do dynamo e projector



Planta 1902

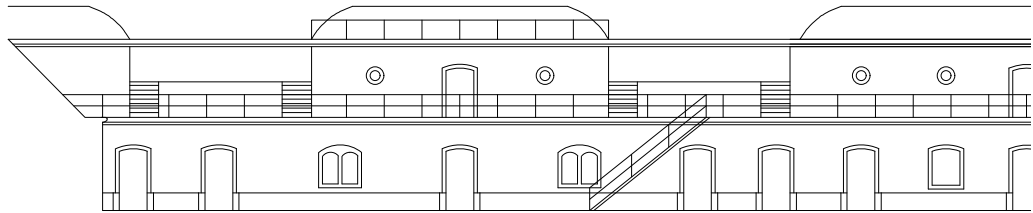
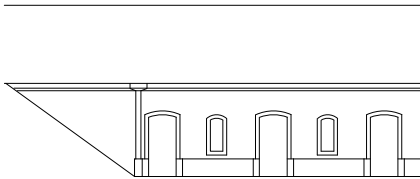


Planta actual

Legenda

- Destruído

Figura 37 - Planta da Bateria da Raposeira II em 1902 e a planta actual assinalando o que se encontra destruído. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019



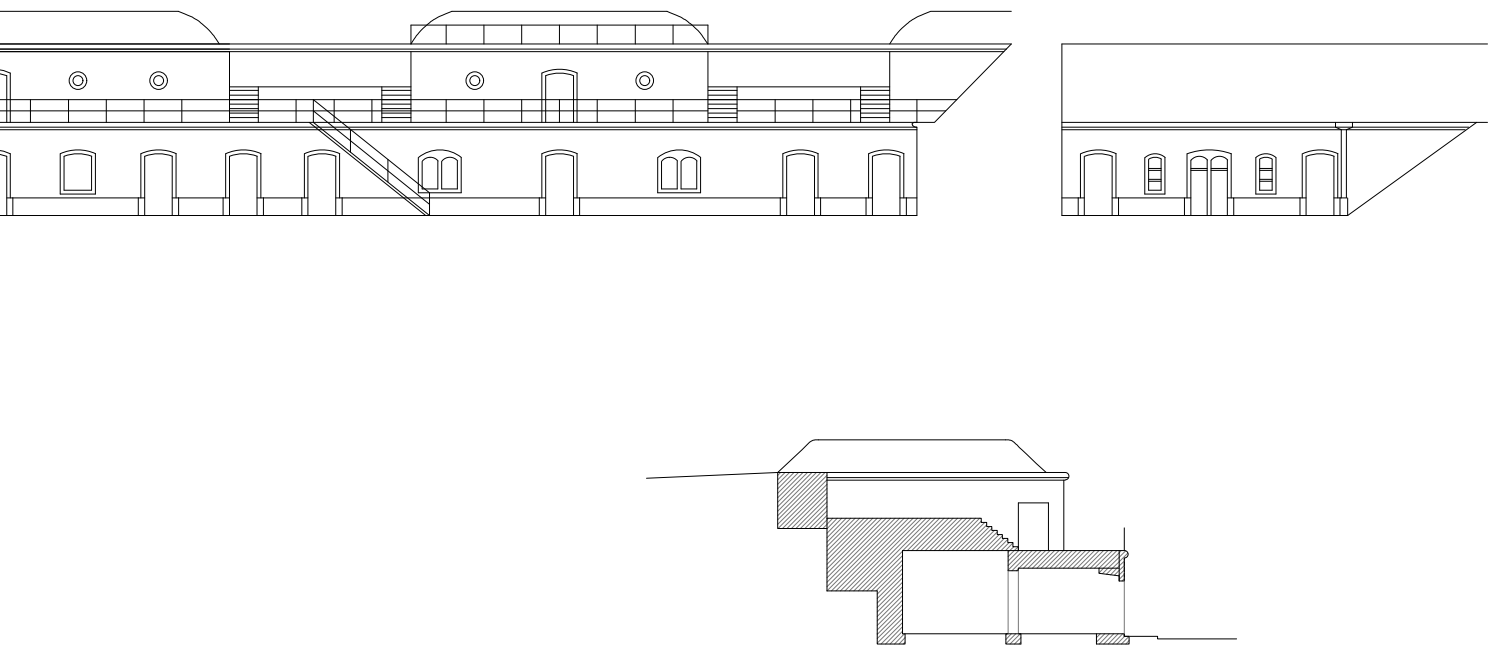


Figura 38 – Alçado Oeste (O) e corte A da Bateria da Raposeira II. Desenhos elaborados com base nos desenhos originais fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019



Figura 39 – Exterior. Segundo patamar da Bateria da Raposeira II, 2019. Fotografia do autor.



Figura 40 – Exterior. Passagem N, que permite aceder à Bateria da Raposeira II, 2019. Fotografia do autor.

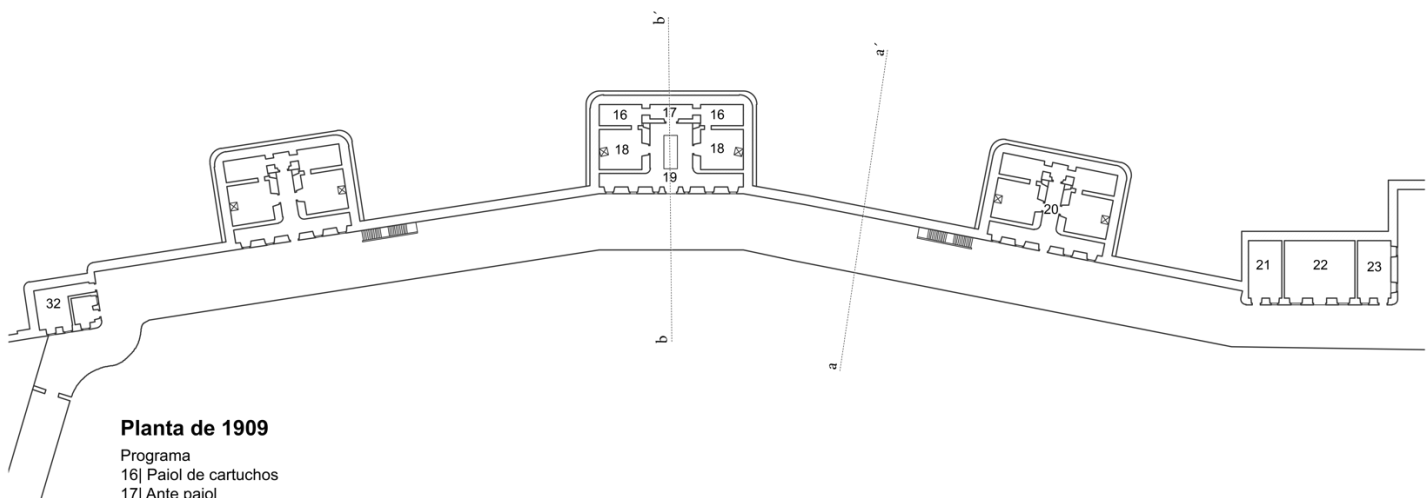


Figura 41 – Interior. Piso térreo da Bateria da Raposeira II, 2019. Fotografia do autor.



Figura 42 – Interior. Galeria superior da Bateria da Raposeira II, 2019. Fotografia do autor.

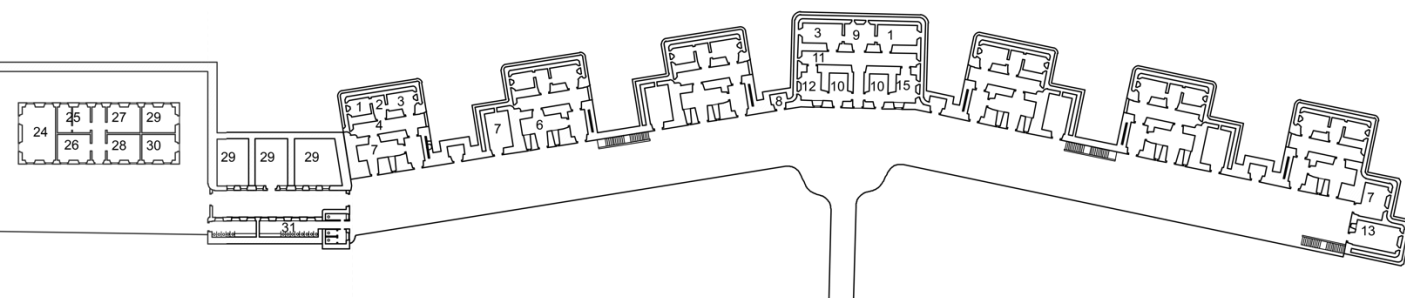
4.1.4. Bateria de Alpena



Planta de 1909

Programa

- 16| Paiol de cartuchos
- 17| Ante paiol
- 18| Paiol de projecteis
- 19| Galeria para palamenta
- 20| Espaço reservado para palamenta
- 21| Armazém de gasolina e tanques de refrigeração
- 22| Casa das máquinas
- 23| Acumuladores
- 24| Arrecadação da palamenta
- 25| Telégrafo
- 26| Secretaria
- 27| Subalternos
- 28| Comandantes
- 29| Sargentos
- 30| Arrecadação de material
- 31| Latrinas
- 32| Casa de guarda



Planta de 1893

Programa

- 1| Depósito de cartuchame
- 2| Antepaiol e arrecadação de espoletas
- 3| Depósito para projecteis
- 4| Galeria de serviço
- 5| Galeria de entrada
- 6| Secretaria, Telegrafia, Casa dos observatórios, quarto do oficial de inspeção, pequenos armazéns
- 7| Arrecadação da palamenta
- 8| Casa para luzes
- 9| Serventia da meia bateria da direita
- 10| Arrecadação de projecteis descarregados
- 11| Galeria de serviço e depósito de projecteis
- 12| Oficina de carregamento de cartuchos
- 13| Forja e oficina de pequenas reparações
- 14| Reservatório de água
- 15| Oficina de carregamento de projecteis

*Figura 43 - Planta da Bateria de Alpena e o seu programa, de 1893 e de 1909 .
Desenhos elaborados com base nos de desenhos fornecidos pelo Gabinete de
Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do
Exército, 2019*

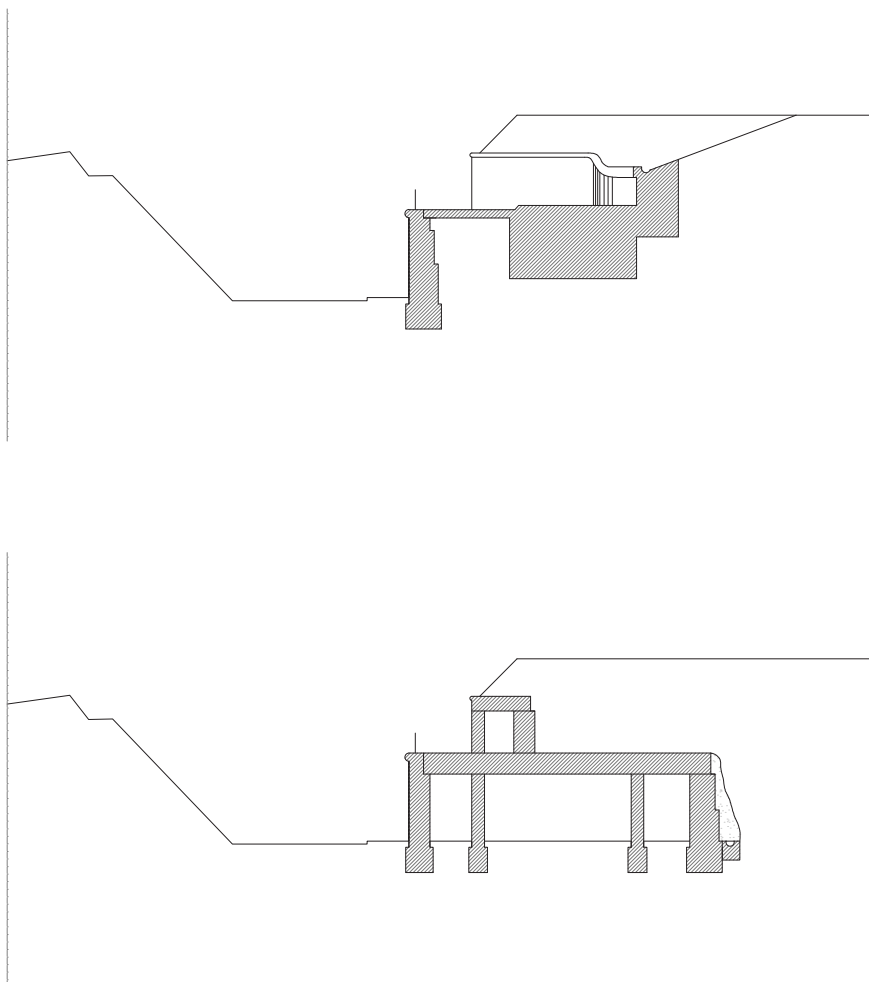


Figura 44 – Cortes A e B (respetivamente) da Bateria de Alpena. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

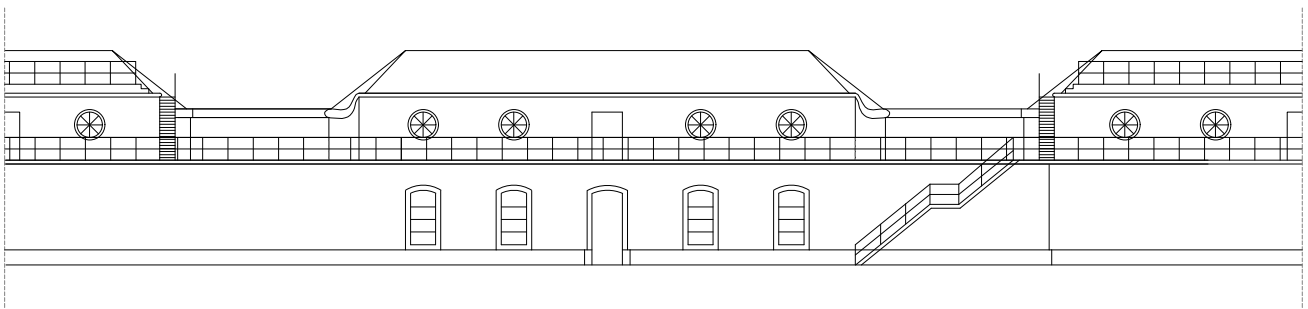


Figura 45 - Parte do Alçado Oeste (O) da Bateria de Alpena. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

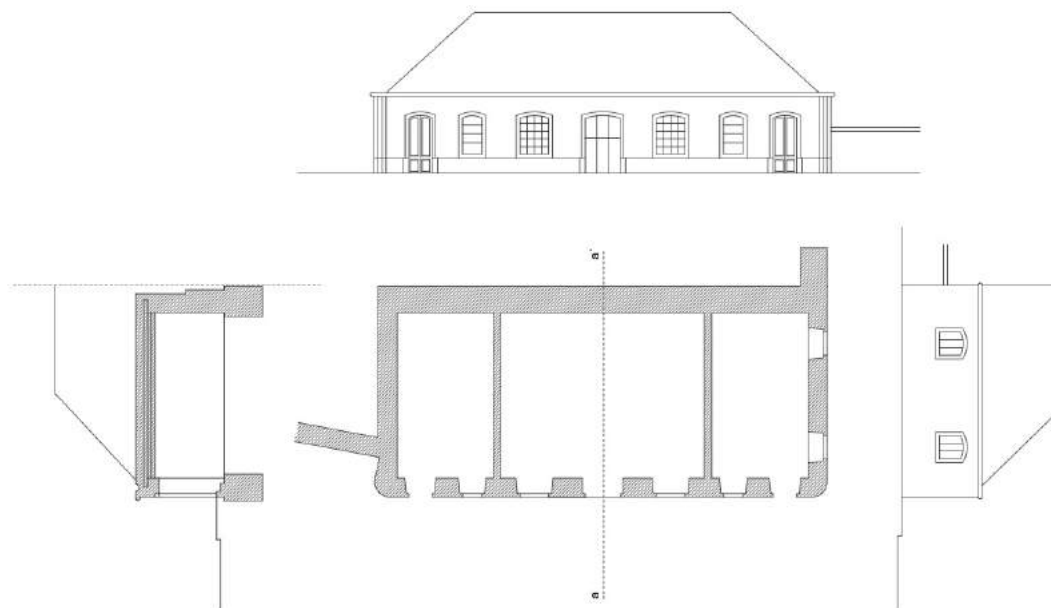


Figura 46 - Planta, corte A e alçado (O) da estação de Eletricidade da Bateria de Alpena. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

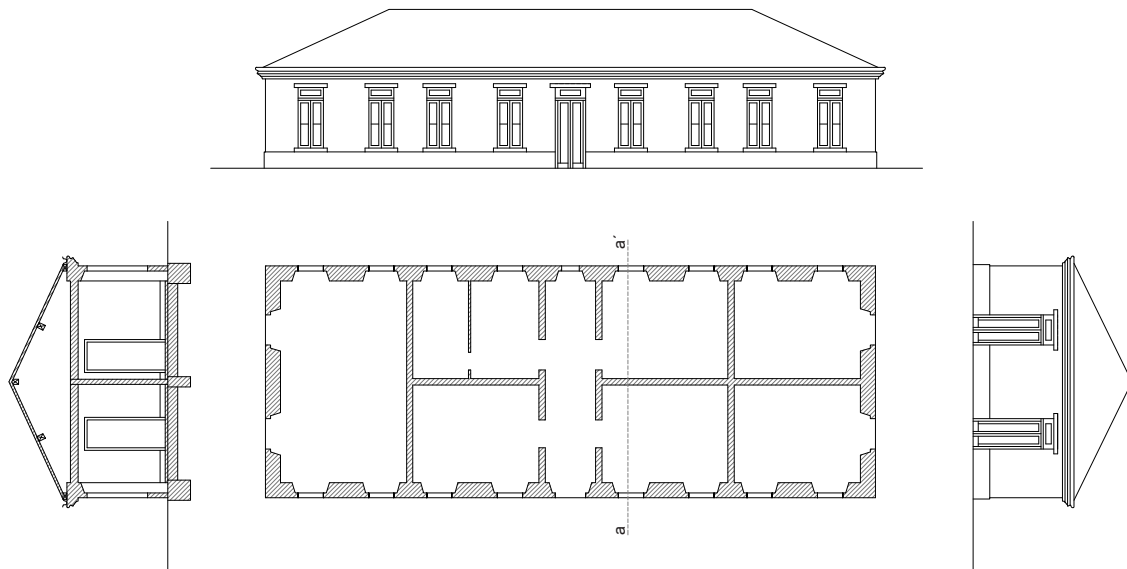


Figura 47 - Planta, corte A e alçado (O) do pavilhão para oficiais e serviços gerais da Bateria de Alpena. Desenhos elaborados com base nos desenhos fornecidos pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019



Figura 48 – Exterior. Fachada O da Bateria de Alpena, 2019. Fotografia do autor.



Figura 49 – Exterior. Degradação da fachada O da Bateria de Alpena, 2019. Fotografia do autor.



Figura 50 – Exterior. Zona do antigo pavilhão para oficiais e serviços gerais, 2019. Fotografia do autor.



Figura 51 – Interior. Antigo paiól da Bateria de Alpena, 2019. Fotografia do autor.

05

TEORIA DA CONSERVAÇÃO

5.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA (A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO)

A preocupação em conservar monumentos antigos sempre existiu, ainda que, inicialmente, fossem escassas as normas e obras de conservação e estas se cingissem a pequenos territórios.

“Na Antiguidade e na Idade Média, a intervenção monumental obedecia mais à importância do lugar, à sua sacralidade, do que propriamente à construção em si. Muitas vezes, a apropriação do espaço resultava em atuações radicais que sacrificavam completamente as preexistentes” (Neto, 2001, p. 25).

As primeiras normas de conservação do património arquitetónico surgiram na Antiguidade, na época romana, nomeadamente “[...] um Decreto de cerca de 44 d.C. na cidade de Herculano, Itália, e um Édito de 17 de julho de 389, dos imperadores Valentiniano, Teodósio e Arcádio” (Miguel Brito Correia, 2014, p. 13).

A falta de proteção dos monumentos continuaria durante a Idade Média. Deste período destaca-se a proibição de mutilar ou destruir a coluna de Trajano, norma decretada pelo Senado de Roma em 1162, e que ordenava também que fossem aplicadas penas austeras aos infratores (Miguel Brito Correia, 2014, p. 13).

Até meados do séc. XV, muitos monumentos eram utilizados para aproveitamentos dos materiais para novas construções. Era prática comum recorrer a edifícios antigos e saqueá-los, com o intuito de transformar a pedra em cal.(Aguiar, 2002, p. 35) Contudo, isso deixou de acontecer, fruto do trabalho desenvolvido por vários Papas, em forma de normas, que incluíam orientações para evitar práticas de pilhagem, demolição e saque dos edifícios, datando deste período os primeiros conceitos relativos à teoria da conservação (Tomás, 2014, p. 10).

No entanto, não significava preservar as estruturas no estado em que se encontravam, mas sim aproveitar os seus vestígios para, através destes, dar seguimento a novas estruturas, para qualquer outra utilidade.(Aguiar, 2002, p. 35)(Aguiar, 2002, p. 35) Este procedimento foi profusamente utilizado, principalmente entre os séculos XVI e XVIII, registando-se neste período “um elevadíssimo número de projectos de reutilização ou de recriação arquitetónica com base em monumentos clássicos” (Aguiar, 2002, p. 35).



In den Straßen von Pompeji.

Figura 52 - Visitantes nas escavações de Pompeia, séc. XIX.

5.1.1. Restauro Moderno

Durante o século XVIII, altera-se o pensamento em torno do património histórico. Restauro significava, até aqui, reutilizar as construções antigas. Fruto de uma consciencialização da importância da cultura histórica, motivada pelo despertar de uma mentalidade crítica e científica, é alcançado um novo conceito e prática de restauro, mais próximo do seu actual significado. O interesse pela antiguidade originou, assim, a valorização estética e admiração da sua beleza, bem como a estima e preocupação de preservação dos seus valores e património (Aguiar, 2002, p. 36). As escavações arqueológicas de Herculano (1738) e Pompeia (1748) são representativas desse interesse pela antiguidade e, uma vez que a sua execução se assentou em estudos arqueológicos, através de métodos científicos e levantamentos rigorosos, estabeleceu-se, dessa forma, uma nova contextualização da história da arquitectura, desta vez fundamentada com dados factuais e não meramente em suposições (Neto, 2001, p. 26). (figura 52)

O interesse pela antiguidade não se limitou à observação da beleza dos edifícios. A arquitectura mereceu outros cuidados que produziram efeitos essenciais à manutenção desse património: com os conhecimentos obtidos através dos levantamentos histórico-científicos, foi possível classificar a arquitectura em estilos e cronologicamente. A admiração pelo antigo era praticamente inexistente até ao século XVIII. Foi impulsionada a partir daí e depois, com as comprovações obtidas, suscitou ainda mais o interesse, porque proporcionava o acesso a uma cultura antiga que estava finalmente comprovada, assente em factos, proporcionando assim a plena confiança na cultura e conhecimento que se adquiria (Aguiar, 2002, p. 36). Com isto, a arqueologia e a História de Arte alcançaram igualmente a sua consagração, pela importância que tinham na erudição relativa ao Monumento Histórico, chamando até a atenção das academias e teóricos (Tomás, 2014, p. 11).

A Revolução Francesa teve, como indica José Aguiar, uma marcante influência na salvaguarda do património:

“Diversos estudiosos da história da conservação apontam a Revolução Francesa não só como o momento de origem da moderna jurisprudência para a salvaguarda do património, mas também como a matriz do conjunto de ideias que dará corpo ao conceito de Restauro Moderno” (Aguiar, 2002, p. 36).

A razão de ser destes acontecimentos tem origem exactamente no mesmo período, a Revolução Francesa. Durante este conflito, houve uma razia respeitante ao desaparecimento e degradação de obras de arte e monumentos, com especial incidência nos edifícios religiosos. O vandalismo era praticado maioritariamente por pessoas singulares, mas também, ocasionalmente, por “vandalismo do Estado”.

Nasceram assim vários projectos políticos e legislativos, durante e no pós-revolução, que culminaram na ocorrência de alguns conceitos e práticas que foram adotados pela maioria das nações, como o classificar de interesse público a conservação dos monumentos e assumir a sua salvaguarda (Aguiar, 2002, p. 37).

Em 1831 é criado em França o cargo de *Inspecteur Général des Monuments*, desempenhando essa função Ludovic Vitet, precedido por Prosper Mérimée. Durante trinta anos foram classificados milhares de edifícios. Emergiram vários revivalismos que originaram discórdias em torno do que fazer com os monumentos. Várias personalidades defenderam diferentes pontos de vista, entre preservação e reconstrução, num debate que perdurou por todo o século XIX. Esse debate foi protagonizado por Viollet-Le-Duc, que acreditava na reconstrução como o melhor destino a dar aos monumentos e por Ruskin, que defendia a preservação em forma de conservação estrita, como se verá aprofundado mais à frente (Tomás, 2014, p. 12).

5.1.2. Restauro Arqueológico | Stern (1774-1820) e Valadier (1762-1839)

No início do século, começou por ser defendido o ideal de restauro arqueológico pelos italianos Stern e Valadier. Restaurar significava, para estes pioneiros, reintegrar nas construções existentes as peças em falta, descobertas no decorrer das escavações.⁴ Na impossibilidade de concretizar este método em algumas partes, por não serem encontradas as peças originais, as lacunas eram, no caso de Stern, preenchidas com material diferente da origem. A ideia era voltar a colocar o edifício tal como ele era, mas quando não possível, completava-se com outros materiais. Valadier fazia-o de outra forma. Ao invés de preencher as lacunas, reconstruía essas partes de uma forma simplificada, com outros materiais. Havia o objectivo de deixar bem claro o que era original e o que não era, embora se objectivasse a uniformização da construção numa perspectiva mais distante (Aguiar, 2002, p. 40).

Restaurar era, deste modo, colocar na origem, ou o mais perto possível, determinados elementos essenciais e remover aquilo que consideravam não ter valor arquitectónico ou histórico, garantindo a inalterabilidade visual e estrutural, sendo este procedimento altamente actual (Tomás, 2014, p. 15).

São exemplos as intervenções realizadas por Stern no Arco de Tito e no Coliseu, em Roma. Restituiu-lhes os seus materiais de origem, descobertos nas escavações arqueológicas e, nos casos em que não foram encontrados, uniformizou o monumento com materiais perto dos utilizados inicialmente. No Coliseu, elaborou o primeiro restauro, construindo um novo muro no lado Sul, visto que o original estava altamente degradado. Este novo muro serviu como reforço ao pré-existente. Para não proceder a uma reconstrução desse muro deteriorado, construiu um reforço e restaurou o antigo com materiais diferentes. Tempos depois, a fachada voltada para o Fórum foi intervencionada por Valadier, procedendo à reconstrução de algumas parcelas que se encontravam em muito mau estado. Reconstituiu alguns arcos, tentando deixá-los o mais semelhante possível da sua forma primitiva (Aguiar, 2002, p. 40).

O restauro arqueológico levado a cabo pelos italianos Stern e Valadier marcou um equilíbrio entre o que viria a ser o **restauro estilístico francês** e a **conservação estrita inglesa** (Tomás, 2014, p. 15).

⁴ Este procedimento, chamado *anastilosis*, significava proceder a uma recomposição dos elementos originais e preencher as lacunas através de reproduções distinguíveis.

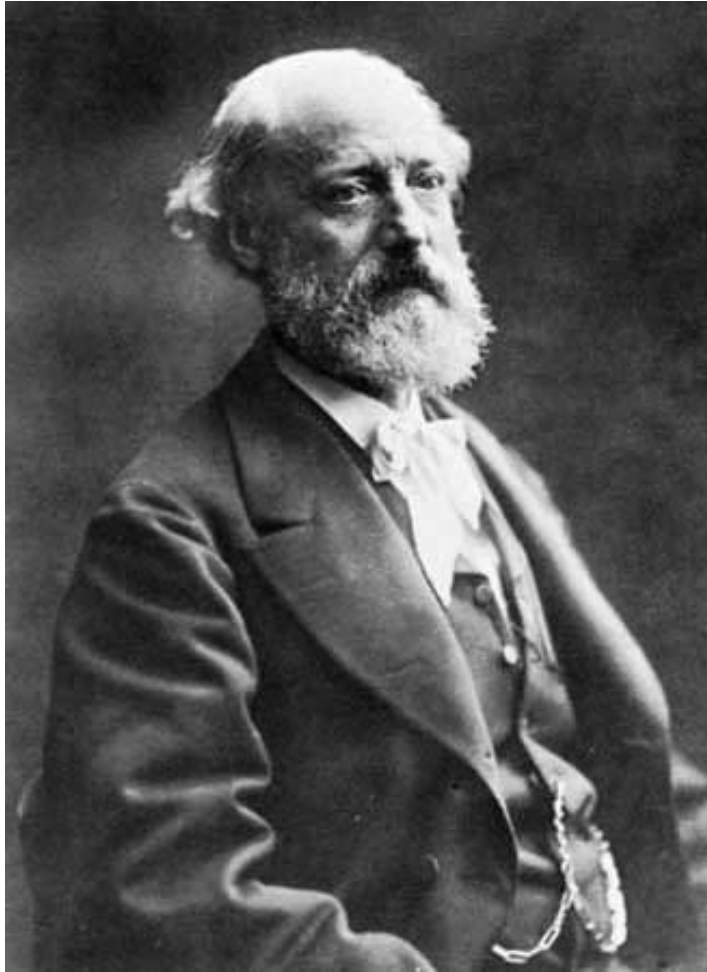


Figura 53 – Viollet- Le-Duc, n.d.

5.1.3. Restauro Estilístico | Viollet-Le-Duc (1814-1879)

A ideia de restauro de Viollet-Le-Duc consistia na procura de um estilo ideal para determinados monumentos. Contudo, esse estilo ideal poderia nunca ter existido previamente, como o próprio afirmara:

“Restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento”. (Choay, 2010, p. 161)

Ou seja, o monumento era restaurado tendo por base um conjunto de análises (como por exemplo levantamentos fotográficos, prática por ele iniciada) e princípios que culminariam numa suposta forma ideal. Ainda assim, a maior preocupação de Le-Duc não era, de todo, conceber uma imagem perfeita do monumento, mas sim restaurá-lo pela lógica, recorrendo a levantamentos cronológicos, atendendo às possibilidades técnico-formais desse tempo e os princípios nacionalistas (Neto, 2001, p. 42). Este procedimento foi adotado em larga escala:

“[...] foram inúmeros os seguidores de Viollet-Le-Duc, não só em França mas em toda a Europa, mantendo-se entre nós a sua influência até meados do século XX, ressurgindo em muitas ocasiões no seguimento de destruição causada pelas duas Grandes Guerras Mundiais” (Tomás, 2014, p. 13).

Este excessivo restauro estilístico criou problemas de falta de autenticidade⁵ ou, se quisermos, falsificação de monumentos:

“[...] o nacionalismo moderno promoveu de forma absolutamente excessiva os restauros estilísticos e as reconstruções revivalistas, a maioria das quais sem o menor grau de

⁵ Autenticidade – manter a originalidade da construção a nível físico, de forma a, conseqüentemente, manter a sua história e valores originais.

autenticidade histórica. Daqui resultaram alguns dos mais difíceis problemas de conservação que hoje temos para resolver” (Aguiar, 2002, p. 42).

Isto acontecia essencialmente pela forma como eram pensados e executados estes restauros, uma vez que era comum serem removidos os elementos que não fossem vistos como adequados ao estilo ideal que, não raras as vezes, não tinha fundamentos históricos mas sim suposições demasiado imaginativas, guiadas por ideais nacionalistas (Tomás, 2014, p. 13).

Além da obsessão pela procura do estilo ideal, Viollet-Le-Duc tinha também como objectivo fundamental a reutilização funcional e concreta dos monumentos, dando-lhes novas utilidades num contexto económico e social. Esta ideia era completamente oposta ao conceito de conservação idealizado pelos românticos, como Jonh Ruskin, principal defensor da conservação estrita.

5.1.4. Conservação Estrita | John Ruskin (1819-1900)

A tese de Ruskin consistia na absoluta conservação das obras do passado no estado em que estas se encontravam, defendendo que deveriam ser mantidas intactas. O principal impulsionador da conservação estrita, também apelidada de restauro romântico, era um acérrimo defensor da autenticidade do património. O seu principal seguidor, William Morris, chegou a fundar, em 1877, a Sociedade de Proteção de Edifícios Antigos. Ruskin conservava todos os trabalhos realizados com recurso a técnicas tradicionais e não com maquinaria e apoiava a manutenção frequente, como forma de evitar degradações (Aguiar, 2002, p. 38). Consequentemente, era contra a ideologia intervencionista de Viollet-Le-Duc, chegando a negar qualquer tipo de restauro:

“Não falemos, pois, de restauro. Trata-se de uma mentira do começo ao fim. Pode-se fazer um modelo de um edifício como também de um cadáver, e o seu modelo pode conter o contorno das antigas paredes dentro dele, assim como o seu molde pode conter o esqueleto, sem que eu possa ver ou apreciar qualquer vantagem nisso. Mas o antigo edifício estará destruído, de uma forma mais completa e impiedosa do que se tivesse desabado num amontuado de terra, ou derretido numa massa de barro” (Ruskin, 2003, p. 81).

As ideologias de Viollet-Le-Duc e Ruskin são opostas. Enquanto o arquitecto francês abria mão do que havia sido deixado pelas anteriores civilizações, pelo menos no seu estado original, Ruskin desprezava o restauro, chegando a dizer que este procedimento significava *“a mais total destruição que um edifício pode sofrer”*. Indo ao extremo, afirmava que *“é impossível, tão impossível quanto ressuscitar os mortos, restaurar qualquer coisa que já tenha sido grandiosa ou bela em arquitectura”* (John Ruskin, 2003, p. 79).

Um dos principais argumentos lançados pelo teórico inglês contra o restauro, era a memória que dizia estar incutida nos monumentos históricos. Defendia que a arquitectura era a única forma que tínhamos para conservar a nossa ligação com o passado. Dizia até que *“nós podemos viver sem (arquitectura), adorar o nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos recordar”*. Parece indiscutível que todos estes pensamentos de Ruskin nos levam à conclusão de que este escritor do século XIX defendia de modo acérrimo o anti-intervencionismo:

“Nós não temos qualquer direito de tocá-los. Eles não são nossos. Eles pertencem em parte àqueles que os construíram, e em parte a todas as gerações da humanidade que nos sucederão. Os mortos ainda têm seu direito sobre eles: aquilo pelo qual trabalharam, a exaltação da façanha ou a expressão do

sentimento religioso, ou o que quer que exista naqueles edifícios que tencionam perpetuar, não temos direito de obliterar” (Ruskin, 2003, p. 82).

No limite, Ruskin admitia a conservação enquanto método de intervenção mínima e desde que de uma forma invisível, para evitar o restauro (Neto, 2001, p. 45). *Porque, como o próprio afirmava, a manutenção anulava a necessidade de um futuro restauro:*

“Cuidem dos vossos monumentos e nunca precisarão de os restaurar” (Ruskin, 2003)

Numa posição contrastiva à de Viollet-Le-Duc está também a operacionalização, ou falta desta, de Ruskin neste campo, uma vez que o inglês nunca apresentou nenhum método concreto de salvaguarda do património. Ao contrário de Viollet-Le-Duc, que se envolvia directamente na concretização dos ideais que defendia, Ruskin ficava-se pelas reflexões e abordagens ideológicas, que deixou nas suas principais obras: *The Seven Lamps of Architecture* (1849) e *The Stones of Venice* (1853) (Tomás, 2014, p. 14). Segundo Aguiar, *“a maior e mais profícua contribuição de Ruskin foi a sustentação ideológica da conservação como metodologia de preservação patrimonial alternativa ao restauro”* (Aguiar, 2002, p. 44). Ainda que este restauro se refira ao **conceito de restauro de Viollet-Le-Duc**, que está atualmente longe de se assemelhar à definição de restauro posteriormente adotada e que consta na **Carta de Veneza**:

“O restauro [...] destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e basea-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos. Não devem ser empreendidos restauros quando se está em presença de hipótese visando reconstituições conjecturais” (Carta de Veneza, 1964).

Se Ruskin se tivesse deparado com o atual conceito de restauro ao invés do restauro na forma como era praticado naquela época, provavelmente alterar-se-ia a sua posição quanto a este método .

A doutrina de Ruskin marcou a história e teoria de salvaguarda do património no século XX *“suscitando a acesa polémica sobre a dialética Conservação versus Restauro”* (Aguiar, 2002, p. 44).

5.1.5. Restauro Filológico | Camillo Boito (1836-1914)

As ideologias extremas de Viollet-Le-Duc e de Ruskin, bem como dos seus seguidores, começaram a ser contestadas. Uma das teses que se destacou foi a de Camillo Boito (1836-1914), um arquitecto e historiador italiano. A formação e competências de Boito fizeram com que este situasse o seu pensamento na articulação de dois campos distintos: a arte, do passado e do presente e a modernidade técnica. Com isto, Boito idealizou a sua teoria de salvaguarda do património indo resgatar aquelas que considerava serem as melhores ideias dos métodos de Viollet-Le-Duc e de Ruskin. Elaborou então os seus ideais, sintetizando-os nos seus escritos, embora nem sempre os tenha aplicado na prática (Choay, 2010, p. 167).

A principal contribuição de Boito foi a tentativa de conjugar o melhor desses dois mundos antagónicos. Procurou uma fórmula eficaz entre as teorias extremamente conservacionistas de Ruskin com as práticas não radicais do restauro. De Viollet-Le-Duc, Boito deu continuidade à ideia da importância da reutilização para salvaguarda dos monumentos, tal como atribuiu mais importância ao presente do que ao passado, contrariamente ao que era asseverado por Ruskin e Morris (Choay, 2010, p. 168). Camillo Boito admitia o restauro, mas apenas em última ocasião, quando outras formas de salvaguarda, como a manutenção, consolidação e reparações não expostas, já não tinham qualquer eficácia. Sempre que existisse a necessidade de intervenção, Boito deixava bem clara a diferenciação da obra e do original, como havia sido feito por Stern e Valadier e contrariamente aos restauros estilísticos de Viollet-le-Duc, que poderia significar uma falsificação dos monumentos. A esta distinção entre o novo e o pré-existente foi dado o nome de Restauro Filológico, em 1833, ao mesmo tempo que se alertou para a necessidade de se documentar minuciosamente o antes e o depois da intervenção (Aguiar, 2002, p. 40).

Ao contrário de Viollet-Le-Duc, Boito não prosseguiu à letra a ideia de que qualquer intervenção arquitectónica num monumento deveria ser elaborada consoante o estilo e as técnicas da época. Propôs três tipos de intervenção de acordo com o estilo e idade dos determinados edifícios, como explica Choay:

“Para os monumentos da antiguidade sugere o restauro arqueológico, que se preocupe, antes de mais, com exactidão científica e, em caso de reconstituição, considere apenas a massa e o volume, deixando de alguma forma em branco o tratamento das superfícies e da sua ornamentação. Para os monumentos góticos propõe um restauro pitoresco, que concentre o seu principal esforço no esqueleto (ossatura) do edifício e abandone as carnes (estatuária e decoração) à sua ruína. Finalmente, para os monumentos clássicos e barrocos é proposto um restauro arquitectónico, que leve em conta os edifícios na sua totalidade” (Choay, 2010, p. 169).

Para este arquitecto, os monumentos eram um testemunho da representatividade e do valor artístico, mas também um documento histórico, preferindo, por isso, a conservação ao restauro (Tomás, 2014, p. 16).

Grande parte das ideias de Camillo Boito foram incluídas na legislação Italiana referente à proteção do património. Tempos depois, essas mesmas ideias influenciaram, através do seu discípulo Gustavo Giovannoni, a redação da Carta de Atenas, de 1931.

Este arquitecto italiano foi, garantidamente, um dos maiores responsáveis pela “fundação da conservação enquanto disciplina específica do conhecimento humano” (Aguar, 2002, p. 47).

5.1.6. Restauro Científico| Gustavo Giovannoni (1873-1947)

Gustavo Giovannoni deu continuidade a algumas ideias de Boito. Tal como aquele que fora seu professor, também Giovannoni recorria à intervenção apenas em último caso. Este arquitecto italiano foi precursor do restauro científico, que estava assente em ideias conservadoras e de intervenção mínima.

Este novo modo de conservação tinha, como principal objectivo, assegurar a permanência da autenticidade dos monumentos enquanto documentos históricos e obras de arte, negando tudo o que causasse transtorno à salvaguarda dos referidos valores (Choay, 2010, p. 50).

Defendia acima de tudo a prática da consolidação estrita e uma manutenção regular dos monumentos. Este arquitecto compreendia por consolidação o primordial meio de restauro, que deveria ser executado de forma contínua e fundamentado em estudos científicos, “para garantir a continuidade material e física dos edifícios” (Aguiar, 2002, p. 50).

Giovannoni considerava esta técnica o ideal de restauro. Ainda assim, aceitava a utilização de novas tecnologias e materiais, como o betão armado, ainda que excepcionalmente usados, para ações de reforço estrutural, visando o aumento da resistência do edifício. Essa intervenção não poderia ser visível (I. F. N. Sousa, 2016, p. 15). Apesar de ser este o recurso ideal, na perspectiva de Giovannoni, este elaborou uma escala de modelos, possíveis de intervenção nos monumentos. Essa escala era composta por cinco modelos, organizados hierarquicamente pelo nível de prioridade. O primeiro, já vimos, era a consolidação. Seguiu-se a recomposição ou anastilosis, o processo já anteriormente utilizado por Stern e Valadier. A suceder à recomposição viria a renovação, ou desmontagem de acrescentos não originais, embora este método só fosse admitido quando esses elementos não tivessem valor patrimonial e a sua remoção não afectasse o monumento enquanto documento histórico e artístico. Por último, a inovação, que só seria usada em último recurso e depois de comprovada a sua imprescindibilidade. Este modelo consistia na reconstrução ou completamento de partes deterioradas, ou mesmo destruídas, de um monumento. Tal como anteriormente, eram destacadas as partes autênticas das inovações, evitando a falsificação histórica (Aguiar, 2002, p. 50).

Giovannoni valorizava e aceitava a existência de monumentos vivos e de monumentos mortos. Por monumentos vivos entende-se os que ainda mantinham as suas funções originais, como as igrejas, que podiam, com poucas alterações, sofrer adaptações nas suas funções. Por monumentos mortos considerava as ruínas e vestígios arqueológicos, como fortificações antigas, cujas suas originais funções deixaram de ter utilidade nem lhes era possível atribuir outras funcionalidades (I. F. N. Sousa, 2016, p. 14).



Figura 54 – Cesare Brandi, n.d.

5.1.7. Restauro Crítico | Cesare Brandi (1906-1988)

A segunda guerra mundial, para além de toda a tirania imposta à humanidade nas mais diversas formas, deixou também várias cidades destruídas, algumas praticamente na totalidade, como nos casos de Varsóvia, Colónia e Bruxelas. Findada a guerra, houve, naturalmente, a necessidade de reconstruir essas cidades europeias com a maior brevidade possível, essencialmente pela necessidade de realojar milhões de pessoas que tinham visto as suas casas serem destruídas. As teorias anteriores à guerra perderam valor e foram abandonadas por serem exageradamente demoradas na prática. Recorreu-se, quando necessário, como aconteceu no caso de Varsóvia, a alguns métodos mais céleres e “desembaraçados” de restauro ou reconstrução, que permitissem reconstruir grandes cidades em curto espaço de tempo.

No entanto, esses métodos começaram a ser alvo de críticas a partir de 1948, originando um novo movimento, o Restauro Crítico, cujos principais impulsionadores foram Cesare Brandi e Robert Paine. As essenciais críticas de Brandi e Paine para com as teorias de conservação incidiram, principalmente, na “sobrevvalorização dos aspetos históricos relativamente aos aspetos artísticos, presente, por exemplo, nas teses de Giovannoni e nos documentos doutrinários da década de 30”. Esse enfoque nos aspetos históricos conduzia a práticas de carácter museológico ou arqueológicos, o que, segundo Brandi “resultava a incapacidade de comunicar os valores estéticos necessários à interpretação do monumento enquanto obra de arte, que era como que congelado, na situação encontrada”. Estas críticas foram a base de uma nova teoria de conservação que haveria de ser desenvolvida na célebre *Teoria del Restauro*, de Cesare Brandi, publicada em 1963. Esta teoria transformou-se no “livro sagrado” para a formulação teórica de conservação enquanto disciplina (Aguiar, 2002, p. 57).

Cesare Brandi defendia quatro princípios fundamentais:

O primeiro era que a integração deve ser sempre facilmente reconhecível, sem afectar a unidade alvo de reconstrução, ou seja, devem ser impossíveis de se identificar à distância, mas óbvias quando observadas de perto. O segundo princípio diz respeito à materialidade, que é sempre insubstituível se interferir na imagem enquanto aspecto e não estrutura, ou seja, não se altera o tipo de material (mesmo que não seja considerado o melhor) nos casos em que interfira apenas na estética. Altera-se nos casos em que o material não seja o mais indicado em termos de estrutura. O terceiro traduz-se no princípio de que todas as intervenções de restauro devem não só permitir como também facilitar futuras intervenções (Brandi, 2006, p. 17,18 e 19). Contudo, Brandi dizia que mesmo com os anteriores princípios, não ficavam solucionadas todas as questões, visto que continuava por resolver o problema das lacunas, que era causado pela própria imposição que proibia as integrações fantasiosas. Daí que surge o quarto princípio: Brandi propôs que as lacunas deveriam ser colmatadas reintegrando “as partes em falta com materiais e texturas que permitam obter tons e cores com luminosidades próximas da composição envolvente, de modo a conseguir neutralizar o padrão figurativos que as lacunas geralmente apresentam” (Tomás, 2014, p. 19).

A teoria de Brandi impôs-se como base da teoria de conservação e reabilitação moderna, que iriam influenciar intensamente as primeiras recomendações para a conservação do património, vindo essas a ter igualmente grande impacto nos princípios internacionais que vigoram atualmente (Tomás, 2014, p. 20).

5.1.8. Fielden (1919-2008)

Bernard Fielden deixou um importante contributo bibliográfico sobre a conservação do património arquitetónico. *Conservation of Historic Buildings*, de 1982, apresenta as investigações e princípios salientados por este arquiteto britânico acerca desta matéria (ICCROM, n.d.).

Fielden estava seguro de que o procedimento de conservação de um bem patrimonial estava dependente de vários fatores. Primeiro que tudo, segundo Fielden, cada caso é um caso e como diferentes que são, necessitam de distintas abordagens, consoante o seu estado físico e nível de deterioração.

A principal ideia deixada por Fielden baseia-se numa escala ascendente de procedimentos de conservação a serem executados num determinado bem patrimonial. Ainda antes de se enumerar esta escala, importa dizer que Fielden argumentava que qualquer intervenção obrigava à perda de valores culturais nesse bem (Fielden, 2003).

Estes são os sete níveis de intervenção identificados por Bernard Fielden, acrescentando ainda que, em projetos importantes de arquitetura, podem ser praticados em simultâneo vários destes procedimentos:

“Prevenção da deterioração (ou conservação indireta) - Consiste numa prática de prevenção para com o meio ambiente e condições climáticas. O objetivo é interromper a evolução da deterioração provocada por vários fatores, como o fogo, humidade, temperatura e o vandalismo. Para garantir esta prevenção, aconselha-se a realização de inspeções periódicas e manutenção regular, bem como limpezas habituais.

Preservação - O ato de manter o bem patrimonial no estado em que se encontra. Intervenções devem ser efetuadas quando necessário, de forma a evitar sucessivas deteriorações. A destruição causada pela água nas suas variadas formas (como infiltrações), por agentes químicos e pragas devem ser parados o quanto antes, para benefício da estrutura.

Consolidação (ou conservação direta) - Diz respeito à prática de adição de materiais de suporte à estrutura original, para promoverem a sua durabilidade e integridade estrutural. Utilizarem-se materiais e técnicas tradicionais é apontado como de extrema importância. No entanto, se estas técnicas se demonstrarem inadequadas, devem utilizar-se técnicas modernas, mas possíveis de ser reversíveis e devidamente comprovadas quanto à sua eficácia.

Restauro e restauro por anastilose - Com restauro pretende-se manter o traçado original, de modo a conservar o caráter do edifício. A máxima deste método consiste essencialmente num total respeito pelo original. Para que isso seja possível deve recorrer-se ao desenho original, achados arqueológicos e documentos provenientes da data de construção.

O Restauro por anastilose representa a reintegração de elementos em falta, originais, no

edifício. Podem ser integrados outros materiais, desde que não alterem a harmonia.

Reabilitação - Reabilitar um edifício significa dar-lhe um novo uso, que é muitas vezes a única forma de lhe dar continuidade. Embora a melhor conservação seja aquela que implique menos alterações, acontece que, algumas vezes, a sobrevivência de um imóvel depende da alteração do seu uso original.

Reprodução - Consiste na reprodução exata de componentes, ao invés de os reintroduzir, porque desapareceram ou foram destruídos. Tem que ver com a pretensão de se alcançar a harmonia estética.

Reconstrução - Representa a reconstrução de edifícios históricos que foram totalmente destruídos por desastres naturais, como fogos e sismos mas também por conflitos armados. Devem ser executadas depois de serem consultadas as documentações originais e achados arqueológicos” (Feilden, 2003, pp. 9–12).

5.1.9. Jukileto (1938)

Arquiteto e urbanista, Jukka Jokilehto desenvolveu maioritariamente a sua carreira profissional no Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais (ICCROM), inicialmente como responsável do programa de conservação arquitetónica e mais tarde como assistente do Director Geral. Este arquiteto, nascido na Finlândia, deixa marcas no campo da conservação, de três formas igualmente importantes: primeiro, na perspetiva da conservação do património edificado, principalmente pelos vários cursos que lecionou no ICCROM e que tiveram influência em muitos profissionais da conservação. A segunda tem que ver com a história e teoria da conservação, à qual Jokilehto dedicou grande parte das suas investigações. De entre os seus trabalhos, destaca-se o livro *A History of Architectural Conservation* (1999), pela amplitude que teve. A terceira, e última, relaciona-se com o impacto que este arquiteto teve e continua a ter no desenvolvimento de conceitos fundamentais para a UNESCO (Magar, 2016, p. 3).

Evidenciam-se os textos dedicados à valorização e aos valores do património cultural, nos quais explora as definições de valor aplicado ao património cultural e as noções de valor relativo, absoluto e universal.

Jokilehto tenta responder às questões sobre quais são os valores que se podem atribuir ao património e se é possível medi-los:

“Valor - A noção de valor é muitas vezes usada sem se pensar realmente no seu significado e nos atributos relacionados. No dicionário, para a palavra valor encontrou-se o seguinte: “a quantidade de alguns produtos básicos, meio de intercambio, que é considerado como um equivalente de outra coisa” (Oxford English Dictionary). Significa que estimar o valor de uma coisa implica uma comparação. É por isso necessário identificar atributos específicos de um recurso patrimonial e compará-los com os de outro. Essa comparação pode mostrar que, em referência a esses tipos de atributos, o valor de uma coisa é equivalente ou diferente em comparação com outra (Jokilehto, 2010, p. 1).

Relatividade - A noção de relatividade significa “envolver ou implicar uma relação; que o significado ou a importância dependa de alguma relação [...] ou seja, avaliar as coisas em comparação umas às outras.

No que toca ao património cultural, a relatividade dos valores é no sentido de valor de um recurso patrimonial específico (como por exemplo uma obra de arte) avaliado em comparação com outras coisas que possuam conotações similares, geralmente formados no mesmo contexto histórico e cultural (Jokilehto, 2010, p. 1).

Absoluto - O valor absoluto de algo, nos mais diferentes contextos, significa, quase sempre, algo que é inultrapassável, o maior valor. Isso pode acontecer por exemplo na geometria e na

religião. Neste último caso, o valor absoluto refere-se a um Deus. É, portanto, defendido que não se pode falar em valores absolutos quando o que está em causa é o património cultural (Jokilehto, 2010, p. 2).

Universal - Considera-se com valor universal algo ao qual seja atribuído o mesmo valor por todas as pessoas ou possua o que a maioria considera valioso. Esses valores podem representar-se por exemplo, no seio de uma comunidade tradicional, pelos valores e normas nela impostos, que podem considerar-se universais dentro de essa comunidade, mas não necessariamente universais num todo, no geral. São considerados *valores universais*, por exemplo, os direitos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como o direito à vida e à liberdade” (Jokilehto, 2010, p. 2).

Dizer, por último, que Jokilehto defende que “os valores gerem-se como resultado de processos de aprendizagem contínuos” e que, quando um sítio patrimonial não recebe tanta atenção como outros, isso “não significa necessariamente que é menos valioso, é apenas uma indicação de que é necessário aprender mais sobre ele” (Jokilehto, 2010, p. 11).

5.2. NORMAS INTERNACIONAIS

Há **quatro tipos de normas internacionais** na área do património cultural:

- **as convenções**, tratados ou pactos, aprovados pelos Estados, que se obrigam a aplicar no seu território os princípios neles expressos;
- **as recomendações**, definem os princípios que orientam as políticas de cada Estado;
- **as resoluções do Conselho da Europa**, resultantes de conferências de ministros;
- **e os restantes actos**: cartas, orientações, princípios, conclusões de encontros, declarações e “normas”, definem os princípios e os conceitos sobre determinada matéria.

Apresentam-se algumas normas mais importantes para o presente estudo, transcrevendo os principais conceitos que devem ser respeitados no âmbito da Conservação.

5.2.1. Carta de Atenas (1931)

A Carta de Atenas resulta de uma conferência sobre “o problema da conservação do património arquitectónico”, convocada pelo Conselho Internacional dos Museus. Desta conferência, na qual estiveram representados 20 países, resultou a Primeira Carta Internacional do Restauro, onde constavam os critérios principais do restauro moderno. Foram deixadas, como ponderações posteriores à conferência, sete recomendações, das quais aqui se destacam as que interferem diretamente com o caso de estudo desta dissertação.

Chegou-se à conclusão de que, nos países presentes no colóquio, havia uma tendência para a passividade face à degradação dos monumentos, recorrendo-se à reconstrução integral. Para evitar a reconstrução, foi aconselhada a manutenção regular, para garantir a conservação desses monumentos. Contudo, em situações em que seja fundamental restaurar, devido ao grau de destruição ou deterioração, recomendava-se “o respeito pela obra histórica ou artística do passado, sem eliminar estilos de nenhuma época” (Carta de Atenas, 1931, art.º I).

Para valorização dos monumentos, recomendou-se, no caso de novas construções, uma especial atenção à proximidade de monumentos antigos, devendo ter-se em conta a sua envolvente. Deverá ter-se em atenção as plantas e ornamentações vegetais adequadas aos monumentos, para que ajudem a preservar o seu carácter antigo. Alerta-se ainda para o facto

de que devem ser preservados certos conjuntos e perspectivas pitorescas (Carta de Atenas, 1931, art.º III)

Em relação aos materiais de restauro, foi aprovado o uso adequado de técnicas modernas, sobretudo do betão armado. Contudo, esses novos recursos não devem ser visíveis, sempre que possível, para que se mantenha o carácter do edifício original.

Outra das recomendações assinaladas, referente à **degradação de monumentos** (em específico esculturas monumentais), considera que retirar essas obras do local para onde foram originalmente criadas é reprovável na maioria dos casos. Sempre que já não existam no local de origem, devem ser criados moldes.

Na abordagem às **técnicas de conservação**, no caso de ruínas, é fundamental uma conservação rigorosa recorrendo, sempre que possível, à reposição dos elementos originais encontrados nas escavações (anastilose). Sempre que sejam necessários novos materiais, estes devem ser sempre reconhecíveis. Nos casos em que não seja possível a conservação de ruínas descobertas no decorrer de escavações, é recomendável que sejam novamente enterradas, depois de serem recolhidos e registados dados (Carta de Atenas, 1931, art.º VI).

5.2.2. Carta de Veneza (1964)

A Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, elaborada no II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos. Complementa a Carta de Atenas e estabelece alguns conceitos sobre a salvaguarda do património, como a Conservação e o Restauro.

A Carta refere que “os monumentos de um povo, portadores de uma mensagem do passado, são um testemunho vivo das suas tradições seculares”. Como tal, por consequência, a humanidade vinha “progressivamente [...] a considerar os monumentos antigos como uma herança comum, assumindo coletivamente a responsabilidade da sua salvaguarda para as gerações futuras e aspirando a transmiti-los com toda a sua riqueza e autenticidade” (Carta de Veneza, 1964).

A Carta de Veneza aprofundou as conclusões que resultaram da Carta de Atenas, com especial incidência nas definições dos conceitos em torno da preservação dos monumentos, as quais se passam a descrever:

Sobre **monumento histórico** é estabelecido que engloba as criações arquitetónicas singulares mas também os locais (urbanos ou rurais), onde se verifiquem os sinais de uma civilização, de uma fase importante de evolução ou de algum acontecimento histórico (Carta de Veneza, 1964, art.º 1).

Para a **conservação**, os monumentos devem merecer constantes operações de manutenção. Essas manutenções correntes são facilitadas sempre que é dado uso a esses monumentos para fins sociais. No entanto, qualquer uso que lhe seja atribuído, não deve modificar a sua integridade ou alterar a sua decoração (Carta de Veneza, 1964, art.º 2 a 5).

A conservação de monumentos requer igualmente a manutenção dos espaços circundantes, considerados **sítios históricos**, propositadamente e previamente concebidos para esse fim. Não devem ser liberadas novas construções, demolições ou alterações aos espaços e aos monumentos em questão que interfiram nas suas composições volumétricas e cromáticas.

Como já vimos, os monumentos são indissociáveis das histórias das quais são testemunhas. Como tal, a sua remoção, total ou parcial, jamais deve ser autorizada, a não ser que seja inegável para a sua conservação ou por questões de grande interesse nacional ou internacional. Da mesma forma, quaisquer componentes de escultura, pintura ou decoração só devem ser removidos se esse for o único meio para garantir a sua salvaguarda.

O **restauro** tem como objectivo preservar “os valores estéticos e históricos do monumento, devendo ser baseado no respeito pelos materiais originais e pela documentação autêntica” (Carta de Veneza, 1964, art.º 9). No caso de necessários trabalhos adicionais, estes devem ser claramente distintos do conjunto arquitetónico original e exibir marcas que evidenciem o tempo atual. Além disso, “os elementos destinados a substituírem as partes que faltam devem integrar-se harmoniosamente no conjunto [...]” (Carta de Veneza, 1964, art.º 12). Antes de se

iniciar uma operação de restauro, deverá ser sempre efetuado um estudo arqueológico e histórico do monumento, que acompanhará o procedimento.

Quando na execução de um restauro as tradicionais técnicas não se revelem apropriadas, pode recorrer-se a outras mais recentes técnicas de conservação, das quais existam garantias de eficácia obtidas cientificamente e devidamente testadas.

Uma vez que o que se pretende nas operações de restauro não é alcançar uma unidade de estilo, “as contribuições válidas de todas as épocas para a construção de um monumento devem ser respeitadas”. Na existência de obras sobrepostas de épocas distintas, a remoção de alguma delas poderá apenas ocorrer em situações extremas, quando o fragmento a retirar tenha reduzido interesse e o que se queira destacar tenha acentuado valor a nível arqueológico, histórico ou estético “e o seu estado de conservação seja suficientemente bom para justificar uma ação desse tipo” (Carta de Veneza, 1964, art.º 11).

Nos trabalhos de **escavação** deve ser garantida “a manutenção das ruínas e tomadas as medidas necessárias para garantir a conservação e a proteção dos elementos arquitetónicos e dos objectos descobertos” (Carta de Veneza, 1964, art.º 15).

No documento lê-se ainda, acerca de escavações, que em princípio, qualquer trabalho de reconstrução deve ser recusado. Apenas a *anastilose* poderá ser considerada.

Por fim, recomenda-se que os trabalhos de conservação, restauro e escavação “devem ser sempre acompanhados por um registo preciso, sob a forma de relatórios analíticos ou críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases de trabalho de reparação, consolidação, recomposição e reintegração, assim como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos devem ser incluídos” (Carta de Veneza, 1964, art.º 16).

5.2.3. Carta de Amsterdão (1975)

A Carta Europeia do Património Arquitectónico, elaborada pelo Conselho da Europa e proclamada no Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu, realizado em Amsterdão, tinha por objectivo “sensibilizar a opinião aos insubstituíveis valores culturais, sociais e económicos dos monumentos, conjuntos e sítios, no meio urbano e rural, herdados do passado” (Carta de Amsterdão, 1975).

Nos princípios perpetuados nesta carta, começa-se por realçar que “o património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído” (Carta de Amsterdão, 1975, art.º 1). Este princípio ressurgiu pela necessidade de, novamente, se alertar para o enquadramento dos monumentos, uma vez que a prática comum, durante muitos anos, era proteger e restaurar os monumentos mais célebres sem que fosse dada qualquer atenção à sua envolvente. Em suma, aponta-se para a ideia de que o monumento pode perder “uma grande parte do seu carácter se esse enquadramento for alterado”. Considera-se que os conjuntos do monumento e do enquadramento, mesmo sem edifícios extraordinários, podem facultar obras de arte distintas, pela forma como a sua articulação forma um todo harmonioso. E por isso, devem ser mantidos como um todo.

“O património arquitectónico é um capital espiritual, e cultural, económico e social de valor insubstituível” - é o princípio de que o passado causa nas várias gerações diferentes interpretações e inspirações. Qualquer destruição desse património representa uma perda inqualificável, tendo em conta que os valores adquiridos ao longo de séculos jamais poderiam ser readquiridos com uma nova criação. Além disso, sendo que é indiscutível a necessidade de adotarmos uma poupança de recursos, a reutilização desse património pode representar uma fonte de economias (Carta de Amsterdão, 1975, art.º 3).

No seguimento do anterior, “o património arquitectónico tem um valor educativo determinante”, pois oferece um importante leque de “explicações e de comparações do sentido das formas e uma fonte de exemplos das suas utilizações”. É por isso importante conservar os testemunhos das épocas anteriores e das suas experiências.

É deixada a certeza em forma de alerta de que este património está em perigo, “ameaçado pela ignorância, pela vetusdez, pela degradação sob todas as suas formas, pelo

abandono” (Carta de Amsterdão, 1975, art.º 6). As responsabilidades são atribuídas a um certo urbanismo, que é destruidor quando as autoridades são demasiadamente sensíveis a pressões económicas, à tecnologia contemporânea mal aplicada, que deteriora as estruturas antigas, aos restauros abusivos, que são nefastos e principalmente à especulação financeira e mobiliária.

De forma a combater estes riscos, apresenta-se uma possível solução: **a conservação integrada afasta as ameaças**. Este processo resulta da ação conjunta de técnicas de restauro e da procura das funções apropriadas. “A evolução histórica conduziu que os centros degradados das grandes cidades e ao mesmo tempo as aldeias abandonadas se tornassem reservas de alojamento barato. O seu restauro deve ser feito num espírito de justiça social e não deve ser acompanhado do êxodo de todos os habitantes de condição modesta” (Carta de Amsterdão, 1975, art.º. 7). A conservação integrada deve ser, portanto, incluída e ter um importante papel na planificação urbana e regional. Contudo, é observado que a conservação integrada não exclui a incorporação de arquitetura contemporânea nos conjuntos antigos, mas devem ser respeitados o contexto, as proporções, as formas e as escalas existentes e serem utilizados materiais tradicionais.

A Carta de Amsterdão refere também que **a conservação integrada requer o emprego de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos**.

“Meios jurídicos: devem ser usadas todas as leis e regulamentos existentes que possam ter contribuição na salvaguarda do património.

Meios administrativos: devem ser criadas estruturas administrativas adequadas e devidamente funcionais.

Meios financeiros: a manutenção e restauro de património arquitetónico devem beneficiar de todos os apoios e incentivos financeiros. É importante que os apoios financeiros facultados pelo poder público ao restauro de bairros antigos sejam pelo menos iguais aos que são atribuídos a novas construções.

Meios técnicos: dá-se conta de um insuficiente número de arquitetos, técnicos de todas as especialidades, empresas especializadas e artesãos qualificados. Sugere-se desenvolver a formação de mão de obra, propor à indústria da construção que se adapte a estas necessidades e promover o desenvolvimento de um artesanato ameaçado de extinção (Carta de Amsterdão, 1975, art.º. 8).”

5.2.4. Carta de Nova Zelândia (1992)

A carta da Nova Zelândia surgiu pela necessidade de tornar genérica uma consciencialização em torno de um conjunto de sítios com grande valor patrimonial cultural, naquele país. Trata-se de paisagens, edifícios, jardins, estruturas, sítios arqueológicos e tradicionais, lugares sagrados e monumentos, considerados tesouros, alguns deixados pelos seus povos indígenas e outros mais recentes.

Nos moldes da prévia Carta de Veneza (1966), esta carta estabelece os princípios e orientações para a conservação dos sítios com valor patrimonial na Nova Zelândia. É direcionada a proprietários, autoridades, operários, profissionais, chefes de comunidades e organizações que tenham alguma intreféncia na matéria da conservação.

A Carta foi adotada pelo Comité Nacional da Nova Zelândia do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios na sua Reunião Geral Anual, a 4 de outubro de 1992 (Carta de Nova Zelândia, 1992).

Para este trabalho de investigação foi decidido analisar e incluir a Carta da Nova Zelândia sobretudo pela riqueza dos conceitos, das orientações e dos processos de conservação que apresenta, tanto em número como em clareza. Os quais passo a citar:

- **Processos de Conservação**

“Graus de Intervenção - A conservação pode envolver, numa ordem crescente de extensão da intervenção: não intervenção, manutenção, estabilização, reparação, restauro, reconstrução ou adaptação. Sempre que for apropriado, podem ser aplicados processos de conservação a partes ou a componentes de uma estrutura ou de um sítio.

A recriação, significando a reconstrução conjectural de um sítio, e a réplica, significando a cópia de um sítio existente, estão fora do objectivo desta carta” (Carta de Nova Zelândia, art.º 13, 1992).

“Não intervenção - Nalgumas circunstâncias, a avaliação pode demonstrar que é indesejável fazer-se qualquer intervenção. Em especial, a constância não perturbada da associação espiritual pode ser mais importante do que os aspectos físicos de alguns sítios com valor patrimonial indígena” (Carta de Nova Zelândia, art.º 14, 1992).

“Manutenção - Um sítio com valor patrimonial cultural deve ser mantido regularmente e em

conformidade com um plano, excepto nas circunstâncias em que seja mais apropriado para os sítios que permaneçam sem qualquer intervenção” (Carta de Nova Zelândia, art.º 15, 1992).

“Estabilização - Os sítios com valor patrimonial cultural devem ser protegidos contra os processos de degradação, excepto quando essa degradação for apropriada para o seu valor. Apesar de a degradação não poder ser totalmente evitada, ela pode ser atrasada providenciando-se-lhes estabilização ou apoio” (Carta de Nova Zelândia, art.º 16, 1992).

“Reparação - A reparação do material ou de um sítio deve ser feita com materiais originais ou similares. Pode ser justificada a reparação com normas tecnicamente superiores, em vez da mão-de-obra ou de materiais originais, sempre que a expectativa de vida do sítio ou do material seja aumentada, que o novo material seja compatível com o antigo, e que o valor patrimonial cultural não fique diminuído. O material novo deve ser identificável” (Carta de Nova Zelândia, art.º 17, 1992).

“Restauro - O restauro deve ser fundamentado no respeito pelo material existente e pela interpretação lógica de toda a evidência disponível, para que o sítio seja consistente com as suas anteriores forma e significado. Só deve ser empreendido se o valor patrimonial cultural do sítio for recuperado ou revelado pelo processo. O processo de restauro envolve, tipicamente, a remontagem e a reinstalação, e pode envolver a remoção de acrescentos” (Carta de Nova Zelândia, art.º 18, 1992).

“Reconstrução - A reconstrução distingue-se do restauro pela introdução de materiais adicionais onde tiverem acontecido perdas. A reconstrução pode ser apropriada se ela for essencial para a função ou para a compreensão de um sítio, se existir suficiente evidência física e documental que minimize a conjectura, e se o património sobrevivente for preservado. Normalmente, a reconstrução não deve constituir a maior parte de um sítio. Devem ser evitadas as representações generalizadas de elementos ou de estruturas típicos” (Carta de Nova Zelândia, art.º 19, 1992).

“Adaptação - A conservação de um sítio com valor patrimonial cultural é, habitualmente, facilitada se ele estiver a servir um objectivo social, cultural ou economicamente útil. Nalguns casos, podem ser aceitáveis alterações e adições, sempre que elas forem essenciais para o uso continuado, ou sempre que elas forem culturalmente desejáveis, ou sempre que a conservação do sítio não possa ser conseguida por outra forma. No entanto, todas as alterações devem ser as mínimas necessárias e não devem prejudicar o valor patrimonial cultural do sítio. Todas as condições e alterações devem ser compatíveis com a fábrica original, mas devem ser

suficientemente distintas para que possam ser lidas como obra nova” (Carta de Nova Zelândia, art.º 20, 1992).

- **Definições**

“Adaptação - significa a modificação de um sítio para um uso compatível, envolvendo a menor perda possível do seu valor patrimonial cultural;

Conservação - significa os processos para se cuidar de um sítio tendo em vista salvaguardar-se o seu valor patrimonial cultural;

Valor Patrimonial Cultural - significa a detenção de especial significado histórico, arqueológico, arquitectónico, tecnológico, estético, científico, espiritual, social, tradicional ou outros, associado com a actividade humana;

Manutenção - significa os cuidados protectores de um sítio;

Material - significa a matéria física que é produto da actividade humana ou que foi modificada pela actividade humana;

Sítio - significa qualquer terreno, incluindo terrenos cobertos pela água, e o espaço aéreo que forma o contexto espacial desse terreno, incluindo quaisquer paisagens, sítios tradicionais ou lugares sagrados, e tudo o que estiver agarrado a esse terreno, incluindo sítios arqueológicos, jardins, edifícios ou estruturas, bem como qualquer curso de água, seja doce ou do mar, que faça parte do património histórico e cultural da Nova Zelândia;

Preservação - significa a manutenção de um sítio com a menor alteração possível;

Remontagem - (*anastylosis*) significa a montagem de partes existentes, mas desmembradas, de novo em conjunto;

Reconstrução - significa construir-se de novo a forma original, usando-se material velho e novo;

Reinstalação - significa colocarem-se os componentes do material antigo, de novo, na sua posição;

Reparação - significa pôr em bom estado o material degradado ou danificado;

Restauro - significa a reversão de um sítio, tão aproximadamente quanto possível, a um estado anterior, por remontagem, reinstalação e/ou remoção de adições estranhas;

Estabilização - significa a detenção do processo de degradação;

Estrutura - significa qualquer edifício, equipamento, diapositivo ou outra instalação feita pelas pessoas e que esteja agarrada ao terreno” (Carta de Nova Zelândia, art.º 22, 1992).

5.2.5. Documento de Nara (1994)

Resultou da Conferência de Nara sobre a Autenticidade em Relação à Convenção Mundial do Património, organizada pela Agência Para os Assuntos Culturais (Governo do Japão), em cooperação com a UNESCO, o ICCROM e o ICOMOS. Acrescenta à Carta de Veneza e vinca a importância da autenticidade na prática da conservação, por manter viva e iluminar a memória colectiva da humanidade.

O respeito pela diversidade cultural e patrimonial de todas as sociedades e culturas, na prática da conservação - é o maior princípio do Documento de Nara sobre a Autenticidade (ICOMOS, 1994).

Defende-se que o património cultural das várias sociedades, como distintas que são, jamais devem seguir os mesmos critérios em exames de valor patrimonial. A conservação deve rejeitar qualquer tentativa de globalização e homogenização, protegendo a identidade cultural contra nacionalismos abusivos e aniquilação das culturas das minorias.

Procurar a autenticidade de cada unidade patrimonial na prática da conservação “consiste na clarificação e na iluminação da memória coletiva da humanidade” (ICOMOS, 1994, art.º 4).

O argumento de que “a diversidade das culturas e do património no nosso mundo é uma origem insubstituível de riqueza espiritual e intelectual para toda a humanidade” explica, só por si, o porquê de se reivindicar, neste documento, a garantia da autenticidade a todo o património de forma individual. Exige-se, assim, o respeito pelas outras culturas e por todos os aspetos dos seus sistemas de crenças, uma vez que todas elas têm o seu tempo e o seu espaço (ICOMOS, 1994, art.º 5).

Um dos princípios fundamentais da Conservação – “O património cultural de cada um de nós é o património de todos nós” – impõe-se aqui quando referido no documento ser possível tornar universal um património sem afetar ou retirar as suas características particulares e originais. (ICOMOS, 1994, art.º 8). Esta ideia-chave é defendida para avaliações das propriedades culturais, para a Lista do Património Mundial e também para as Cartas e Convenções Internacionais desenvolvidas para a conservação do património cultural. Constatando que é conferida a responsabilidade pelo património cultural, tanto como a sua gestão, primeiramente à comunidade cultural que o criou e às quais o seu cuidado foi sequeentemente entregue, mas que

a adesão às cartas internacionais para a conservação do património, torna obrigatório que sejam considerados os seus princípios e responsabilidades é, portanto, obrigatório que seja atingido por cada comunidade o equilíbrio entre os seus próprios princípios e os de outras comunidades culturais, sem que isso afecte os seus valores culturais essenciais.

O Documento destaca as fontes de informação como fator-chave para a conservação e autenticidade. A conservação do património cultural, em todos os seus períodos e formas, está intimamente ligada aos valores dados ao património e a nossa capacidade para compreendermos esses valores depende, parcialmente “do grau a que podem ser reconhecidas as fontes de informação sobre esses valores, como sendo credíveis ou verdadeiras” (ICOMOS, 1994, art.º 9).

De entre os aspetos das fontes de informação, incluem-se “a forma e o desenho, os materiais e a subsistência, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o enquadramento, o espírito e o sentimento, bem como outros fatores internos e externos”. Estas fontes são o que permite a perceção “artística, histórica, social e científica do património cultural que está a ser examinado” (ICOMOS, 1994, art.º 13).

5.2.6. Carta de Burra (1999)

Elaborada pelo ICOMOS da Austrália, “indica linhas de orientação para a conservação e para a gestão dos sítios com significado cultural”, esclarecendo com objectividade vários conceitos e definições sobre preservação do património.

A Carta, que considera a Carta de Veneza, expõe normas práticas “para quem proporciona aconselhamento, toma decisões ou executa obras em sítios com significado cultural, incluindo os proprietários, gestores e as custódias”. Pode ser usada em “todos os sítios com significado cultural, incluindo os sítios naturais, indígenas e históricos com valor cultural” (ICOMOS, 1999, p. 3).

É defendido que esses sítios com importância cultural devem ser “conservados para as gerações atual e futuras” e sobre o porquê de conservar, a carta aponta explicações que não deixam margem para dúvidas:

“Os sítios com significado cultural enriquecem a vida das pessoas, proporcionando, muitas vezes, um profundo e inspirador sentido de ligação à comunidade e à paisagem, ao passado e às experiências vividas. São registos históricos que se tornam importantes como expressões tangíveis da identidade e da experiência da Austrália. Os sítios com significado cultural reflectem a diversidade das nossas comunidades, dizendo-nos quem somos e qual foi o passado que nos formou, assim como se formou a paisagem Australiana. Eles são insubstituíveis e preciosos” (ICOMOS, 1999).

Em suma, o propósito principal da Carta de Burra é “fazer tão pouco quando seja necessário para cuidar do sítio e torná-lo utilizável mas, por outro lado, alterar tão pouco quanto seja possível para que o seu significado cultural fique retido.”

Divide-se em **definições**, **princípios da conservação** e **processos de conservação**. Do conteúdo de cada uma destas partes, passo a descrever os elementos que considero relevantes para este trabalho:

- **Definições**

“Sítio - significa lugar, área, terreno, paisagem, edifício e outras obras, grupo de edifícios ou de outras obras, e pode incluir componentes, conteúdos, espaços e vistas.

Fábrica - significa todo o material físico do *sítio* incluindo os componentes, os acessórios, os conteúdos e os objectos.

Conservação - significa todos os processos de prestação de cuidados a um sítio por forma a

que ele retenha o seu *significado cultural*.

Manutenção - significa os cuidados contínuos para a protecção da *fábrica* e da *envolvente* de um sítio, e deve ser distinguida da reparação. A reparação envolve *restauro* ou *reconstrução*.

Preservação - significa manter-se a *fábrica* de um *sítio* no seu estado existente e retardar-se a sua deterioração.

Restauro - significa a reversão da *fábrica* existente de um *sítio* a um estado anterior conhecido, pela remoção de acrescentos ou pela remontagem de componentes existentes sem a introdução de material novo.

Reconstrução - significa a reversão de um *sítio* a um estado anterior conhecido e distingue-se do *restauro* pela introdução de material novo na *fábrica*.

Adaptação - significa a modificação de um *sítio* para cumprir com o *uso* existente ou com um uso proposto.

Uso - significa as funções de um *sítio*, assim como as actividades e práticas que podem acontecer nesse sítio.

Uso compatível - significa um *uso* que respeita o *significado cultural* de um *sítio*. Esse uso implica nenhum impacto, ou um impacto mínimo sobre o significado cultural.

Envolvente - significa a área em redor de um sítio, a qual pode incluir a protecção visual" (ICOMOS, 1999, artº 1).

- **Princípios da conservação**

“Conservação e gestão: Os *sítios* com *significado cultural* devem ser conservados. O objectivo da *conservação* é a retenção do *significado cultural* de um *sítio*. Os *sítios* com *significado cultural* devem ser salvaguardados e não devem ser postos em risco ou deixados ficar num estado vulnerável” (ICOMOS, 1999, artº 2).

“Abordagem cuidadosa: A *conservação* está baseada no respeito pela *fábrica* existente, pelo *uso*, pelas *associações* e pelos *significados*. Ela exige uma abordagem cuidadosa alterando-se tanto quanto necessário, mas tão pouco quanto possível” (ICOMOS, 1999, artº 3).

“Conhecimentos, competências e técnicas: A *conservação* deve fazer uso de todos os conhecimentos, competências e disciplinas que possam contribuir para o estudo e cuidado do *sítio*. As técnicas e os materiais tradicionais são preferíveis para a conservação da *fábrica* com significado. Nalgumas circunstâncias, podem ser apropriados técnicas e materiais modernos que ofereçam consideráveis benefícios para a conservação” (ICOMOS, 1999, artº 4).

“Envolvente: A *conservação* requer a retenção de uma *envolvente* visual apropriada e de outros relacionamentos que contribuam para o *significado cultural* do *sítio*. Não são apropriados a construção nova, a demolição, as intrusões e outras alterações que possam afectar negativamente a envolvente ou os relacionamentos” (ICOMOS, 1999, artº 8).

“Localização: A localização física de um *sítio* faz parte do seu *significado cultural*. Um edifício, uma obra ou qualquer outro componente de um *sítio*, devem permanecer na sua localização histórica. A realocação é, em geral, inaceitável a menos que seja a única prática que garanta a sua sobrevivência” (ICOMOS, 1999, art.º 9).

- **Processos de conservação**

“A *conservação* pode, conforme as circunstâncias, incluir os processos de : retenção ou reintrodução de um *uso*; retenção de *associações* e de *significados*; *manutenção*, *preservação*, *restauro*, *reconstrução*, *adaptação* e *interpretação*; e costuma incluir, habitualmente, uma combinação de mais do que um deles” (ICOMOS, 1999, artº 14).

“Alterações: Podem ser necessárias alterações para se reter o *significado cultural*, mas elas são indesejáveis onde reduzam esse significado cultural. A quantidade de alterações num *sítio* deve ser guiada pelo *significado cultural* desse *sítio* e pela sua apropriada interpretação” (ICOMOS, 1999, artº 15).

“Manutenção: A *manutenção* é fundamental para a *conservação* e deve ser executada sempre que a *fábrica* tiver significado cultural e que a sua *manutenção* seja necessária para a retenção desse *significado cultural*” (ICOMOS, 1999, artº 16).

“Preservação: A *preservação* é apropriada sempre que a *fábrica* existente, ou que a sua condição, constitua evidência do *significado cultural*, ou quando existir insuficiente evidência que permita serem empreendidos outros processos de *conservação*” (ICOMOS, 1999, artº 17).

“Restauro e reconstituição: O *restauro* e a *reconstrução* devem revelar aspectos culturalmente significativos do *sítio*. O *restauro* só é apropriado quando existir evidência suficiente de um anterior estado da *fábrica*. A *reconstrução* só é apropriada quando um *sítio* estiver incompleto em consequência de danos ou de alterações, e apenas quando existir evidência suficiente de um anterior estado da *fábrica*. Em casos raros, a *reconstrução* pode ser apropriada como parte de um *uso* ou de uma prática que retenha o *significado cultural* de um *sítio*. A *reconstrução* deve ser identificável por observação próxima ou através de *interpretação* adicional” (ICOMOS, 1999, artº 18, 19 e 20).

“Adaptação: A *adaptação* deve envolver alterações mínimas à *fábrica* significativa, executadas apenas depois de terem sido consideradas as alternativas. A *adaptação* só é aceitável quando tiver um impacto mínimo sobre o *significado cultural* do *sítio*” (ICOMOS, 1999, artº 21).

“Obras novas: A obra nova, como por exemplo as adições ao *sítio*, pode ser aceitável quando ela não distorça ou obscureça o *significado cultural* do *sítio*, ou desvirtue a sua *interpretação* e apreciação. A obra nova deve ser imediatamente identificável como tal” (ICOMOS, 1999, artº 22).

“Conservação do uso: A continuação, a modificação ou o restabelecimento de um *uso* significativo podem ser formas de *conservação* apropriadas e preferíveis” (ICOMOS, 1999, artº 23).

“Perturbações na fábrica: Devem ser minimizadas as perturbações na *fábrica* significativa por motivos de estudo, ou para se obterem evidências. Só deve ser feito um estudo de um *sítio*, que implique alguma perturbação da *fábrica*, incluindo-se as escavações arqueológicas, para se proporcionarem dados essenciais para a *conservação* desse *sítio*, ou para se obterem evidências importantes acerca do que foi perdido ou tornado inacessível” (ICOMOS, 1999, artº 28).

“Direcção, supervisão e implementação: Deve ser mantida uma competente direcção e supervisão em todas as fases, e todas as alterações devem ser implementadas por pessoas com conhecimentos e competências apropriados” (ICOMOS, 1999, artº 30).

“Registos: Os registos associados com a *conservação* de um *sítio* devem ser arrumados num arquivo permanente e tornados acessíveis ao público, submetidos a requisitos de segurança e privacidade, e onde isto for culturalmente apropriado. Os registos sobre a história de um *sítio* devem ser protegidos e tornados acessíveis ao público,

submetidos a requisitos de segurança e privacidade, e onde isto for culturalmente apropriado” (ICOMOS, 1999, artº 32).

“Fábrica removida: A *fábrica* significativa que tiver sido removida de um sítio, incluindo os conteúdos, acessórios e objectos, deve ser catalogada e protegida de acordo com o seu *significado cultural*. Sempre que possível e culturalmente apropriado, a fábrica significativa removida, incluindo os conteúdos, acessórios e objectos, deve ser guardada no sítio” (ICOMOS, 1999, art.º 33).

5.2.7. Carta de Cracóvia (2000)

Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, resultante da Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”, segue a linha da Carta de Veneza e reúne os mais importantes conceitos para a conservação e restauro presentes em diferentes cartas e documentos já existentes. Faz uma distinção entre as técnicas de intervenção e conservação que devem ser aplicadas aos diferentes tipos de património, uma vez que até aqui, esses métodos eram aplicados de uma forma geral a todo o património, fosse ou não o mais indicado para os casos em questão.

A Carta de Cracóvia expõe que “os instrumentos e os métodos utilizados para uma correta preservação do património devem adotar-se às situações concretas, que são evolutivas, sujeitas a um processo de contínua mudança”. Para isso, requer-se a elaboração dos respetivos projetos de conservação, que englobam várias decisões “que constituem o projeto de restauro de acordo com critérios técnicos e organizativos apropriados” (Carta de Cracóvia, 2000).

O objetivo desta carta é a conservação do património arquitetónico, urbano e paisagístico de acordo com os diferentes momentos históricos e os contextos sócio-culturais:

“A *conservação* pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação. Qualquer intervenção implica decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o património, entendido no seu conjunto, incluindo os elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro” (Carta de Cracóvia, 2000, artº. 1).

A manutenção e a reparação “constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património”. Para estas operações são necessários vários procedimentos como “investigações prévias, testes, inspeções, controlos, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização” (Carta de Cracóvia, 2000, artº. 2).

É desaconselhada a reconstrução de partes consideráveis de um edifício, “baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu ‘verdadeiro estilo’”. Excepcionalmente, podem ser aceites reconstruções de pequenas partes com significado arquitetónico, desde que esse processo seja devidamente fundamentado em “documentação precisa e irrefutável” (Carta de Cracóvia, 2000, artº. 4).

Reconstruir totalmente edifícios que tenham sido destruídos no decorrer de conflitos armados ou catástrofes naturais, só é admitido na existência de “motivos sociais ou culturais excecionais, que estejam relacionados com a própria identidade da comunidade cultural”.

Toda a intervenção que afete o património arqueológico, pela sua fragilidade, deve considerar minuciosamente a sua envolvente, como o território e a paisagem. Acrescenta ainda,

neste campo, que “tal como em qualquer intervenção patrimonial, os trabalhos de conservação de achados arqueológicos devem basear-se no princípio da intervenção mínima” (Carta de Cracóvia, 2000, artº. 5).

Uma vez que “as paisagens reconhecidas como património cultural são o resultado e o reflexo da intervenção prolongada nas diferentes sociedades entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico”, estas devem ser respeitadas e mantidas de forma harmoniosa.

Os monumentos com valor histórico, que se localizam em meio rural ou urbano, devem manter a sua autenticidade, no que toca também aos espaços interiores, mobiliários e decoração, em conformidade com o original.

Acerca das técnicas de investigação, estas “devem estar intimamente ligadas à investigação pluridisciplinar sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado”. A intervenção a executar deve “respeitar a função original e assegurar a compatibilidade com os materiais, as estruturas e os valores arquitetónicos existentes” (Carta de Cracóvia, 2000, artº. 10). Novos materiais ou tecnologias que se pretendam aplicar devem ser alvo de rigorosas experimentações e comparações antes da definitiva aplicação.

Como “componentes importantes do património cultural”, os materiais e técnicas de construção e a respetiva manutenção adequada, “no contexto da sociedade contemporânea”, devem ser dados a conhecer.

As intervenções de conservação são processos bastante complexos, por laborarem com aspetos históricos, técnicos, culturais e económicos. Por isso, é fundamental que sejam designados para esses trabalhos “responsáveis bem formados e competentes”. Tal obriga à existência de uma formação interdisciplinar dos especialistas em conservação, incluindo o estudo da história da arquitetura, da teoria e das técnicas da conservação. Essa formação “deve assegurar uma qualificação, necessária à resolução de problemas de investigação, bem como para resolver corretamente as intervenções de conservação e restauro de uma forma profissional e responsável” (Carta de Cracóvia, 2000, art.º 13).

Abaixo seguem-se os conceitos e terminologias usados pelo Comité de Redação da Carta de Cracóvia 2000:

“Património: é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a selecção de valores.

Monumento: é uma entidade identificada como portadora de valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspectos relevantes relacionados com actos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e, todavia, acessíveis a todos.

Autenticidade: é o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação actual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo.

Identidade: entende-se como a referência colectiva englobando, quer os valores actuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.

Conservação: é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.

Restauro: é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade.

Projecto de restauro: o projecto, resultante das opções de conservação, é o processo específico através do qual a conservação do património construído e da paisagem são realizados com sucesso” (Carta de Cracóvia, 2000).

5.2.8. Documento de Madrid (2011)

Critérios para a Conservação do Património Arquitectónico do Século XX, da Conferência Internacional “Critérios de Intervenção para o Património do século XX – CAH 20thC”, visa alertar para o facto de que conservar o património do século XX tem a mesma importância que conservar o património significativo de épocas anteriores. Alerta ainda para a evidência de que “o património arquitectónico deste século está em risco devido a falta de apreciação e manutenção. Uma parte é já irrecuperável, e outra, ainda maior, está em perigo” (ICOMOS, 2011, p. 1).

Para se chegar ao significado cultural do património arquitectónico do século XX é aconselhado que se recorra a “critérios patrimoniais aceites”. Esse significado pode encontrar-se, segundo esta carta, “nos seus atributos tangíveis, incluindo a sua localização física, desenho (por exemplo, esquemas cromáticos), sistemas construtivos e equipamento técnico, materiais, qualidade estética e uso, bem como nos seus valores intangíveis, nomeadamente valores históricos, sociais, associações científicas ou espirituais, ou o génio criativo do seu autor” (ICOMOS, 2011, p. 2).

Para a plena compreensão deste património é necessário, segundo o Documento de Madrid, proceder-se à identificação e avaliação de todos os componentes de um sítio, desde “interiores, acessórios e obras de arte associadas”. O mesmo é aconselhado para compreender o contexto como contributo para o significado de um património. Devem ser analisadas a sua implantação e as paisagens associadas.

Em Madrid defendeu-se, como importante medida de prevenção, a persecução, de forma proactiva, de inventários do património arquitectónico do século XX, através também de inquéritos, investigação rigorosa e estudos, “com medidas preventivas de conservação estabelecidas pelas autoridades responsáveis nas áreas de planeamento e património”.

Destaca-se o apelo para “manter a integridade através do entendimento do significado antes de qualquer intervenção”. Isto é, importa que se proceda a uma “investigação, documentação e análise da materialidade histórica de um bem para guiar qualquer mudança ou intervenção”. Não devem ser executadas quaisquer intervenções descuidadas e sem noção, que afetem a integridade do património referido. É por isso necessária essa investigação que englobe todos os componentes, valores e atributos de uma certa unidade patrimonial, para que a manutenção e conservação sigam a sua real autenticidade e integridade.

Cada plano de conservação, para além das análises já mencionadas deve, antes de qualquer intervenção, estabelecer limites claros e aceitáveis de mudança, atendendo os “elementos significativos do bem, as áreas suscetíveis de intervenção, o uso ótimo e as medidas de conservação que devem adotar-se”. O plano deve igualmente “atender aos princípios arquitectónicos e às tecnologias construtivas específicas utilizadas no século XX” (ICOMOS, 2011, art.º 2).

Tendo em conta a fundamentalidade de se considerarem todos os atributos e valores do

bem patrimonial, importa que sejam envolvidos no projeto especialistas das várias disciplinas.

Observando que “a manutenção contínua e adequada e a realização de inspeções periódicas são, conseqüentemente, as melhores medidas de conservação do património arquitetónico”, salienta-se a importância de se proceder ao planeamento da manutenção, mais especificamente um plano para a manutenção preventiva do património.

A ação de conservação deve, também, à sombra das ilações evidenciadas neste documento, “identificar as partes responsáveis pelas ações de conservação do património arquitetónico do século XX.” Em causa poderão estar, entre outros, “proprietários, autoridades de gestão do património, comunidades, governos locais e ocupantes.”

Qualquer intervenção levada a cabo neste património deverá ficar pormenorizadamente registada, com destino aos arquivos públicos, através, por exemplo, de “fotografias, desenhos à escala, testemunhas orais, digitalização laser, modelos tridimensionais e amostras”. Esses registos devem contemplar o estado antes da intervenção, o durante e após. O objetivo é contribuir para “a apresentação e interpretação do bem, aumentado desta forma a compreensão e apreciação por parte de usuários e visitantes” (ICOMOS, 2011, p. 4).

Os materiais e as técnicas construtivas do século XX, devido a possíveis particularidades, obrigam a que, neste contexto de conservação, se deva proceder a uma aprofundada investigação para que se possam alcançar métodos específicos de conservação, adequados aos materiais e técnicas construtivas daquele século. É apontado o motivo de que “os materiais e técnicas construtivas do século XX diferem frequentemente dos materiais tradicionais e métodos do passado”. Tais particularidades resumem-se, por exemplo, ao uso de “materiais e métodos construtivos novos ou experimentais ou, simplesmente, da carência de experiência profissional específica na sua conservação” (ICOMOS, 2011, p. 4).

No que toca a mudanças e alterações neste património, a máxima é “fazer apenas tanto quanto seja necessário e tão pouco quanto seja possível” (ICOMOS, 2011, art.º 5). As intervenções devem ser minimizadas, com atenção e cuidado para com os materiais originais. O emprego de materiais invasivos deve ser o estritamente necessário. Aperfeiçoamentos no que respeita às funcionalidades são tolerados, desde que o significado cultural não seja condicionado. Mesmo quando se adotar uma mudança do uso de determinado bem patrimonial, essa reutilização deve manter o seu significado cultural.

A sustentabilidade ambiental é também abordada. Defende-se “um equilíbrio adequado entre a sustentabilidade ambiental e a conservação do significado cultural”. Foi referido, em 2011, o ano deste documento, algo que se veio a confirmar: “as pressões para melhorar a eficiência energética do património arquitetónico ver-se-ão incrementadas com o tempo”. Por estes motivos, é aconselhado que “as intervenções num bem patrimonial devem executar-se com métodos sustentáveis e adequar-se ao processo do seu desenvolvimento e gestão” (ICOMOS, 2011, art.º 8).

0.6. Considerações Finais e Recomendações

As baterias da Trafaria estão longe de ser o único sinal de batalha e derrotas por estas terras. Avaliando a história da Trafaria, não faltam exemplos de lutas travadas nesta terra. Batalhas contra o tempo, contra as gentes e as suas vontades, contra as mudanças e tudo mais.

Surgiram sucessivas construções que pareciam levar esperança à Trafaria mas que acabaram todas desativadas, abandonadas e esquecidas. O lazareto, as fábricas de peixe, a fábrica da Dynamite, até as construções balneares e por fim, as baterias militares de defesa de costa. Estas estruturas militares pareciam ser o aliado da Trafaria no sentido de lhe dar vida e utilidade a longo prazo, uma vez que lhe eram reconhecidas condições ideais para aquela atividade militar, principalmente pela posição geográfica. Mas a verdade é que também as baterias mergulharam no esquecimento, motivado pela sua desativação.

O argumento para justificar o fim de atividade das baterias foi que estas careciam de modernizações que obrigavam a investimentos incapazes de serem suportados pelo exército. Essa decisão obrigou as baterias da Trafaria a mais de vinte anos (que continuam a contar) de abandono, esquecimento, e degradação contínua.

Importa referir que consta, desde 1997, no Plano Director Municipal de Almada e nas posteriores atualizações, a seguinte informação, no artigo 52: “Em relação às instalações militares existentes nesta unidade operativa que estão desactivadas deve ser encarado o seu aproveitamento para fins recreativos, culturais ou turísticos.” A verdade é que este artigo nunca passou do papel. Mesmo na mais recente atualização, de 2019, o Artigo 52 permanece. São já, pelo menos, 22 anos sem qualquer aplicação. Mesmo que não seja da competência direta da Câmara de Almada, algo mais poderia ser feito.

Numa pesquisa exaustiva à base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), nada consta acerca das baterias da Trafaria, o que significa que não estão inventariadas nesta lista de património arquitetónico, urbanístico e paisagístico, que tem como objetivo “constituir-se como ferramenta de informação de suporte às políticas, às estratégias e às ações de intervenção no ambiente construído, de qualificação e reabilitação urbanas e de salvaguarda e valorização do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico.” É difícil, senão impossível, encontrar uma razão para que estas baterias não estejam inventariadas como monumentos nesta lista. E já antecedendo um possível debate sobre se são ou não *monumentos*, adianta-se a seguinte definição de *monumento histórico*, presente na Carta de Veneza:

“O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do processo, ou algum acontecimento histórico” (Carta de Veneza, 1964, artº 1).

Não bastasse, neste inventário constam a 7ª Bateria de Outão e também a 8ª Bateria de Albarquel.

É indubitável que um dos principais fatores que levou ao abandono destas baterias militares e permanente desvalorização, foi uma certa ideia de que apenas merecem ser conservados ou restaurados os monumentos do passado longínquo. Logo as primeiras palavras descritas no Documento de Madrid condenam inegavelmente esta lógica: “a obrigação de conservar o património do século XX tem a mesma importância que o nosso dever de conservar o património significativo de épocas anteriores”. Mais adiante, no mesmo documento, abordam-se as consequências resultantes desta lógica delincente: “mais que nunca, o património arquitetónico deste século está em risco devido à falta de apreciação e manutenção. Uma parte é já irrecuperável e outra, ainda maior, está em perigo”.

É preocupante o facto de que, das oito baterias do Regimento de Artilharia de Costa (RAC), nenhuma foi restaurada de forma a testemunhar a história destas estruturas de defesa de costa enquanto espaço museológico, aberto ao público e proporcionando à comunidade a experiência e o conhecimento de uma vertente (o RAC) pouco conhecida das forças armadas e do próprio tipo de arquitetura militar. Conhecimento é o objetivo principal. A degradação e desvalorização das baterias da Raposeira e de Alpena são motivadas, em parte, por um quase total desconhecimento por parte da comunidade acerca do que eram aquelas estruturas, a sua função, a história, a evolução, a sua arquitetura e o seu valor. Jokilehto ajuda a explicar:

“O facto de que um edifício pareça não receber tanta atenção como outros, não significa necessariamente que é menos valioso, é apenas uma indicação de que é necessário aprender mais sobre ele” (Jokilehto, 2010).

O estado de conservação das Baterias da Trafaria resume-se, como já foi salientado, a estruturas deterioradas e marginalizadas ao ponto de muitos dos seus espaços se confundirem com depósitos de lixo, em alguns casos largas dezenas de sacos de lixo amontoados. Também a vegetação cerrada, cada vez maior e mais abundante, torna já completamente inacessíveis algumas partes das baterias.

De forma a perceber se existia algum plano relativamente às baterias da Raposeira e de Alpena, contactou-se o exército. Foi esclarecido que a bateria de Alpena foi disponibilizada para alienação em 1997, tendo sido alienada à ESTAMO (Imobiliária de Capitais Públicos) em 2006. As baterias da Raposeira foram igualmente colocadas para alienação em 2008. É bastante discutível que este tenha sido o melhor procedimento, pois os resultados estão à vista: uma foi alienada apenas em 2006 e as restantes continuam na montra. Esta iniciativa fracassou, pois qualquer uma destas baterias continua a deteriorar-se.

Facilmente se questiona o porquê do processo de desativação das baterias não ter sido acompanhado de um plano de manutenção. Tendo em conta que a desativação foi justificada

com a falta de capacidade financeira necessária para modernizá-las, é legítimo questionar se era ou não possível desenvolver-se um projeto de manutenção.

Numa reportagem da SIC, de 2014, com o nome *Abandonados: Regimento de Artilharia de Costa*, após visita à bateria da Raposa, o jornalista Pedro Mourinho questiona o Tenente Coronel Vítor Pereira sobre se não teria sido possível fazer com as baterias que estão abandonadas o mesmo que foi feito com a bateria da Raposa. A resposta que obteve foi que o RAC tinha 53 prédios militares, por isso era difícil controlar o vandalismo, a não ser com permanência física, como no caso da bateria da Raposa. De seguida, em resposta à afirmação do jornalista, de que existiam baterias entregues ao seu próprio destino, o responsável do exército diz que “estão a aguardar o seu próximo destino. Estão a aguardar que superiormente seja decidido o que se irá fazer com elas”. No entanto, essa espera por uma decisão superior vai já em cerca de 20 anos.

Existe uma vasta quantidade de valores associados às baterias da Trafaria que estão a ser desperdiçados. É necessário preservar a memória da Artilharia de Costa, bem como este género de arquitetura militar, que respresenta uma parte da história de Portugal.

As baterias da Raposeira e de Alpena estão localizadas “nas melhores áreas a nível turístico do concelho, envoltas em património natural, como as arribas fósseis da Caparica, espécies indígenas de flora e reserva paisagística” (R. . P. de Sousa, 1981).

Considerando todas as questões que foram analisadas e sobre as quais se refletiu nesta dissertação relativamente às baterias de Defesa de Costa localizadas na Trafaria, não resta qualquer dúvida de que deveriam ser urgentemente alvo de restauro. De entre todos os métodos de intervenção possíveis de se aplicar ao património edificado, e os quais estão descritos nesta tese, defendo, para este caso específico, o restauro respeitando a autenticidade destes edifícios. E defende-se este método principalmente porque estão em causa construções únicas e talvez a última construção que testemunha a história de uma importante fração não só das forças armadas, mas também da história do nosso país.

É urgente, antes de mais, incluir as baterias no inventário do património arquitetónico português. Para isso, como primeiro passo, desenvolveram-se as fichas de proposta a integrar no SIPA (como se poderão ver de seguida), uma vez que a inventariação é a primeira medida de salvaguarda deste património.

Depois do restauro, a sugestão seria abri-las à comunidade, para que fosse possível visitá-las, conhecê-las e perceber, por exemplo, como funcionariam em caso de ataque. Seguir-se-ia a aplicação de um plano de manutenção, para que não voltassem a chegar ao estado em que estão neste momento.

É no mínimo grotesco permitir que as baterias da Trafaria venham a suscitar interesse e curiosidade apenas daqui a um ou dois séculos, recorrendo depois a impervisíveis trabalhos de arqueologia, para tentar reconstituir a sua história.

Ainda é possível salvar este património, mas é preciso fazê-lo já, pois é também previsível que venha a suscitar interesse turístico e de reabilitação para um pequeno grupo de

peçoas, através da sua alteração para hotel/alojamento, como tem sido prática corrente (REVIVE e outros).

Este património, que teve também influência na história da Trafaria e até da história de Portugal, merece ser conhecido e visitado por todos - pelos habitantes da Trafaria mas também por qualquer visitante que queira conhecer estas estruturas militares.

07

PROPOSTA DE INVENTÁRIO

7.1 Bateria da Raposeira

Portugal, Setúbal, Almada, União das Freguesias de Caparica e Trafaria

Descrição

Bateria militar de planta em L, composta por dois volumes que formam um núcleo/recinto fechado. O lado exterior deste núcleo formado por estes dois volumes está camuflado no terreno, aproveitando a própria topografia, de modo a ficar dissimulada, com o objetivo de não ser vista pelo inimigo. Da mesma forma, a cobertura é plana, à altura da cota mais alta do terreno, no mesmo sentido de dissimulação. Construída estrategicamente para funcionar em conjunto com outras baterias integradas no sistema de defesa de costa. A fachada é de composição simétrica, com parede em alvenaria mista rebocada e com a moldura dos vãos em cantaria. O 1º volume divide-se em três patamares diferentes: no patamar de entrada/saída da bateria localizavam-se a casa de guarda, os paióis de cartuchos, a central elétrica e o armazenamento de granadas. O segundo patamar (com cota intermédia), cujos acessos se efetuavam através de escadas situadas nos dois extremos da bateria, era composto por galerias onde permaneciam os militares durante o seu turno. Neste patamar existia ainda um outro patamar intermédio, exterior, que possibilitava observar no horizonte a aproximação de inimigos. No terceiro patamar (nível de cobertura) localizavam-se (e ainda se localizam) as peças de artilharia - duas viradas a poente e uma para norte. Em toda a bateria, nos patamares e nas escadas, existiam gradeamentos em ferro. O 2º volume contém apenas um piso composto por arrecadações e instalações sanitárias. INTERIOR: não existe corredor de distribuição. Acede-se através dos diversos vãos exteriores que levam, cada um, a uma diferente divisória. Todas as salas têm tetos planos e rebocados, à exceção das salas dos paióis de projéteis (em 1948 passaram a ser oficinas), que contêm a cobertura em abóbada.

Acessos

Estrada Militar, Trafaria

Proteção

Inexistente

Enquadramento

Localiza-se na encosta da Raposeira, o ponto mais alto e isolado na zona da Trafaria. A bateria encontra-se estrategicamente posicionada, de modo a agir defensivamente do lado norte e do lado poente. É acessível unicamente através da estrada militar da Trafaria. A topografia circundante à bateria é bastante acentuada e, de forma a garantir a inacessibilidade em toda a sua



volta (a não ser pela entrada apropriada), foi construído um fosso com a intenção de ser intransponível.

Utilização Inicial

Militar: bateria

Utilização Atual

Devoluto

Propriedade

Publica estatal

Afetação

Sem afetação

Época Construção

Finais do século XIX, início do século XX

Arquiteto / Construtor / Autor

Capitão de Engenharia Hermano José d'Oliveira Júnior e pelo Tenente de Engenharia António dos Santos Viegas

Cronologia

1890/93- Começou a projetar-se o maior complexo militar na Trafaria, pertencente ao Campo Entrincheirado de Lisboa.

1893- Iniciou-se a construção da bateria da Raposeira, estando finalizada em 1902.

1914-1918 e 1939-1945 - Durante as duas Guerras Mundiais foram realizados melhoramentos e recebeu peças de artilharia anti-aérea.

Na década de 90 do século XX esta bateria é desativada.

1998 - Desactivação do Regimento de Artilharia de Costa

Atualmente encontra-se em elevado estado de degradação.

Materiais

Alvenaria mista rebocada, betão armado, ferro fundido.

Bibliografia

Soares, M. (1986). *Trafaria e sua toponímia* (Câmara Municipal de Almada).

Sousa, R. P. (1981). *Fortalezas de Almada e seu termo*. (A. H. de Almada, Ed.).

Leal, C. B. (2014). *Outrafaria*. (Centro de Arqueologia de Almada).

Documentação Gráfica

PT-GEAEM/DIE-4959/3-3-45-59;PT-GEAEM/DIE-4959/6-3-45-59;PTGEAEM/DIE-4959/7-3-45-59;PT-GEAEM/DIE-11333-3-45-59;PTGEAEM/DIE-11334-3-45-59.

Intervenção Realizada

Sem intervenção

Autor e Data

Mafalda Demétrio Raposo 2019

7.2. Bateria da Raposeira II

Portugal, Setúbal, Almada, União das Freguesias de Caparica e Trafaria

Descrição

Bateria militar de planta em U, composta por dois volumes que formam um núcleo/recinto fechado. Todas as fachadas deste núcleo estão camufladas no terreno, aproveitando a própria topografia, de modo a que a bateria ficasse dissimulada, com o objetivo de não ser vista pelo inimigo. Uma das fachadas está virada para este (E), uma virada para norte (N) e outra para sul (S), enquanto que o lado de ataque está virado a oeste (O). Da mesma forma, a cobertura é plana, à altura da cota mais alta do terreno, no mesmo sentido de dissimulação. Construída estrategicamente para funcionar em conjunto com outras baterias integradas no sistema de defesa de costa. A fachada é de composição simétrica, com parede em alvenaria mista rebocada e com a moldura dos vãos em cantaria. O 1º volume cinge-se unicamente à casa de guarda. O 2º volume contém todo o programa da bateria e divide-se em três diferentes patamares: no patamar de entrada/saída da bateria localizavam-se as chamadas “casas de palamenta”, os paióis de munições, as casernas, a secretaria, a telegrafia e a arrecadação. O segundo patamar (com cota intermédia), cujos acessos se efetuavam através duas escadas exteriores, na zona central da bateria, e por uma escada interior, era composto por galerias onde permaneciam os militares durante o seu turno. Neste patamar existia ainda um outro patamar intermédio, exterior, que possibilitava observar no horizonte a aproximação de inimigos. No terceiro patamar, ao nível da cobertura e do chão da cota mais alta do terreno, achava-se a sala de observação, cujo acesso se realizava pela mesma escada interior que passava pelo segundo patamar e terminava nesta mesma sala. Em toda a bateria, nos patamares e nas escadas, existiam gradeamentos em ferro. INTERIOR: não existe corredor de distribuição. Acede-se através dos diversos vãos exteriores que levam, cada um, a uma diferente divisória. Todas as salas têm tetos planos e rebocados, à exceção dos paióis de munições, que contêm a cobertura em abóbada.

Acessos

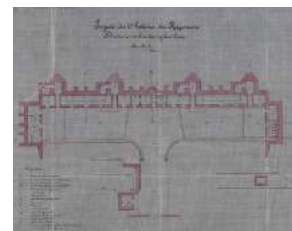
Estrada Militar, Trafaria

Proteção

Inexistente

Enquadramento

Localiza-se a 200 metros da Bateria da Raposeira I, ambas localizadas no ponto mais alto e isolado na zona da Trafaria. A bateria encontra-se



estrategicamente posicionada, de modo a agir defensivamente do lado poente. É acessível unicamente através da estrada militar da Trafaria. A topografia circundante à bateria é bastante acentuada, de forma a garantir a inacessibilidade em toda a sua volta, a não ser pela entrada apropriada.

Utilização Inicial

Militar: bateria

Utilização Atual

Devoluto – encontra-se para alienação.

Propriedade

Publica estatal

Afetação

Sem afetação

Época Construção

Início do século XX

Arquiteto / Construtor / Autor

Construção dirigida pelo Tenente de Engenharia Adolfo César Pina

Cronologia

1890/93- Começou a projetar-se o maior complexo militar na Trafaria, pertencente ao Campo Entrincheirado de Lisboa.

1902- Iniciou-se a construção da Bateria da Raposeira II, estando finalizada em 1909.

1914-1918 e 1939-1945 - Durante as duas Guerras Mundiais foram realizados melhoramentos e recebeu peças de artilharia anti-aérea.

1962- A bateria era apenas utilizada para guardar material e munições

Na década de 90 do século vinte esta bateria é desativada.

1998 - desativação do Regimento de Artilharia de Costa

Atualmente encontra-se em elevado estado de degradação.

Materiais

Alvenaria mista rebocada, betão armado, ferro fundido.

Bibliografia

Soares, M. (1986). *Trafaria e sua toponímia* (Câmara Municipal de Almada).

Sousa, R. P. (1981). *Fortalezas de Almada e seu termo*. (A. H. de Almada, Ed.).

Leal, C. B. (2014). *Outrafaria. (Centro de Arqueologia de Almada)*.

Documentação Gráfica

PT-GEAEM/DIE-4957/4-3-45-59; PT-GEAEM/DIE-7280/3-5-75-75; PT-GEAEM/DIE-7280/5-5-75-75; PT-GEAEM/DIE-7280/6-5-75-75

Intervenção Realizada

Sem intervenção

Autor e Data

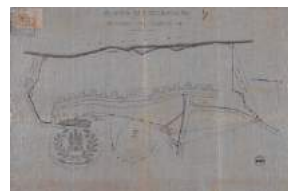
Mafalda Demétrio Raposo 2019

7.3. Bateria de Alpena

Portugal, Setúbal, Almada, União das Freguesias de Caparica e Trafaria

Descrição

Bateria militar de planta linear, cuja primeira parte foi construída em 1893. No que respeita às fachadas, todas estão viradas para um longo fosso a este (E), que impede o acesso a esta estrutura a partir daquele flanco. São de composição simétrica (as fachadas), com parede em alvenaria mista rebocada e com a moldura dos vãos em cantaria. As fachadas estão ainda camufladas no terreno, aproveitando a própria topografia (as arribas fósseis da Caparica), de modo a que a bateria fique dissimulada, com o objetivo de não ser vista pelo inimigo. Da mesma forma, a cobertura é plana, à altura da cota mais alta do terreno, no mesmo sentido de dissimulação. A fração construída em 1893 é composta por dois volumes: O 1º volume cinge-se unicamente à casa de guarda. O 2º volume contém todo o programa da bateria e divide-se em dois diferentes patamares: no patamar de entrada/saída da bateria localizavam-se os vários depósitos (de cartuchame e projéteis), a secretaria, a telegrafia, oficinas, “casas das luzes”, pequenos armazéns e uma cisterna. O segundo patamar era composto apenas por uma zona exterior onde permaneciam em vigia os militares, durante o seu turno. Os acessos a este patamar efetuavam-se através de três escadas exteriores – duas na zona central da bateria e uma no canto oposto às cisternas. INTERIOR: o “antepaiol” prolonga-se por toda a extensão da bateria e permite o acesso a todas as divisórias, à exceção das casas das luzes, que eram acessíveis diretamente pelo exterior. Todas estas salas têm a cobertura interior em abóbada. O acrescento realizado em 1909 faz o prolongamento da anterior. Mantém a planta linear, mas a disposição é distinta. Além do volume principal, existem outros dois volumes: 1º volume - de fachada simétrica, com parede em alvenaria mista rebocada e com a moldura dos vãos em cantaria. Constituído por dois patamares. O 1º patamar era constituído por paióis (de cartuchos e projéteis), galerias para as palamentas, armazéns e casa das máquinas. O 2º patamar era composto por uma plataforma exterior, uma “casa de pilhas e chave de fogo” e um abrigo para serventes. O acesso efetuava-se por duas escadas exteriores na zona central. O 2º volume representava o “pavilhão para oficiais e serviços gerais” e era constituído por uma arrecadação para a palamenta, sala do telégrafo, secretaria, sala do comandante e sala dos sargentos. Este volume tinha um só piso e, ao contrário das restantes estruturas, tinha cobertura inclinada. O 3º volume, de um só piso, albergava as latrinas. INTERIOR: A distribuição interior do 1º volume é feita através dos diversos vãos exteriores (cada vão dá acesso a uma divisória). Todas estas salas têm cobertura em abóbada. O 2º volume dispõe-se através de um corredor central que faz a distribuição



para as diferentes divisórias.

Acessos

Estrada Militar, Trafaria

Protecção

Inexistente

Enquadramento

Localiza-se na zona onde quase um século antes havia sido construído o reduto da raposeira pequena, no ponto mais alto e isolado desta zona. No seguimento da construção desta bateria, foi também reaproveitado o antigo reduto da raposeira grande, de forma a servir como instalação de apoio. A bateria encontra-se estrategicamente posicionada de modo a fazer defesa do lado poente. Está relativamente próxima às baterias da Raposeira.

Utilização Inicial

Militar: bateria

Utilização Atual

Devoluto

Propriedade

ESTAMO

Afetação

Sem afetação

Época Construção

Finais do século XIX, início do século XX

Arquiteto / Construtor / Autor

Projeção da primeira bateria: Capitão de Engenharia Hermano José d' Oliveira Júnior;

Projeção da segunda bateria: Capitão de Engenharia Carlos de Sá Carneiro;

Cronologia

1890/93- Começou a projetar-se o maior complexo militar na Trafaria, pertencente ao Campo Entrincheirado de Lisboa.

1901- A construção da 1ª Bateria de Alpena ficou finalizada.

1909-1911 – Construção da 2ª Bateria de Alpena, passando a considerar-se uma só bateria.

Na década de 90 do século vinte esta bateria é desativada.
1998 - desativação do Regimento de Artilharia de Costa.
Atualmente pertence à ESTAMO e encontra-se em elevado estado de degradação.

Materiais

Alvenaria mista rebocada, betão armado, ferro fundido.

Bibliografia

Soares, M. (1986). *Trafaria e sua toponímia* (Câmara Municipal de Almada).
Sousa, R. P. (1981). *Fortalezas de Almada e seu termo*. (A. H. de Almada, Ed.).
Leal, C. B. (2014). *Outrafaria*. (Centro de Arqueologia de Almada).

Documentação Gráfica

PT-GEAEM/DIE-4958/2-3-45-59;PT-GEAEM/DIE-4958/4-3-45-59;PT-GEAEM/DIE-4958/5-3-45-59;PT-GEAEM/DIE-4958/6-3-45-59;PT-GEAEM/DIE-4961/1-3-45-59;PT-GEAEM/DIE-4961/2-3-45-59;

Intervenção Realizada

Sem intervenção

Autor e Data

Mafalda Demétrio Raposo 2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- Aguiar, J. (2002). *Cor e cidade Histórica Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP-Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Alarcão, P. (2018). *Construir na Ruína Entre a reconstituição e a reabilitação*. Porto: Edições Afontamento.
- Bandeira, M. de S. da. (1866). *Memória sobre as Fortificações de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Barroso, J. E., Jesus, J. M. de, & Gonçalves, R. N. (1982). *Trafaria Comunidade e o Recreio*. Almada.
- Brandão, R. (1923). *Os pescadores*. Porto Editora.
- Brandi, C. (2006). *Teoria do Restauro*. Edições Orion.
- Choay, F. (2010). *Alegoria do Património*. Edições 70.
- Correia, A. (1978). *Breves notícias das antigas fortalezas de almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Feilden, B. M. (2003). *Conservation of Historic Buildings*. Routledge.
- John Ruskin. (2003). *A Lâmpada da Memória*. Brasil: Atelie.
- Leal, C. B. (2014). *Outrafaria*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.
- Manuel Lourenço Soares. (1986). *Trafaria e sua toponímia*. Almada: Câmara Municipal de Almada.
- Miguel Brito Correia, F. L. (2014). *Património Cultural Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Caleidoscópico.
- Neto, M. J. (2001). *Memória, Propaganda e Poder - O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP-Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto).
- Pato, B. (1894). *Memórias - Tomo I*. Tipografia.
- Sousa, R. . P. de. (1981). *Fortalezas de Almada e seu termo*. Almada: Arquivo histórico de Almada.

Teses e Dissertações

- Cal, F. da. (1999). Revista de Artilharia. *Revista de Artilharia*, 3–14.
- Cascais, L. P. (2017). *Tornar Visível o Abandono: As Batarias de Costa*. Universidade do Minho.
- Emerenciano, J. (2011). *A Artilharia na Defesa de Costa em Portugal*. Academia Militar.
- Figueiredo, R. A. (2011). *Modelação Geográfica para avaliação das Linhas de Torres Vedras enquanto Sistema Defensivo*. Universidade Técnica de Lisboa.
- Jokilehto, J. (2010). Heritage values and valuation.
- Magar, V. (2016). Conversaciones...con Jukka Jokilehto. *Revista de Conservación*, Nº 2.
- Mascarenhas, C. de O. T. (2014). *Da Defesa à Contemplação Da Paisagem - Intervir no lugar do Forte e da 7ª Bateria do Outão no contexto da Arrábida*. Universidade de Lisboa.
- Piedade, I. M. S. da. (2011). *Abordagem Histórico-cultural do Património Arquitectónico da Barra de Lisboa - Bateria da Parede*. Universidade Nova de Lisboa.
- Sousa, I. F. N. (2016). *Princípios da Reabilitação de Edifícios . Aplicação a casos de estudo . ISEL*.
- Tomás, A. J. (2014). *Conservação e Reabilitação de Estruturas Arqueadas*.

Recomendações Internacionais

- Amsterdão, C. de. (1975). Carta Europeia do Património Arquitectónico. Amsterdão.
- Atenas, C. de. (1931). Carta de Atenas. escritório Internacional dos Museus.
- Cracóvia, C. de. (2000). Carta de Cracóvia 2000 Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído (pp. 1–6).
- ICOMOS. (1992). Carta para a Conservação Dos Sítios Com Valor Patrimonial Cultural. Nova Zelândia: ICOMOS.

ICOMOS. (1994). Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994). In *Conferência sobre a autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial*. Retrieved from http://files/1220/1994-declaracao_de_nara_sobre_autenticidade-icomos.pdf

ICOMOS. (1999). Carta de Burra.

ICOMOS. (2011). Critérios para a Conservação do Patrimônio Arquitetónico do Século XX, Documento de Madrid.

Veneza, C. de. (1964). Carta Internacional para Conservação e restauro dos Monumentos.

Websites

André Rito. (2018). Os canhões que protegiam a costa portuguesa na Arrábida estão abandonados — e vandalizados. Retrieved October 22, 2018, from https://nit.pt/out-of-town/back-in-town/os-canhoes-da-arrabida-que-protegiam-a-costa-portuguesa-estao-abandonados-e-vandalizados?fbclid=IwAR02dPNI__vuRw9EMcflXl-Hzz7oWV9V0c71VikYeKcdP_QXB0X7OiK0R7w

Câmara Municipal de Setúbal. (2019). Requalificação do Forte de Albarquel avança | Município de Setúbal. Retrieved June 20, 2019, from <https://www.mun-setubal.pt/requalificacao-do-forte-de-albarquel-avanca/>

Carlos Alves Lopes. (n.d.). Momentos de História - Campo Entrincheirado de Lisboa. Retrieved October 20, 2018, from http://www.momentosdehistoria.com/001-grande_guerra/001-02-exercito/001-02-01-frente_interna/001-02-01-04-cel.html

Fernando Limão. (n.d.-a). Regimento de Artilharia de Costa : 1ª Bateria de Alcabideche. Retrieved June 22, 2019, from <http://regimentodeartilhariadecosta.blogspot.com/2011/10/baterias-do-regimento-de-artilharia-de.html>

Fernando Limão. (n.d.-b). Regimento de Artilharia de Costa : 2ª Bateria da Parede. Retrieved June 22, 2019, from <http://regimentodeartilhariadecosta.blogspot.com/2011/10/2-bateria-da-parede.html>

Fernando Limão. (n.d.-c). Regimento de Artilharia de Costa : 3ª Bateria da Lage - Oeiras. Retrieved June 22, 2019, from <http://regimentodeartilhariadecosta.blogspot.com/2011/10/3-bateria-da-lage-oeiras.html>

Fernando Limão. (n.d.-d). Regimento de Artilharia de Costa : 4ª Bateria do Bom Sucesso - Belém. Retrieved August 22, 2019, from <http://regimentodeartilhariadecosta.blogspot.com/2011/10/4->

bateria-do-bom-sucesso-belem.html

Fernando Limão. (n.d.-e). Regimento de Artilharia de Costa : 6ª Bateria da Raposa - Fonte da Telha. Retrieved June 22, 2019, from <http://regimentodeartilhariadecosta.blogspot.com/2011/10/6-bateria-da-raposa-fonte-da-telha.html>

Fernando Limão. (n.d.-f). Regimento de Artilharia de Costa : 7ª Bateria do Outão. Retrieved June 22, 2019, from <http://regimentodeartilhariadecosta.blogspot.com/2011/10/7-bateria-do-outao.html>

Fernando Limão. (n.d.-g). Regimento de Artilharia de Costa : 8ª Bateria de Albarquel - Setúbal. Retrieved June 22, 2019, from <http://regimentodeartilhariadecosta.blogspot.com/2011/10/8-bateria-de-albarquel-setubal.html>

Fernando Limão. (n.d.-h). Regimento de Artilharia de Costa : Forte da Alpena - Trafaria. Retrieved September 29, 2018, from <http://regimentodeartilhariadecosta.blogspot.com/2011/10/forte-da-alpena.html>

Gastão de Brito e Silva. (2013). ruín'arte: A Bateria da Raposeira - Trafaria. Retrieved October 15, 2018, from <http://ruinarte.blogspot.com/2013/02/a-bateria-da-raposeira-trafaria.html>

ICCROM. (n.d.). Previous Director-Generals | ICCROM. Retrieved July 24, 2019, from <https://www.iccrom.org/about/corporate-info/director-general/previous-director-generals>

Joanna Helm. (2012). Vencedor do [UN] RESTRICTED ACCESS: OCO – Ocean & Coastline Observatory | ArchDaily Brasil. Retrieved October 15, 2018, from <https://www.archdaily.com.br/br/01-68039/vencedor-do-un-restricted-access-oco-ocean-e-coastline-observatory>

Lourenço Martins. (2015). A vista e o abandono da 7ª Bateria | Fotografia | PÚBLICO. Retrieved October 15, 2018, from <https://www.publico.pt/2015/01/07/p3/fotogaleria/a-vista-e-o-abandono-da-7-bateria-384809>

Mara Gonçalves. (2019). Os últimos canhões da costa calaram-se há 20 anos | Regimento de Artilharia de Costa | PÚBLICO. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2019/01/06/sociedade/noticia/ultimos-canhoes-costa-calaramse-ha-20-anos-1855355?fbclid=IwAR1JSeJ-UXbjNQyqWjWLuK7O6wy5cMhGDde4AKCZ3RNd1cnfyAOrk1PaOh8>

Miguel Machado. (2008). OS ÚLTIMOS DISPAROS DO "MURO DO ATLÂNTICO" PORTUGUÊS | Operacional. Retrieved September 29, 2018, from <http://www.operacional.pt/os-ultimos-disparos-do-muro-do-atlantico-portugues/>

Pedro Mourinho. (2014). SIC Notícias | #Abandonados: Regimento de Artilharia de Costa. SIC. Retrieved from <https://sicnoticias.sapo.pt/programas/abandonados/2014-04-28-Abandonados-Regimento-de-Artilharia-de-Costa>

Rafael Lara. (n.d.). Forte de Trafaria – Torres, castillos y fortalezas. Retrieved July 12, 2019, from <https://miscastillos.blog/2017/10/08/forte-de-trafaria/>

Rafael Oliveira. (2017). À descoberta do Regimento de Artilharia de Costa: a 5ªBateria da Raposeira... – OLIRAF. Retrieved October 15, 2018, from <https://oliraf.wordpress.com/2017/05/02/-a-descoberta-do-regimento-de-artilharia-de-costa-a-5abateria-da-raposeira/>

Rui Granadeiro. (2017). Mar de Caparica: A Trafaria em 1908. Retrieved November 23, 2018, from <https://mar-da-costa.blogspot.com/2017/05/a-trafaria-em-1908.html>

Teresa Ferreira. (2011). Monumentos. Retrieved October 15, 2018, from http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32962

ANEXOS



*Figura 55 – Exterior. Vista norte (N) observada da Bateria da Raposeira I, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 56 – Exterior. Vista poente (O) observada da Bateria da Raposeira I, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 57 – Exterior. 3º patamar da Bateria da Raposeira I, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 58 – Exterior. Peça de artilharia virada a poente (O). Bateria da Raposeira I,
2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 59 – Exterior. Vista poente (O) da Bateria da Raposeira I, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 60 – Exterior. Zona do observatório da Bateria da Raposeira I, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 61 – Exterior. Segundo patamar da Bateria da Raposeira I, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 62 – Exterior. Patamar intermédio da Bateria da Raposeira I, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 63 – Exterior. Casa de guarda da Bateria da Raposeira II, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 64 – Exterior. Patamar de entrada da Bateria da Raposeira II, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 65 – Exterior. Vista da Bateria de Alpena, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 66 – Exterior. Vista poente (O) da Bateria de Alpena, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 67 – Exterior. Vista sul (S) da Bateria de Alpena, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 68 – Exterior. Segundo patamar da Bateria de Alpena, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 69 – Exterior. Vista do segundo patamar da Bateria de Alpena, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 70 – Exterior. Parte da fachada (E) da Bateria de Alpena, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 71 – Interior. Degradação da cisterna da Bateria de Alpena, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 72 – Interior. Cisterna) da Bateria de Alpena, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 73 – Interior. Sala das luzes da Bateria de Alpena, 2019.
Fotografia do autor.*



*Figura 74 – Interior. Ante paiol da Bateria de Alpena, 2019.
Fotografia do autor.*

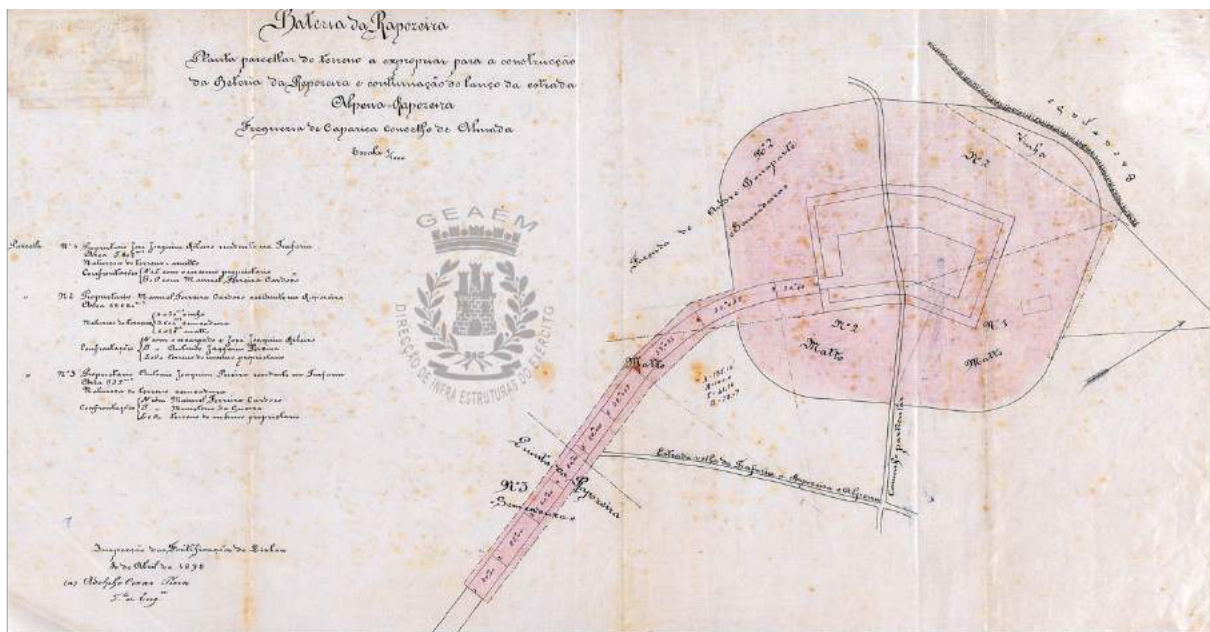


Figura 75 – Planta parcelar do terreno a expropriar para a construção da Bateria da Raposeira, 1898. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

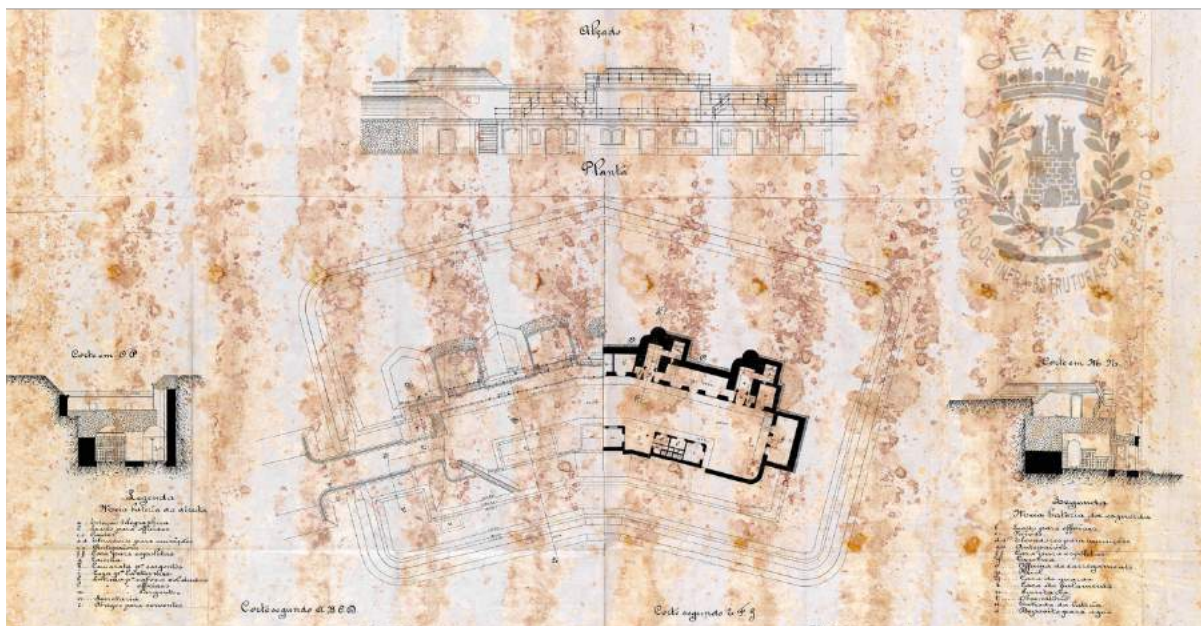


Figura 76 – Desenhos da Bateria da Raposeira I, 1948. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

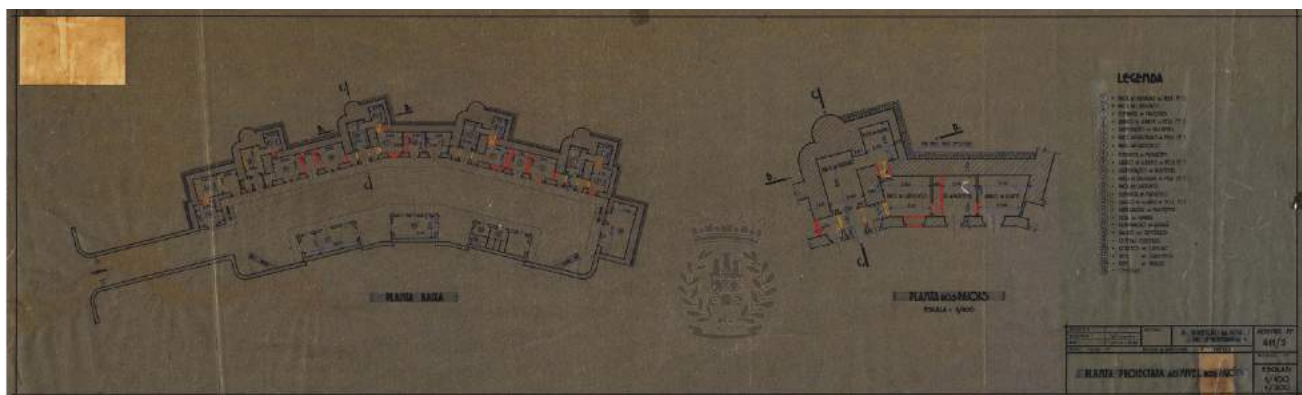


Figura 77 – Planta de vermelhos e amarelos da Bateria da Raposeira I, 1948. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

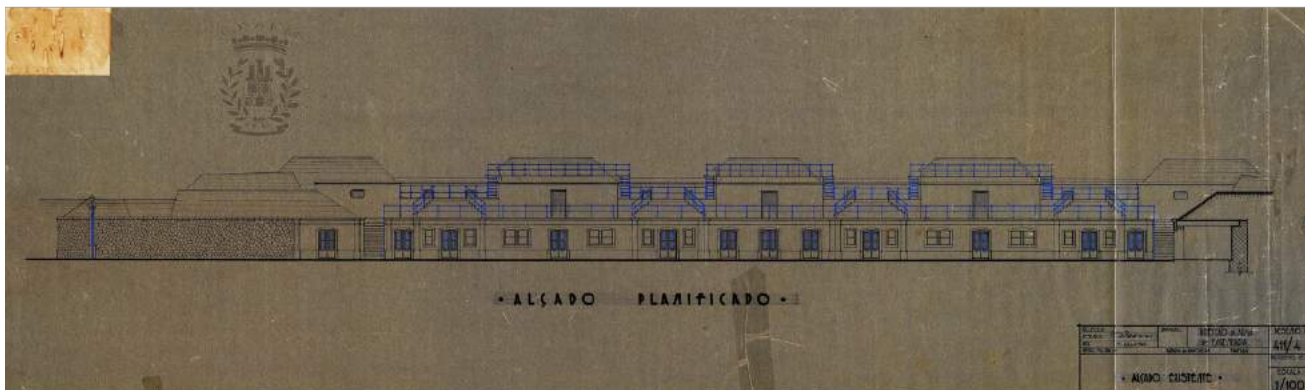


Figura 78 – Alçado da Bateria da Raposeira, 1948. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

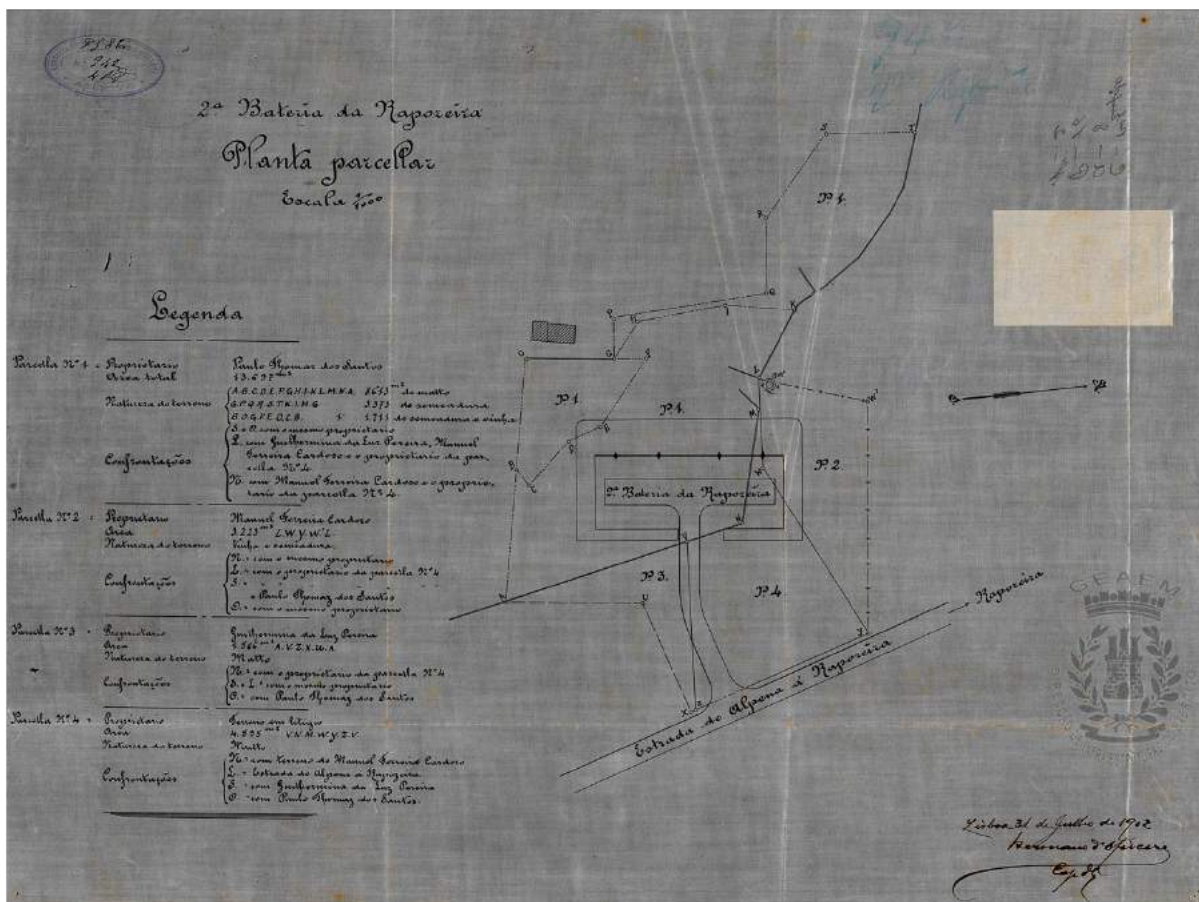


Figura 79 – Parcelas expropriadas para a construção da Bateria da Raposeira II, 1902. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

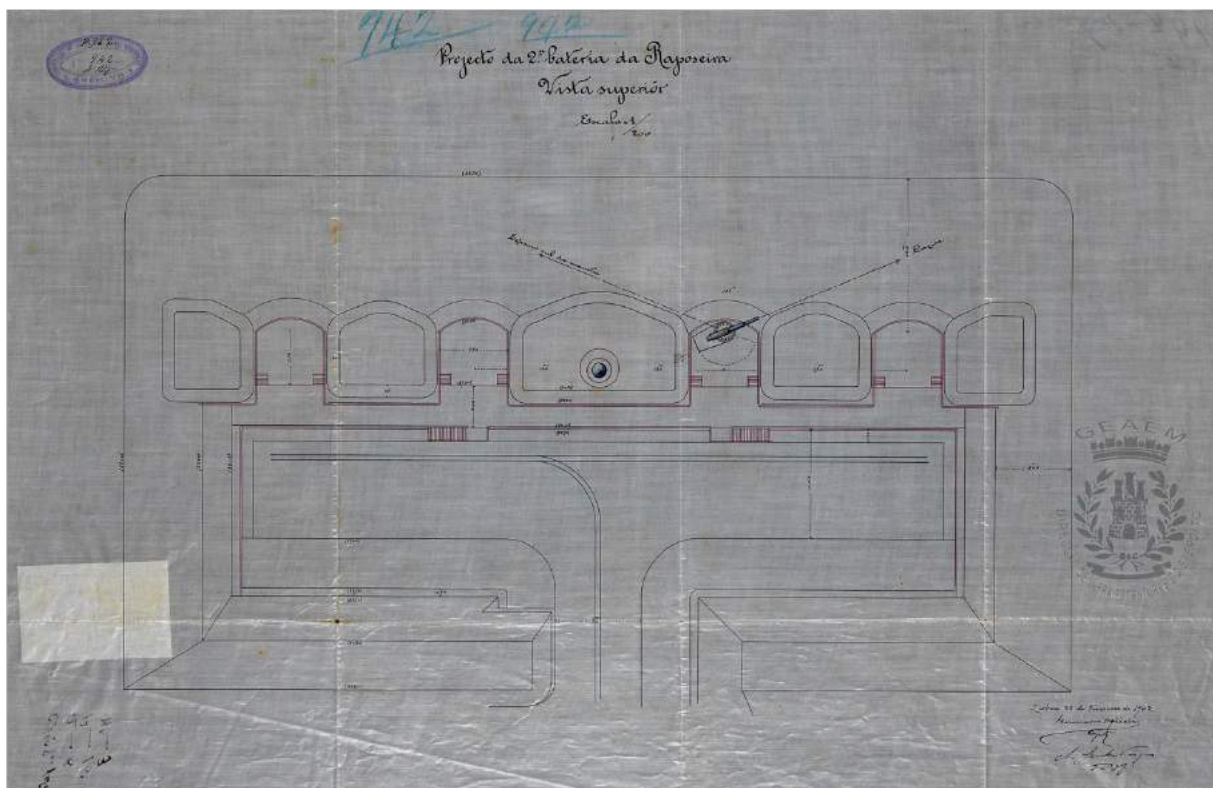


Figura 80 – Planta de cobertura da Bateria da Raposeira II, 1902. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

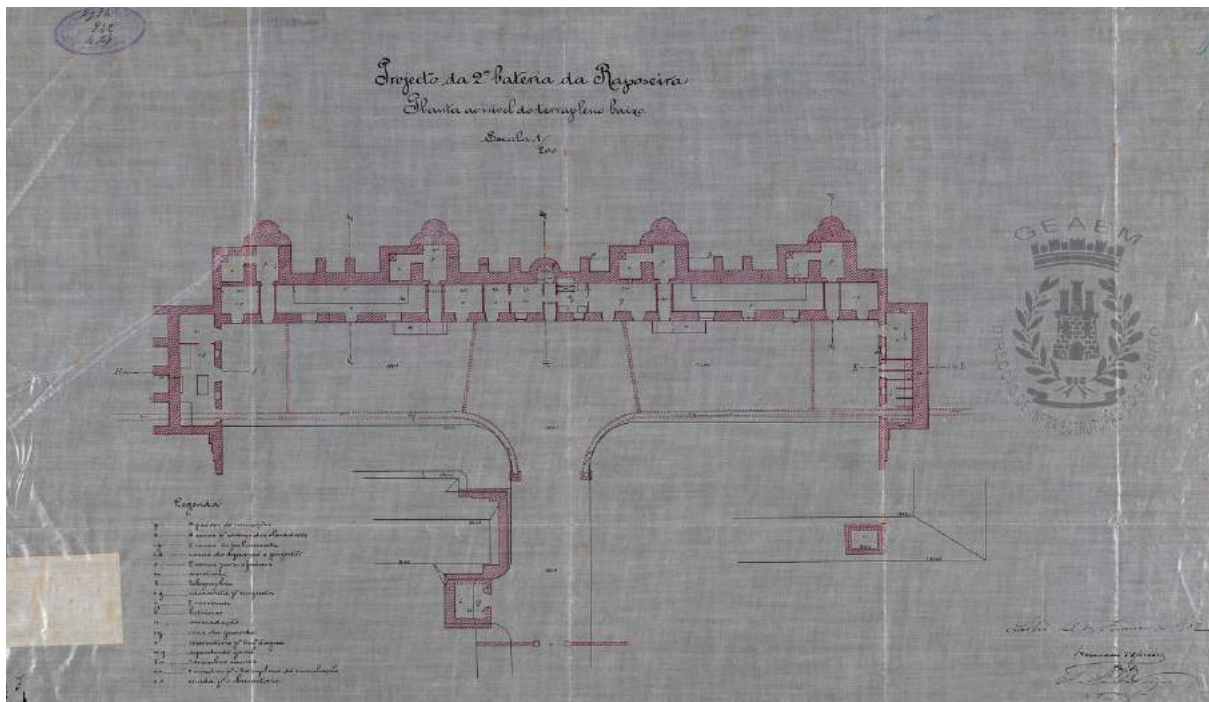


Figura 81 – Planta ao nível do terraplino baixo da Bateria da Raposeira II, 1902. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

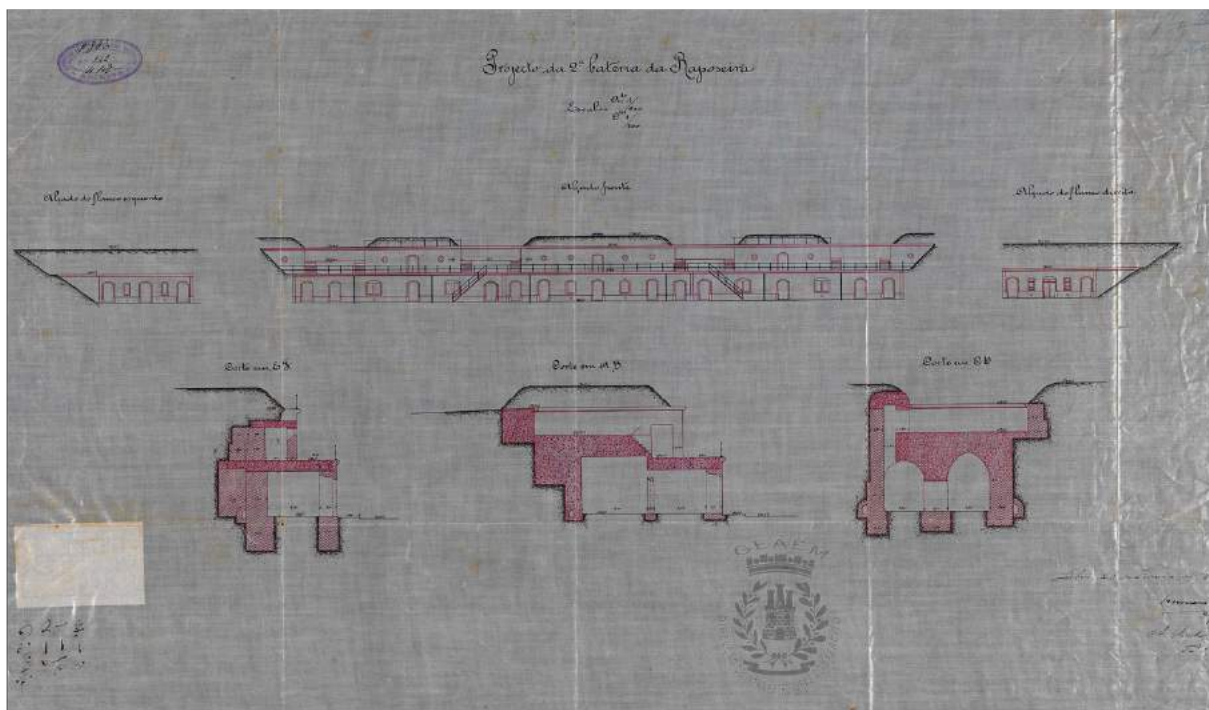


Figura 82 – Desenhos da Bateria da Raposeira II, 1902. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

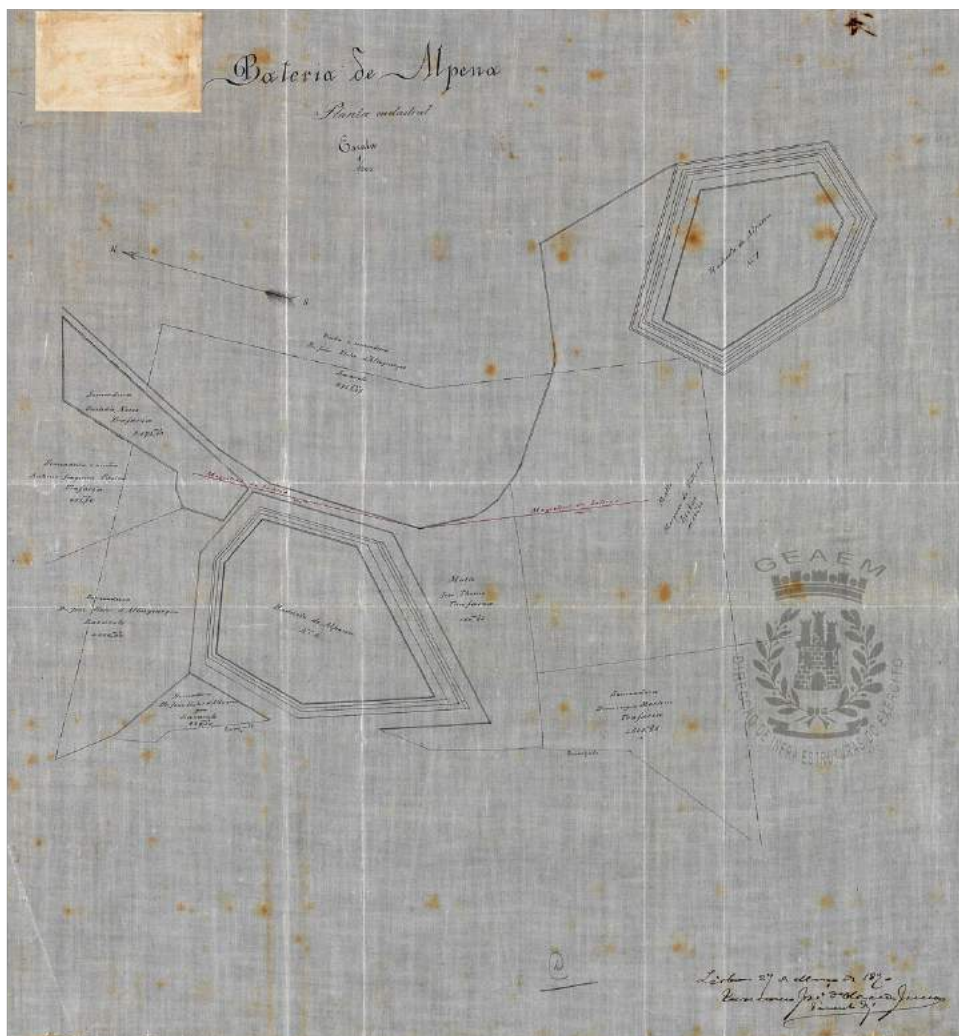


Figura 83 – Antigos redutos localizados onde se situa atualmente a Bateria de Alpena, 1890. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

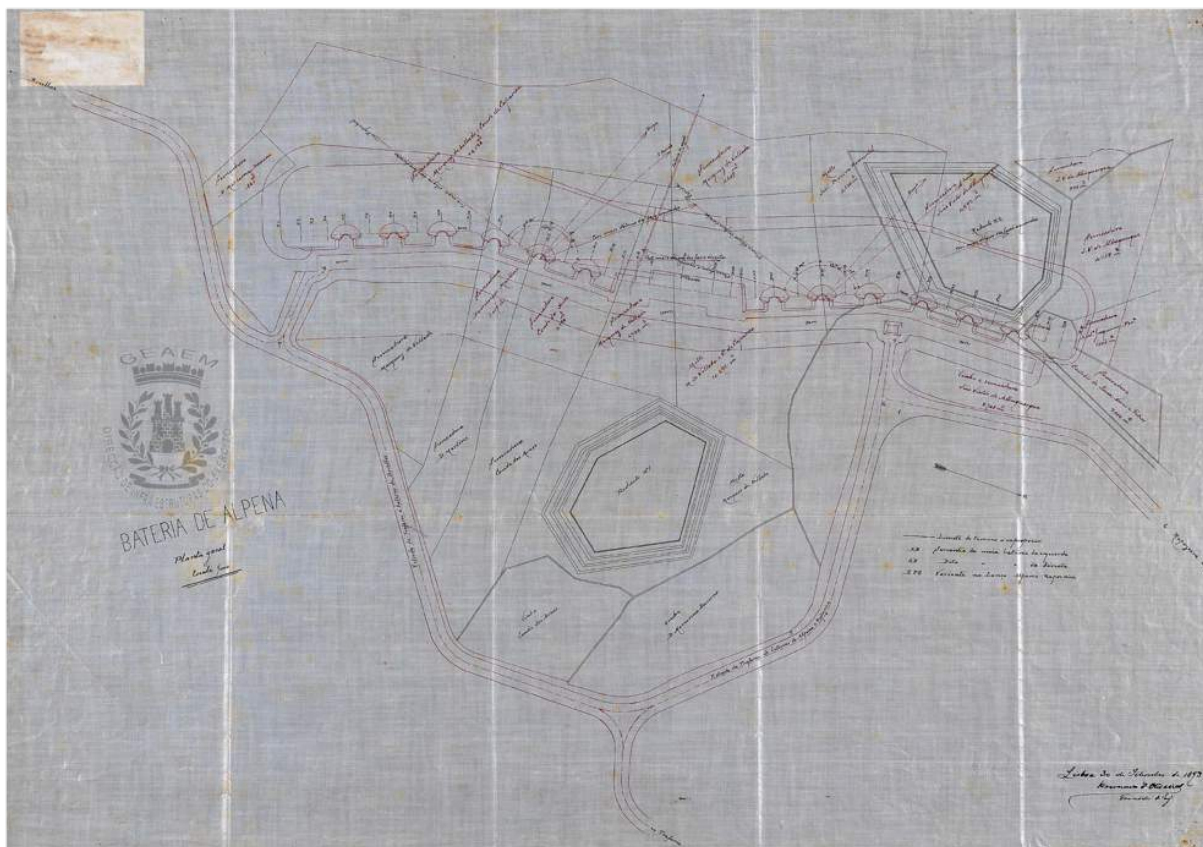


Figura 84 – Planta geral da Bateria de Alpena, 1893. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019



Figura 85 – Antigo reduto de campanha. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

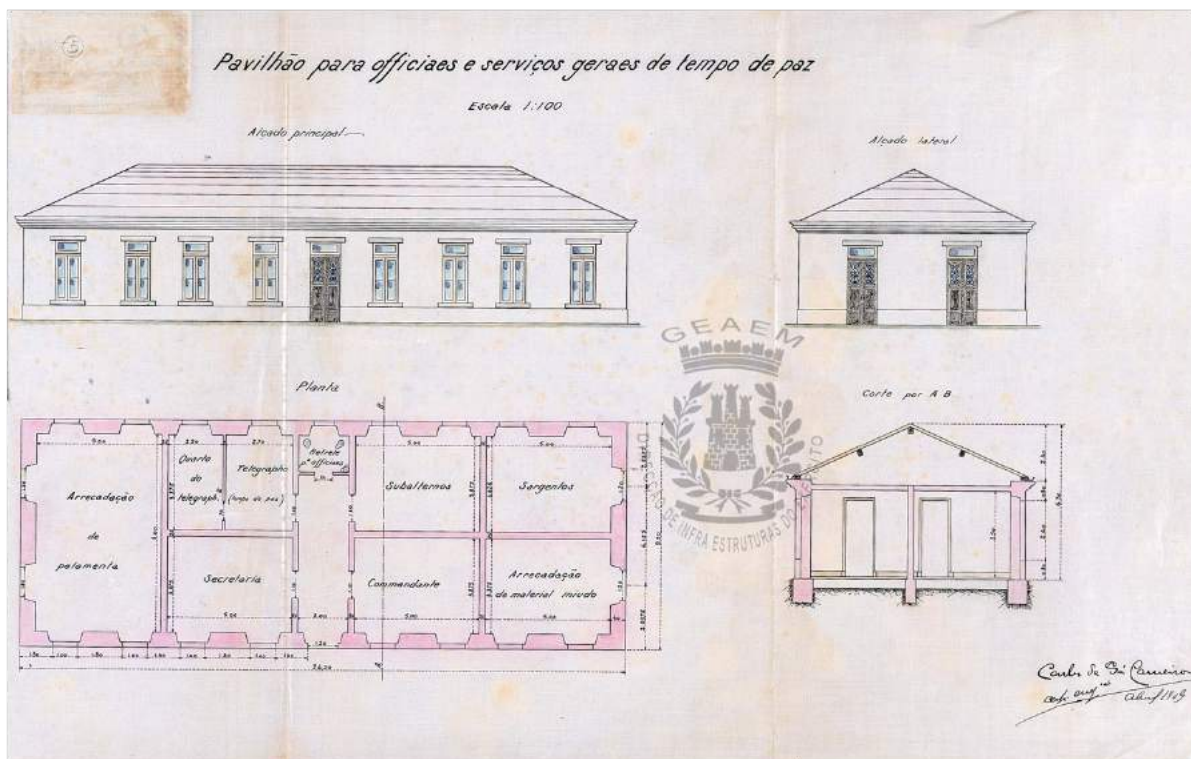


Figura 86 – Pavilhão para oficiais e serviços gerais de tempo de paz da Bateria de Alpena, 1909. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

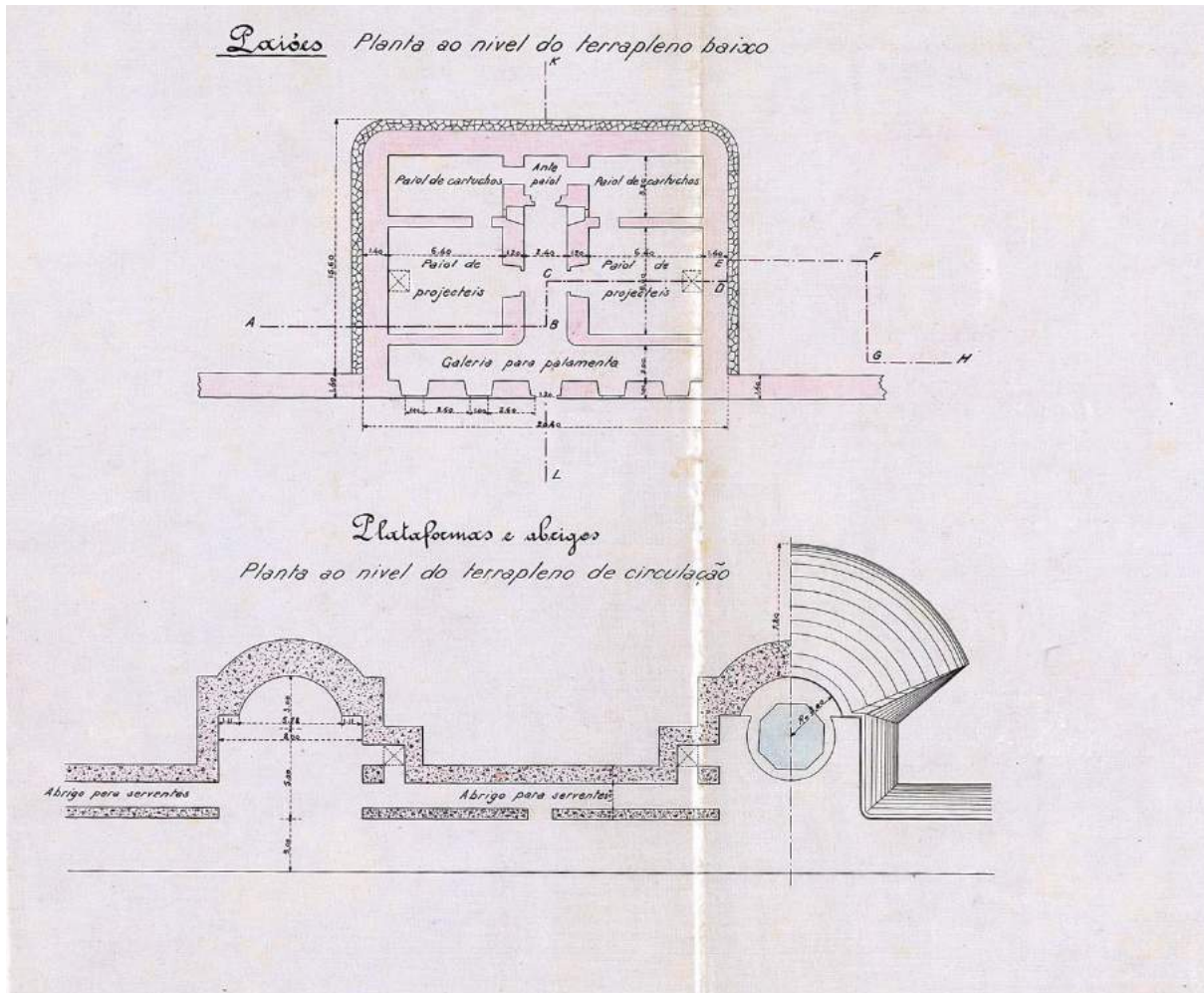


Figura 87 – Planta dos païóis, da plataforma e abrigos, 1909. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

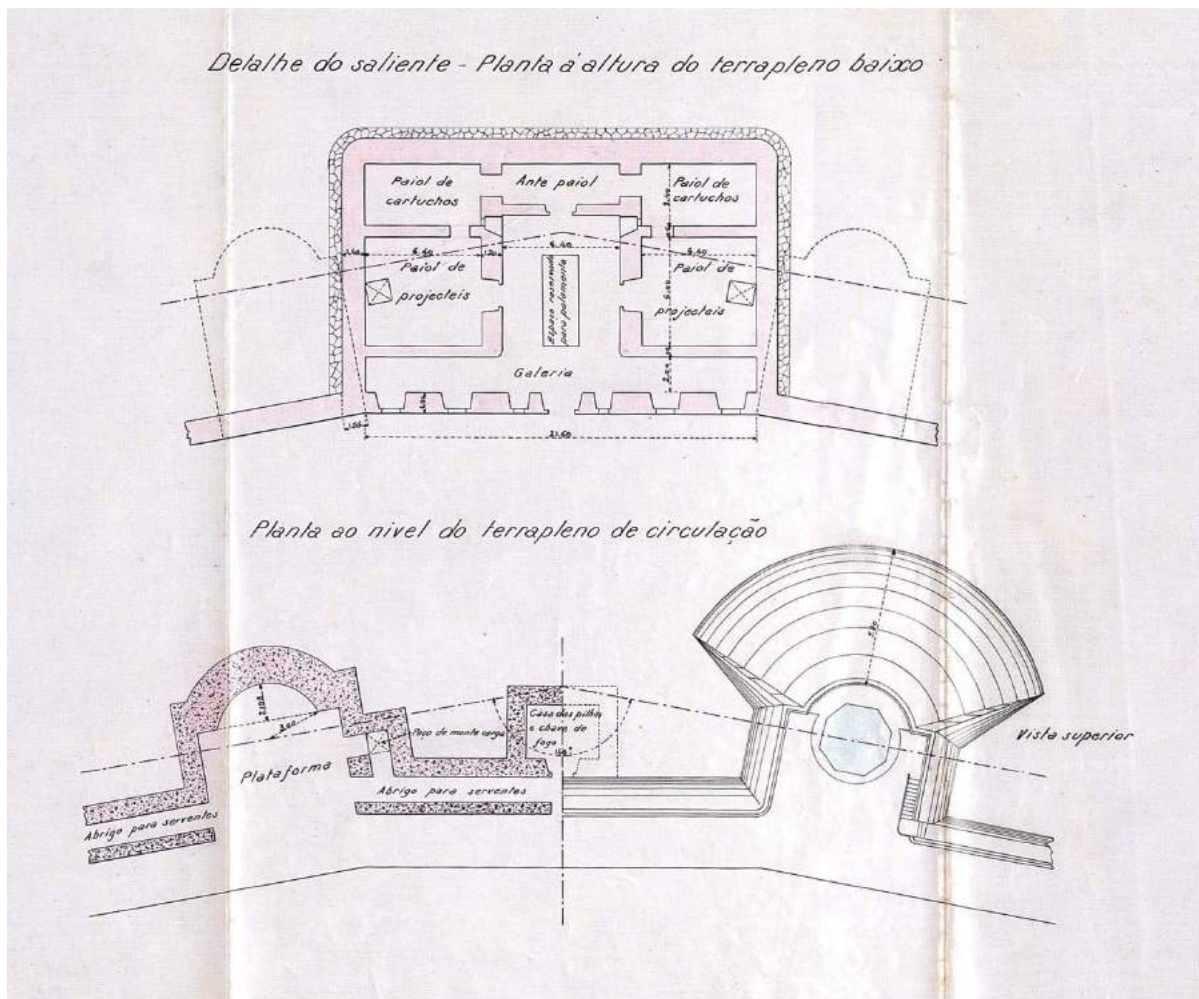


Figura 88 – Planta ao nível do terrapleno baixo e planta do nível do terrapleno de circulação, 1909. Desenho fornecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército, 2019

PARTE II

CENTRO INTERPRETATIVO DAS BATERIAS DA TRAFARIA

ÍNDICE 2

00. INTRODUÇÃO	186
01. COMPONENTE DE GRUPO	189
Trafaria Terra	190
Proposta de Grupo	192
Fotografias da Área de Intervenção	194
02. COMPONENTE INDIVIDUAL: CENTRO INTERPRETATIVO DAS BATERIAS DA TRAFARIA	201
Localização	202
Fotografias da Zona de Intervenção	204
Memória Descritiva	208
Desenhos	217

00 Introdução

A segunda fase desta dissertação apresenta o trabalho realizado no âmbito da vertente Prática da Unidade Curricular de Projecto Final de Arquitetura. Este trabalho - *“Trafaria. Centro e Periferia da Grande Lisboa”*, é desenvolvido na área da Trafaria, dividindo-se em duas zonas: a Trafaria Mar e a Trafaria Terra. Parte do objetivo de se consolidar “uma condição de lugar para este território”, sem que isso represente necessariamente o crescimento e transformação urbana contínua, mas sim o princípio de regeneração e correção paisagística, territorial, urbana e arquitetónica. Para tal, este projeto deve considerar as várias problemáticas que existem em torno deste local, desde logo as condicionalidades a nível económico e social, mas procurando o reaproveitamento e regeneração do esquecido património arquitetónico, urbanístico, histórico e militar.

Uma vez que é real a pressão urbanística resultante da expansão do turismo na capital, e que esse facto se tem alargado às zonas adjacentes, é altamente provável que num futuro próximo surtissem mudanças com o objetivo de satisfazer as necessidades criadas pelas atividades turísticas. Portanto, é pretensão deste trabalho a procura de uma conexão entre todos valores ali existentes: o carácter da paisagem e a sobrevivência do variado património, através da regeneração que deve aliar a “racionalidade construtiva” com a “poética arquitetónica”.



COMPONENTE DE GRUPO:

TRAFARIA TERRA

Trafaria Terra

A zona terra da Trafaria, historicamente ocupada por instalações militares, encontra-se desocupada. Os terrenos do quartel da Trafaria, assim como as instalações militares no topo da arriba, no local da Raposeira, estão fechadas ou abandonadas. Esta situação constitui simultaneamente um problema e uma oportunidade. Problema pelo abandono e degradação, oportunidade pela disponibilidade de terreno e pelo valor patrimonial.

A par desta situação, os antigos terrenos pertencentes ao Quartel Militar, adjacentes a este, e do Quartel dos Bombeiros encontram-se igualmente desaproveitados e restritos pelas estradas que os circundam e pelo posicionamento do Quartel dos Bombeiros.

Identificam-se três zonas de intervenção:

- Zona do Quartel da Trafaria
- Zona do Alto da Raposeira
- Estrada Militar (ligação Trafaria-Raposeira)



Proposta de Grupo

Para a primeira zona: reverter toda a área do quartel em espaço urbano e, admitindo a sugestão da CMA de promoção de emprego, numa incubadora de empresas, apostando numa visão expectante e de crescimento da Trafaria. A recolocação do Quartel dos Bombeiros para a entrada da Trafaria via terra permite a sinalização desta, bem como a abertura dos terrenos e extensão da malha urbana da localidade para sul, dotando assim o território de um novo bairro habitacional e de uma nova biblioteca adjacente.

Para a segunda zona: aferir possibilidade de recuperar as estruturas militares para uso cultural e turístico. Ordenar um percurso de ligação entre estruturas. Equipar o percurso para a receção de visitantes.

Para a terceira zona: aferir a possibilidade de melhorar as condições de ligação entre a cota alta e a cota baixa. Bem como valorizar paisagisticamente o percurso.



*Quartel dos
Bombeiros
Voluntários da
Trafaria*





*Antigo Quartel de
Artilharia n°4 da
Trafaria*





Terreno que antecede o Quartel dos Bombeiros Voluntários da Trafaria





*Zona do Alto da
Raposeira,
Trafaria*







COMPONENTE INDIVIDUAL:
CENTRO INTERPRETATIVO DAS BATERIAS DA TRAFARIA





Ortofotomapa com a localização da área de intervenção



*Percurso da Área
de Intervenção*







Área de
Intervenção





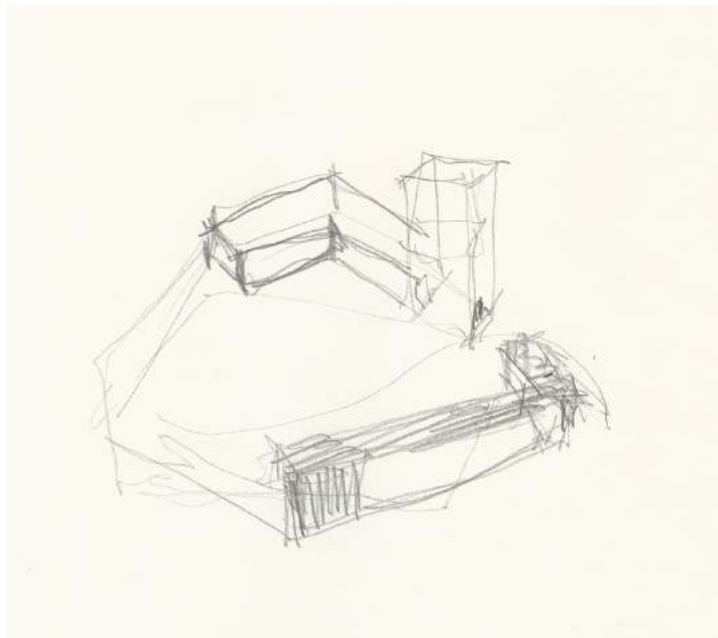
Paisagem



Memória descritiva

A zona mais alta da Trafaria. Local detentor de uma forte história militar, da qual ainda restam alguns testemunhos materiais – fortificações que, em tempos, tiveram a sua imponência e neste momento nada mais são que corpos vazios, descartados, desprezados e abandonados. A importância destas construções verifica-se em diversos âmbitos. Para além da relevância a nível histórico (principalmente porque faziam parte do sistema de defesa de Lisboa), têm igualmente valor a nível arquitetónico, pela sua arquitetura singular.

A atual conjuntura, em termos de impacto gerado pela pressão turística na capital, faz com que seja altamente provável que num futuro próximo se considere urbanizar este lugar, dadas as suas potencialidades, como a proximidade de Lisboa e as qualidades paisagísticas. Acontecendo, significava a perda da pureza do lugar e da sua história, onde não sobraria espaço para que as baterias da Trafaria pudessem renascer. O conjunto destes fatores culminam na proposta de criação de um espaço (Centro Interpretativo), de forma a valorizar e dar a conhecer estas infraestruturas, bem como a sua história e evolução ao longo do tempo.



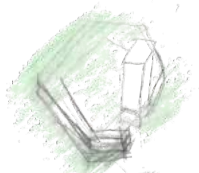
*“Fechar os olhos
Riscar sem ver papel
Sentir o sulco da tinta
A derramar a forma”
VIEIRA, Álvaro Siza. 2018*



Para além das fortificações já existentes, pretende-se a construção de um outro edifício, digamos que o Centro Interpretativo em si, que permita explicar e demonstrar o funcionamento e particularidades daquelas fortificações, antes de serem visitadas. Um edifício que seja o ponto de partida para um percurso pelo passado - pela Bateria da Raposeira I, Raposeira II e de Alpena.



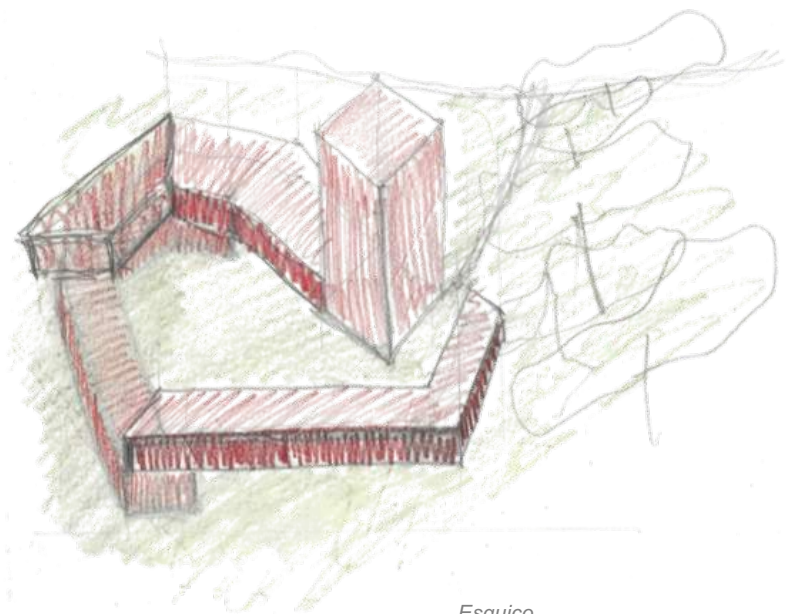
O terreno selecionado para se construir o referido edifício fica muito perto de qualquer uma das três baterias. Importa referir que é o único terreno nas imediações que não está classificado como REN (Reserva Ecológica Nacional), o que influenciaria ainda mais uma eventual urbanização. Pelo mesmo motivo se selecionou o terreno para se construir o centro interpretativo, uma vez que em todos os terrenos circundantes seria impossível a construção de edifícios, pelas restrições impostas ao serem considerados REN.



A forma do edifício inspira-se nas antigas fortificações de campanha, que eram construídas em terra e que também existiram naquele local, sendo ainda possível encontrar marcas de uma delas (Raposeira Pequena, 1910).



A ideia não passa por uma intervenção que sobressaia neste território, mas sim por deixá-lo o mais natural possível. O novo edifício deve ser visto apenas como uma escultura colocada no seio daquele aglomerado de árvores e ao qual é possível aceder e descobrir através de trilhos já previamente traçados.



Esquicho

O espaço é constituído por três corpos separados, mas que na verdade devem ser vistos como uma só peça:

1º corpo: a torre, possível de ser avistada a partir de qualquer ponto de todo o espaço. É o ponto de orientação. Compreende um miradouro, acedido por uma escada em caracol centrada no interior da torre. O miradouro permite vislumbrar toda a paisagem circundante, as três baterias, o mar a poente e também, a norte, o tejo e a cidade de Lisboa.

2º corpo: o espaço mais coletivo, que possibilita uma maior capacidade de socializar e proporcionar o contacto entre pessoas. Integra a livraria/loja, a cafetaria e as instalações sanitárias.

3º corpo: corresponde a uma zona expositiva/de eventos. Contém duas salas expositivas. A sala de exposições permanente exhibe a história das baterias militares que existiram e das que ainda existem no local. Nesta sala é possível observar cartografias antigas, fotografias de época, cronologias e memórias do trajeto destas infraestruturas militares. A sala de exposições temporárias pretende ser um espaço capaz de acolher todo o tipo de exposições relacionadas com o tema. Para além destas duas salas, existe ainda uma sala de eventos, para receber apresentações, conferências, debates e outras eventualidades.

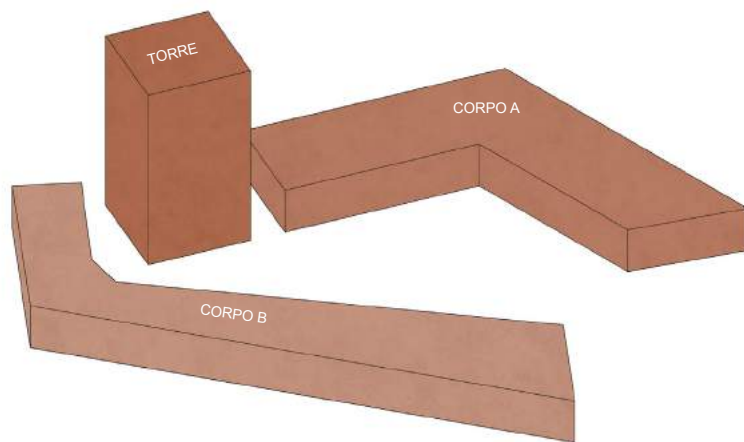


Diagrama com a definição dos três corpos

Toda esta “escultura” é revestida de uma pele em aço corten que remete, primeiro que tudo, para o contexto e matéria militar, e depois, pelas suas propriedades (cor e aparência), cria a imagem de algo antigo, velho e remoto.

Outra particular característica é o facto de a iluminação natural surgir na totalidade através de perfurações espalhadas nesta pele. Estas perfurações, dispersas, apresentam diâmetros variados. As de maior dimensão surgem na cobertura, na forma de claraboias.

Não existe uma entrada/saída pré-estabelecida para aceder a este conjunto. O ponto de referência é a torre, mas os visitantes podem deambular por entre os vários espaços.

Dar vida a estas infraestruturas é o principal objetivo da elaboração deste projeto.

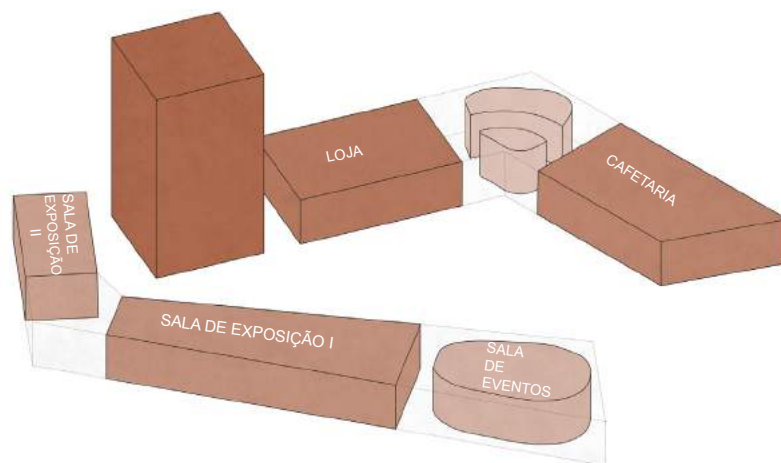


Diagrama com a organização dos espaços

“Quando se vê um arvoredo o importante não são as árvores mas os
espaços entre elas”. n.d.
NIEMEYER, Oscar

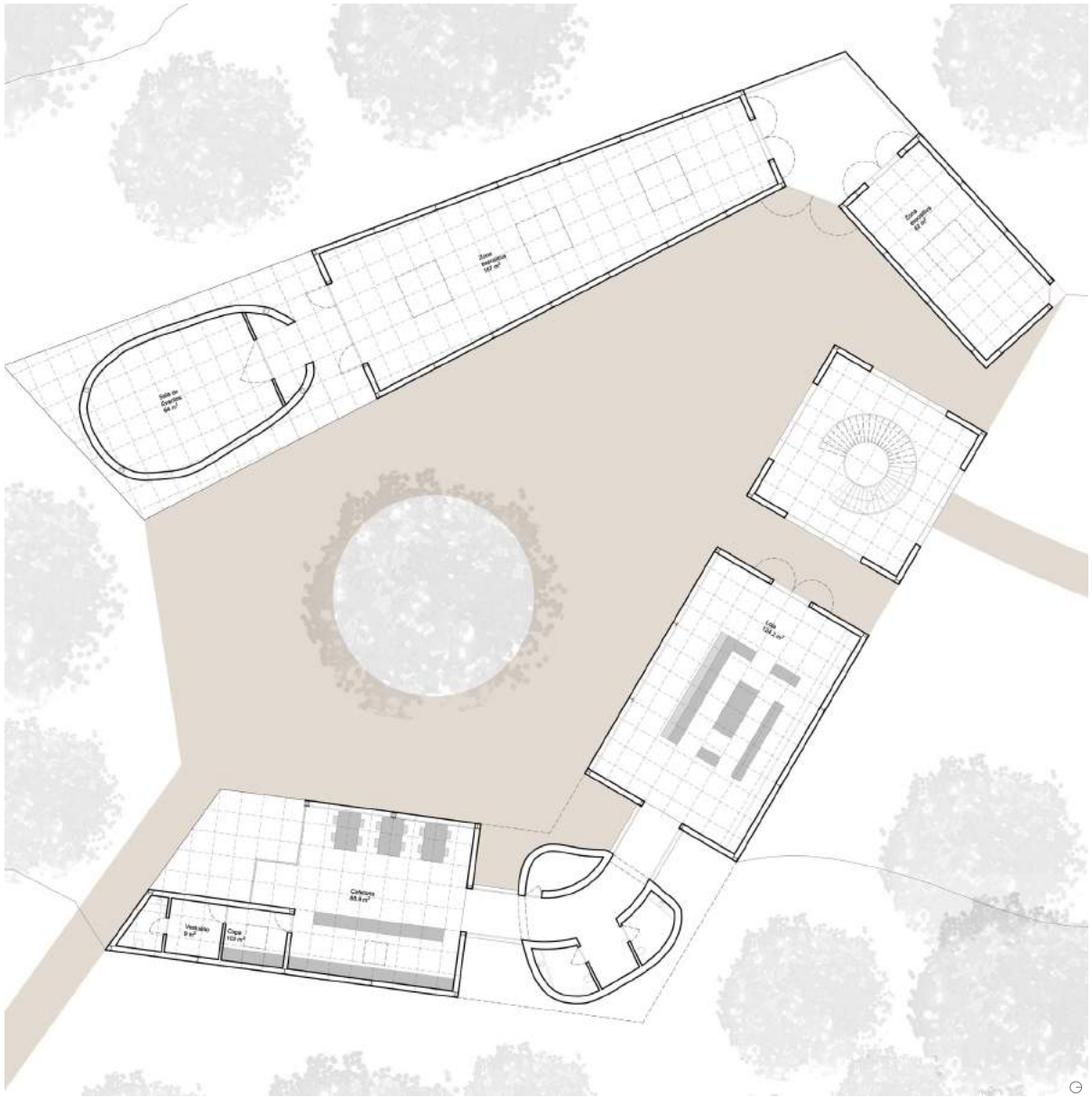


Centro Interpretativo no alto da Raposeira

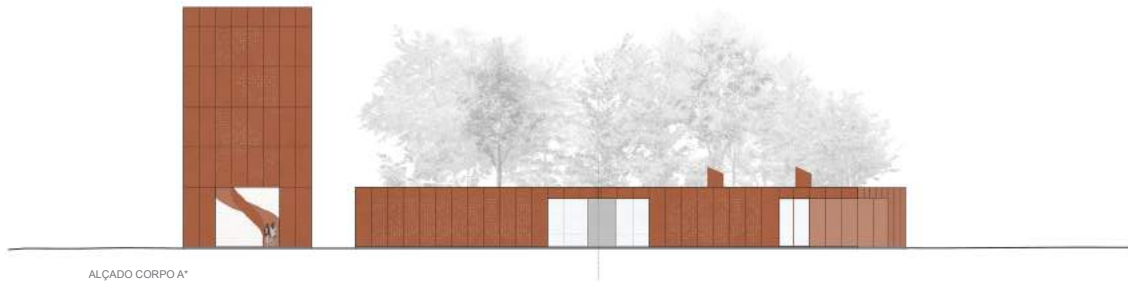
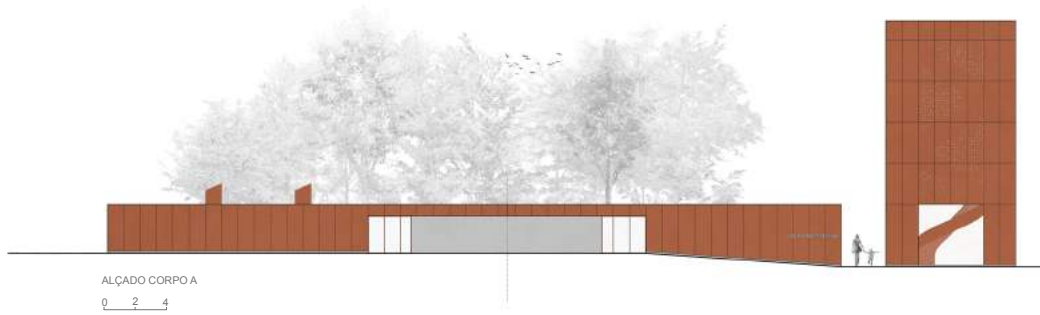


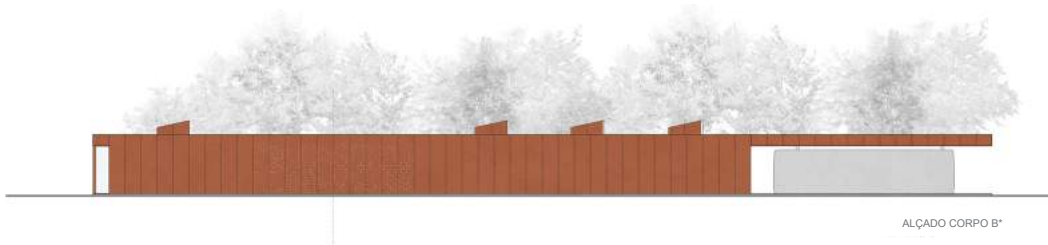
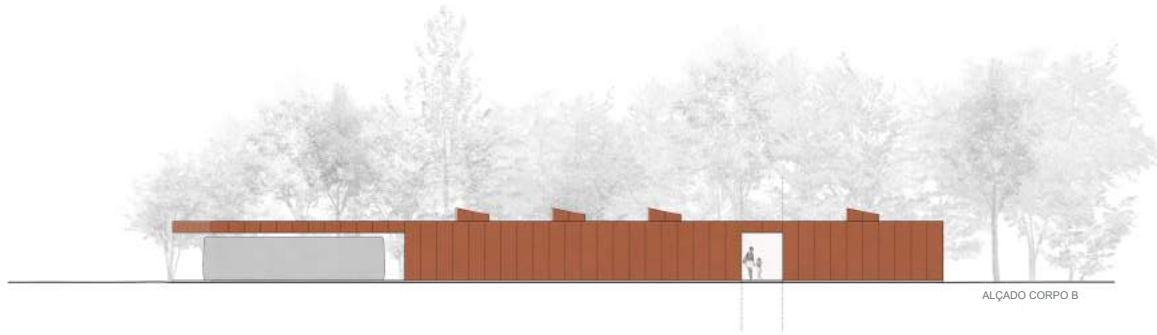
©
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

A forma e a organização dos espaços.

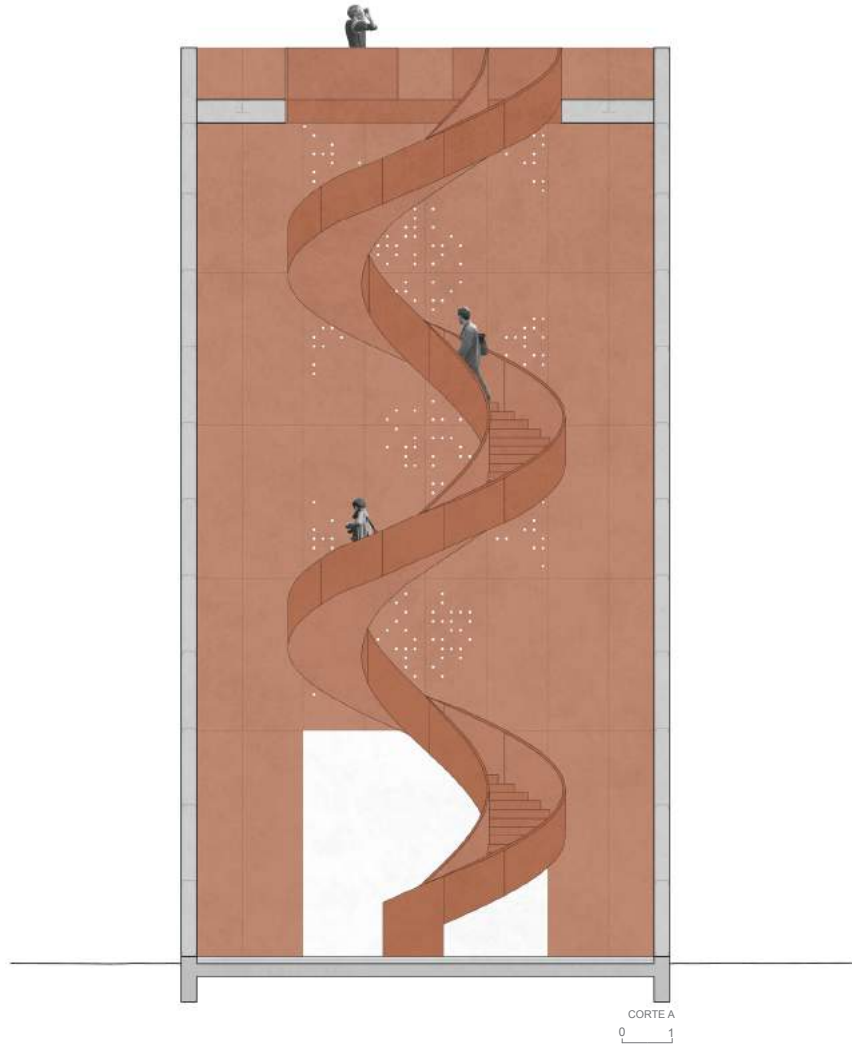
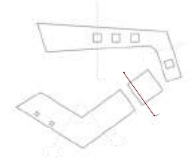


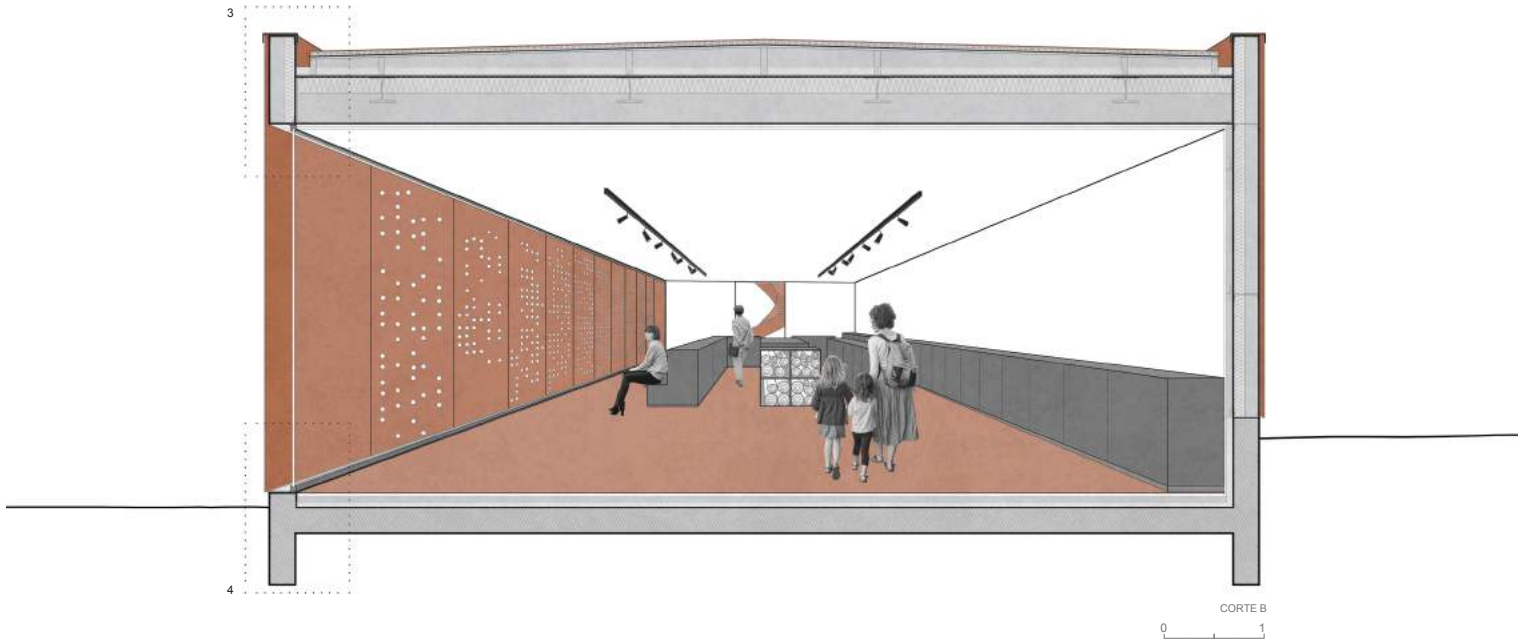
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

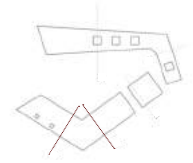




A Torre

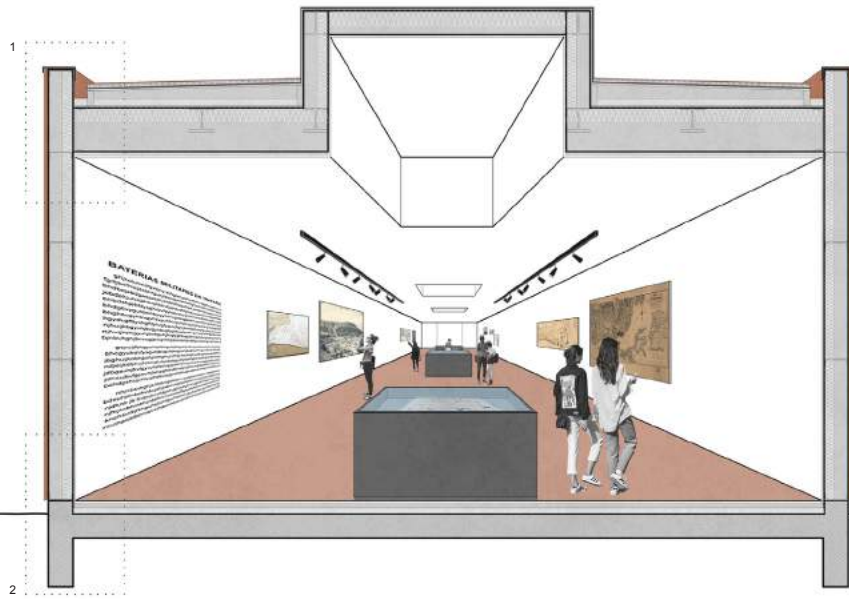






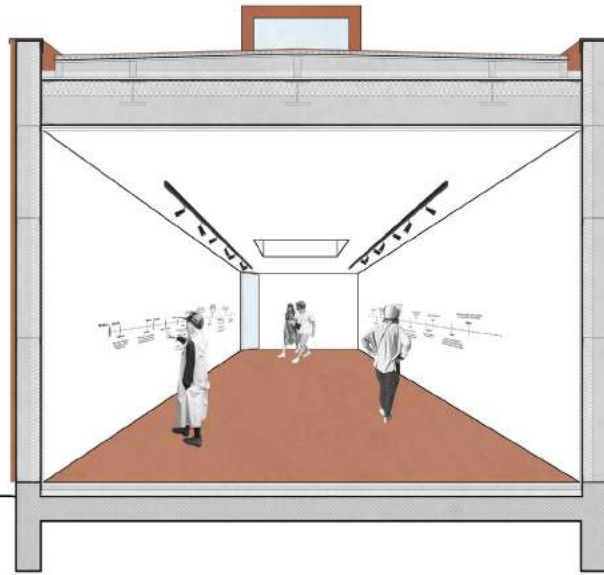
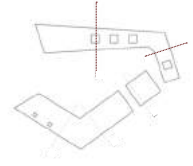
CORTE C





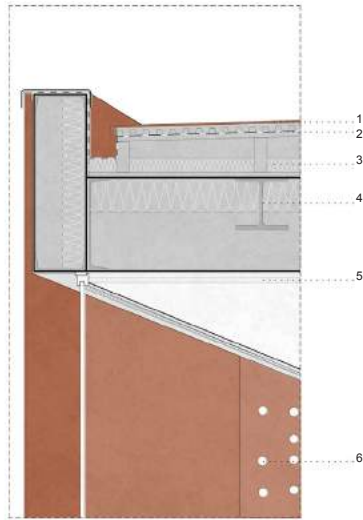
CORTE D

0 1



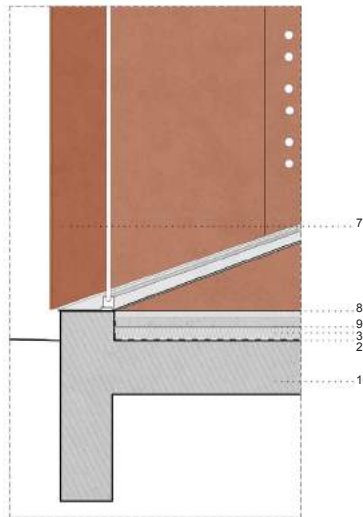
CORTE E

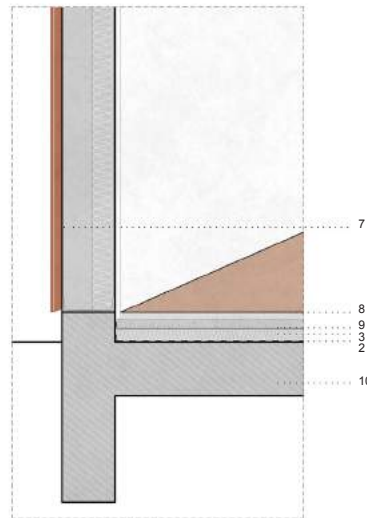
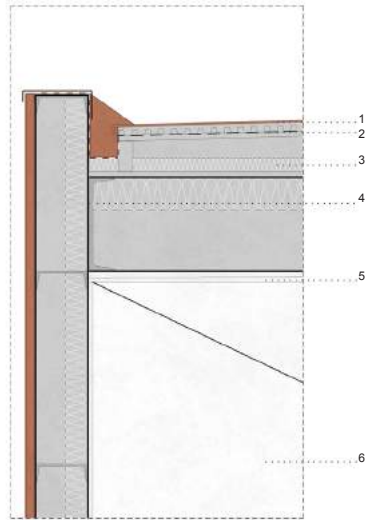




Pormenores construtivos 1 e 2

- 1 - Revestimento em aço corten
- 2 - Impermeabilização
- 3 - Isolamento térmico
- 4 - Perfil metálico em I
- 5 - Placa em gesso cartonado
- 6 - Aço corten perfurado
- 7 - Revestimento em aço corten
- 8 - Pavimento em betão afagado
- 9 - Manta geotêxtil
- 10 - Betão armado

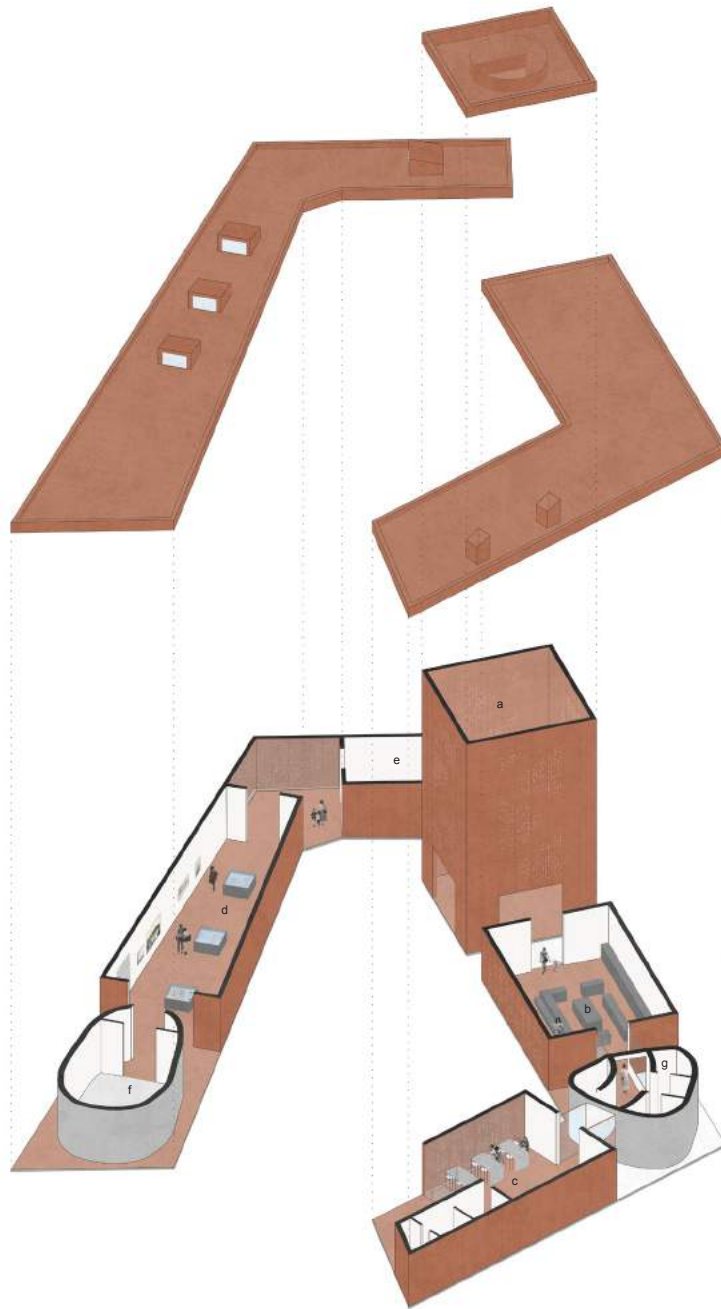




Pormenores construtivos 3 e 4

- 1 - Revestimento em aço corten
- 2 - Impermeabilização
- 3 - Isolamento térmico
- 4 - Perfil metálico em U
- 5 - Placa em gesso cartonado
- 6 - Revestimento
- 7 - Estrutura metálica com perfis em I
- 8 - Pavimento em betão afagado
- 9 - Manta geotêxtil
- 10 - Betão armado

“A arte consiste em fazer os outros sentir o que nós sentimos, em os libertar deles mesmos, propondo-lhes a nossa personalidade para especial libertação.”
PESSOA, Fernando



a) Miradouro b) Loja/Livraria c) Cafeteria d) Sala expositiva I e) Sala expositiva II f) Sala de eventos g) Instalações sanitárias